



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零—二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-35 期
I Série N.º IV-35

Data: 29 de Novembro de 2010
30 de Novembro de 2010

(Início e termo da reunião do dia 29 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 19 horas e 58 minutos

(Início e termo da reunião do dia 30 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas
Termo da reunião: 20 horas e 1 minuto

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 29 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 30 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang

Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Vitor Cheung Lup Kwan.

(Convidados presentes na reunião do dia 29 e 30 de Novembro)

Convidados: Cheong Kuoc Vá, Secretário para a Segurança; José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários; Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança; Sam Chong Nin, Assessor do Gabinete do Secretário para a Segurança; Lio Wa Kei, Assessor do Gabinete do Secretário para a Segurança; Choi Lai Hang, Director-geral dos Serviços de Alfândega; Ma Io Weng, Comandante do Corpo de Bombeiros; Lei Siu Peng, Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública; Wong Sio Chak, Director da Polícia Judiciária; Lee Kam Cheong, Director do Estabelecimento Prisional de Macau; Hoi Sio Iong, Director da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau; Pun Su Peng, Director da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau; Cheang Seng Chio, Coordenador do Gabinete Coordenador de Segurança.

Ordem do Dia: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 - área da Segurança.

Sumário: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 - área da Segurança.

Acta:

(Sessão do dia 29 de Novembro)

Presidente: Sr. Secretário e as demais autoridades presentes.

Srs. Deputados

Agora vamos iniciar a reunião. A matéria agendada para hoje é a discussão das Linhas de Acção Governativa na área da Segurança. Antes da discussão vamos pedir ao Sr. Secretário para fazer a apresentação. Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Exm.ºs Srs. Deputados

Movido pelo propósito de expor, de forma tão esclarecida quanto possível, os projectos em que se concretiza a acção do governo no âmbito da segurança pública interna para o ano de 2011, faço-me acompanhar a esta Assembleia Legislativa das personalidades que têm a seu cargo o comando e a direcção das corporações e serviços da área de governação sob minha tutela, ficando, a seu tempo, ao dispôr para responder e dar satisfação às questões e instâncias que Vossas Excelências entenderem por oportuno colocar-nos.

Antes de mais, e a abrir, permitam-me que faça o ponto de situação sobre a execução dos trabalhos mais importantes:

O balanço da execução das linhas de acção governativa na área de Segurança é, em nosso entender, positivo em virtude de terem sido cumpridos os objectivos estipulados, em particular a consolidação da segurança interna, a protecção da vida, da integridade física e dos bens das pessoas e a qualidade dos serviços prestados nas diversas vertentes da área da Segurança. Segundo os dados estatísticos datados de Janeiro a Setembro deste ano, a situação de segurança de Macau continuou a melhorar, tanto a actividade global criminal ou crimes violentos, como diferentes tipos da criminalidade verificam uma queda. De Janeiro a Setembro deste ano, registou um total geral de 8.672 de casos de criminalidade, em comparação com o mesmo período do ano passado, abaixo de 8,7%, a criminalidade violenta caiu 15,3%. Além disso, nas operações policiais e operações de investigação de Janeiro a Setembro deste ano, foram apreendidas 3.019 pessoas e sendo enviadas para o Ministério Público.

Pelo exposto, não levá-lo levemente, mas continuou a acompanhar as mudanças do ambiente de segurança e tomar medidas preventivas e medidas eficazes de dissuasão perante a situação de segurança. Destacamos de entre as principais acções/medidas adoptadas as que se seguem:

1. Em relação à criminalidade violenta, grave e organizada, a fim de aproveitar os recursos humanos e técnicos existentes e por forma a dar uma resposta eficaz à prevenção e ao combate a este tipo de crimes, houve que definir prioridades. Deu-se, nestes termos, primazia ao combate ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao narcotráfico, ao rapto, ao roubo, aos crimes contra a vida ou integridade física das pessoas, à falsificação de notas e ao branqueamento de capitais. As polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau, durante o mês de Outubro e Novembro, foi realizada operações a operação anti-crime em grande escala, para purificar o ambiente de segurança de três lugares, sendo efectuadas mais de duas centenas de inspecções em uma série de grandes casinos em Macau, os estabelecimentos de Karaok e outros, enviando 200 suspeitos de infracção criminal duzentos o MP. A operação alcançou o resultado, prevenindo e combatendo eficazmente os crimes, garantindo a segurança do Jogo Asiático Guangzhou e da 3ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e

Comercial entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa.

De salientar, no combate ao tráfico de pessoas, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas. Esta comissão multidisciplinar, que conta com o apoio e empenho de todos os departamentos envolvidos tem como um dos seus objectivos primordiais o combate ao tráfico de pessoas. Sob o apoio e a colaboração do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na RAEM, foi celebrado em Outubro em Macau o Acordo de Cooperação entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Mongólia para o Combate ao Tráfico de Pessoas, dando um passo importante à cooperação internacional nesta área.

2. Para a criminalidade financeira-económica e cybercrime, foram efectuadas várias acções de prevenção, designadamente através de campanhas de sensibilização junto dos cidadãos, alertando-os para este tipo de criminalidade, aumentando-se as técnicas e a capacidade de investigação e de cooperação interdepartamental.

3. Nós esforçamo-nos para otimizar os recursos humanos, actualmente, nos elementos das forças de segurança e dos organismos, 25,3% são portadores do grau universitário 36,6% de ensino secundário. Ao longo do ano, apostou-se na melhoria das condições de trabalho, na formação profissional, no planeamento e gestão de prioridades, no reforço da cadeia de comando e de coordenação das FSM. Neste sentido, foram organizados vários cursos de formação e seminários com a presença de especialistas e académicos, quer locais quer estrangeiros, onde foram abordados temas relevantes no contexto da realidade securitária de Macau, mormente os fenómenos de criminalidade, a sua evolução e tendências e a experiência das regiões vizinhas na sua prevenção e combate. Em 2010 foram realizados cursos de formação, palestras, seminários e intercâmbio de cerca de mil vezes, contando com a participação de um total de 10.006 mil pessoas. No âmbito pedagógico, os 9.º Curso ao 10.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao CPSP/ao CB estão a decorrer, houve 14 alunos do 9.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao CPSP iniciou o estágio em Agosto. O 13.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao CPSP e ao CB encontra-se, neste momento, em fase de recrutamento, onde serão admitidos 30 alunos. Os cursos de ingresso e de promoção estão, assim, a decorrer de acordo com o planeado. A cerimónia de conclusão do Curso de Formação de Instruendos foi realizada em Junho, onde foram graduados 208 instruendos posteriormente destacados para o CPSP e o CP. Neste momento, há 130 elementos do 12.º Curso de Formação de Instruendos das FSM que estão na fase de formação profissional. O trabalho de recrutamento dos 13.º a 15.º Cursos de Formação de Instruendos das FSM está em curso conforme o planeado.

No contexto dos mecanismos de fiscalização da conduta dos nossos agentes, saliente-se o importante papel desempenhado pela Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, enquanto entidade de supervisão externa. O mecanismo de supervisão interna é assegurado com a instrução do respectivo processo disciplinar. Ainda neste domínio de destacar a colaboração estreita com o Comissariado contra a Corrupção ao ministrar cursos de integridade aos nossos agentes.

Terminado este ano, o Regulamento Administrativo de revisão de organização e funcionamento da Polícia Judiciária", ajustando a

estrutura organizacional e alargando o quadro de pessoal. Portanto, nos próximos anos, serão aumentados os elementos.

4. Prestamos atenção à reestruturação dos estabelecimentos e modernização e dos equipamentos técnicos. Para elevar os padrões de resposta das FSM, garantindo ao mesmo tempo a segurança dos nossos agentes, há que dotá-las dos equipamentos e meios técnicos adequados ao desempenho das suas funções, designadamente, o recurso aos métodos e meios científicos e tecnológicos mais avançados e o acesso às melhores práticas e técnicas de investigação, introduzimos novos sistemas informações e de comunicação, procedemos à modernização de alguns equipamentos e meios - em especial aos agentes da linha de frente, tais como equipamentos de comunicação, viaturas e motos. Em termos de infraestruturas e de modernização do equipamento social, concluíram-se as obras de ampliação do edifício das Portas do Cerco e do Terminal Marítimo do Porto Exterior em Macau, bem como as obras do edifício novo dos Serviços de Migração no Pac-On, na Taipa. Neste último, está actualmente a decorrer a tarefa de decoração de interiores e de montagem de equipamentos. Deu-se ainda início à construção do novo Terminal Marítimo Permanente do Pac-On, na Taipa.

5. No âmbito de Polícia de Proximidade, uma das prioridades foi o aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária na luta contra a pequena criminalidade que afecta a vida, a propriedade e segurança da população e turistas. Houve, neste sentido, um reforço no policiamento de proximidade não só em zonas urbanas com maior afluxo populacional, designadamente em determinados períodos do dia ou em zonas com maior incidência de ilícitos penais, mas também em todas as zonas residenciais através da mobilização de mais efectivos e/ou patrulhas, da criação de parcerias com os moradores locais e comerciantes e de acções de sensibilização. A cooperação entre as forças policiais e associações de moradores veio permitir uma melhor articulação entre a acção das forças policiais, designadamente, a realização de campanhas de sensibilização e de prevenção da criminalidade (ex: distribuição de cartazes nas lojas e edifícios). A Polícia Judiciária criou também um "Grupo de Prevenção da Criminalidade Residencial", para tomar conhecimento imediato dos crimes que ocorrem nas residências, coletar informações criminais.

Para a protecção do ambiente do emprego de Macau, iremos cooperar activamente com outros departamentos para tomar medidas contra os trabalhadores ilegais. De Janeiro a Setembro deste ano, o CPSP e os SA fizeram inspecções de um total de 2.804 locais, foram descobertos 644 trabalhadores ilegais.

De acordo com sugestões de optimização apresentadas pelo Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, o CPSP, a PJ e de outros departamentos darão um apoio activo e execução da acção, incluindo a recolha de declarações de one-stop no CPSP, o estabelecimento dum mecanismo de divulgação completa da informação. A Polícia Judiciária irá fortalecer a divulgação a mensagem a nível de acompanhamento de casos junto do público. O CPSP utiliza a declaração do mesmo modelo quer para a participação de crimes quer a participação de extravio para facilitar consultas públicas. A Polícia Judiciária criou, em três lugares de trabalho com receções públicas, o "quiosque" para fornecer informação sucinta e distribuir cartilhas e folhetos "compreensão dos procedimentos de denúncia".

6. A cooperação internacional e regional é indispensável para os trabalhos policiais. O 13.º Encontro de Trabalho para a Cooperação

entre as Autoridades Policiais da Província Guangdong e Macau realizou-se, em Janeiro, em Cantão na Província de Guangdong com o objectivo de estreitar a cooperação no combate à criminalidade transfronteiriça. Esta cooperação estreita, desenvolvida ao longo destes 10 anos, tem dado os seus frutos em termos de segurança e estabilidade para a RAEM. O 14.º Encontro de Trabalho para a Cooperação entre as Autoridades Policiais dos SSP/iRPC e as FSSM realizou-se, em Fevereiro, em Macau, tendo-se negociado os meios de reforçar a cooperação ao nível operacional, mormente de segurança, de investigação criminal, de acções de prevenção e de combate ao terrorismo, de formação do pessoal e de prestação de socorros. Realizaram-se ainda outros encontros: o 6.º Encontro de Oficiais de Ligação Tripartida - Província Guangdong, Hong Kong e Macau, o 4.º Encontro de Intercâmbio Anual de Polícias Tripartidas Anti-Terrorismo - Província Guangdong, Hong Kong e Macau e a Plataforma de colaboração *online* entre as Polícias da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau" e o "8.º Encontro de Trabalho da Cooperação Policial entre Shanghai e Macau". Em particular, nós estabelecemos uma parceria de colaboração estreita e eficaz com os serviços competentes da Província de Guangdong e Hong Kong para para ter uma ação conjunta contra o crime organizado transnacional e outras atividades criminosas que beneficiam de fonte financeira resultante do crime organizado transnacional.

7. Garantir a protecção civil. Nós avaliamos imediatamente a situação de segurança, tomando como a referência o tratamento dos casos de emergência nas regiões vizinhas, no sentido de rever e melhorar a nossa capacidade de reacção em casos de emergências. Reforçou-se o sistema de protecção e socorro, designadamente a capacidade técnica e operacional, e aperfeiçou-se o planeamento de emergência para situações de acidentes graves ou catástrofes. Foram efectuados exercícios conjuntos de protecção civil contra tufões e de busca marítima entre os serviços da Província Guangdong, Hong Kong e Macau. O Corpo de Bombeiros presta um serviço essencial à população de Macau, adaptando os seus métodos e técnicas de intervenção às novas exigências e condicionamentos sociais com o mesmo espírito de missão que é a protecção da vida, da integridade física das pessoas e seus bens. O CB organizou 79 palestras sobre a prevenção de incêndios com a participação de mais de 7 mil pessoas, nomeadamente junto das associações de gestão de propriedades/condomínio e da indústria hoteleira (onde tem obtido bons resultados).

8. Em relação à segurança rodoviária, o combate à sinistralidade rodoviária depende de uma boa política de gestão de tráfego que visa a prevenção e segurança rodoviária e o combate à condução ilegal e perigosa. Esta política tem por lema "Educação e prevenção rodoviária, punição a última via". O reforço das inspecções e da fiscalização de segurança rodoviária e o uso de novos equipamentos e tecnologias de informação têm permitido que estes objectivos sejam executados de forma mais eficiente e cabal. No âmbito das suas acções de prevenção e de fiscalização rodoviária, procede a operações periódicas (operações STOP) para controlar e combater a condução sobre o efeito do álcool, a condução sem cinto de segurança ou a condução perigosa ou em excesso de velocidade. Exemplo do mencionado foram as operações policiais de fiscalização rodoviária realizadas durante o período do Campeonato Mundial de Futebol. Foram ainda instaladas máquinas electrónicas de leitura de dados que permitem reter a informação da transgressão com rigor e eficácia reduzindo a margem de erro. Em Agosto deste ano, em relação à notificação de infracções de excesso de velocidade e de desrespeito pelo semáforo, foi introduzido o serviço de notificação das infracções rodoviárias por SMS aos cidadãos que

tenham solicitado este serviço através do preenchimento de um formulário ou através da internet.

9. Sobre a imigração, reforçamos o policiamento em zonas de grande afluxo populacional (ex: nas fronteiras, ao pé dos casinos, nas zonas de grande comércio). Os agentes da PSP realizaram, nestes locais, inspecções, interceptaram pessoas suspeitas e procederam a revistas sempre que necessário. Nestas acções encontraram-se pessoas em situação irregular ou ilegal na RAEM, tendo sido repatriadas em conformidade com a lei. Com o objectivo de melhorar a qualidade, rigor, segurança e eficiência dos serviços, os Serviços de Migração tomaram medidas electrónicas e científicas, definindo um conjunto de medidas que permitem a simplificação e actualização dos seus procedimentos. Foram introduzidos os sistemas de auto-passagem e sendo actualizadas as suas funções. No fim do ano 2009, foram introduzidos os sistemas de auto-passagem, inicialmente só utilizáveis pelos residentes permanentes de Hong Kong para entrarem e saírem de Macau. A partir de Junho, os portadores do Título Especial de Permanência, após registo prévio, começaram a utilizar os sistemas de auto-passagem, e em inícios de Julho, este procedimento passou a estar disponível aos trabalhadores não-residentes e os alunos exteriores que reúnem condições. Os sistemas de auto-passagem instalados no edifício do posto fronteiriço do Cotai e no Terminal Marítimo da Taipa já estão plenamente operacionais.

Ampliamos o actual edifício da Migração, aumentando as suas instalações para permitir a circulação de passageiros de forma fluida e tranquila. A partir de 1 de Setembro deste ano, foi aberto um acesso destinado à passagem pelo posto fronteiriço pela população escolar inferior a 11 anos de idade no sentido de facilitar a sua deslocação à escola. Para combater e reprimir os actos ilegais resultantes de permanência na RAEM por período superior ao autorizado, com a entrada em funcionamento do Centro de Detenção Provisória instalado no Comissariado Policial n.º 2, bem como o aumento de sanções para a permanência por período superior ao autorizado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2009, o número de permanência por período superior ao autorizado foi reduzido consideravelmente.

10. Os trabalhos alfandegários são importantes para a segurança e o desenvolvimento da RAEM. Os Serviços de Alfândega continuam a desenvolver esforços para prevenir, suprir e combater a fraude aduaneira e o tráfico ilícito, através de uma gestão racional dos seus recursos humanos, do reforço das infra-estruturas e da introdução de dispositivos modernos com recurso às novas tecnologias (ex: equipamentos e tecnologia de ponta). Estas medidas permitiram às autoridades alfandegárias actualizar os seus métodos de actuação sendo mais eficazes ao nível tático-operacional, protegendo a propriedade intelectual. Refira-se, neste contexto, que os SA cumpriram rigorosamente a sua missão de patrulhar a parte costeira e alto mar da RAEM (as águas territoriais de Macau). Note-se que detectou e apreendeu diversos carregamentos de droga, lidou com vários casos de colisão de navios de passageiros marítimos com barcos de pescas, enviando os necessários barcos de patrulha e equipas de mergulho para as buscas. Os SA reforçaram ainda a cooperação com os Serviços Gerais de Alfândega da China Continental ao introduzirem novas medidas desalfandegárias, entre elas, o do “Selo Verde de Alfândega”. Os SA implementaram 11 compromissos de serviços, divulgando a taxa dos serviços prestados corresponderem aos padrões de qualidade, os quais geralmente são reconhecidos pelos clientes. Para a protecção dos direitos de propriedade intelectual, as autoridades aduaneiras fiscalizam as

“lojas negras” para combater a pirataria e a contrafacção de produtos. Durante o período de Janeiro a Setembro deste ano, registou um total de 14 casos de violação do direito de propriedade intelectual, nos quais foram acusadas 30 pessoas.

11. Os trabalhos de segurança são fundamentais para a garantia de segurança do território. A fim de manter a ordem pública e proteger a segurança de pessoas e bens, as autoridades de segurança planearam e patrulharam eventos de grande envergadura, as actividades competitivas e momentos de grande afluxo populacional, tais como feriados e festividades, de modo a garantir a segurança dos cidadãos e turistas. Também foi garantida a segurança de altos dirigentes nacionais aquando das suas visitas a Macau.

12. A gestão prisional e reinserção social estão a decorrer de acordo com o programa. O EPM melhorou o existente sistema informático, o que contribuiu significativamente para uma optimização da gestão prisional, aceleraram-se as obras de ampliação das celas e está em curso o projecto de construção de uma nova cadeia. Ao nível das medidas de segurança, o EPM introduziu, com vista a reforçar as medidas de segurança e a aumentar a capacidade de protecção e escolta, o uso de equipamentos de choque eléctrico. Foram comprados os scanners para interceptar o contrabando na prisão. O Centro de Informação do EPM promoveu oficialmente os serviços de “visitas de vídeo”, para as pessoas que têm dificuldades de locomoção podem encontrar-se, através de vídeo, com parentes que cumprem a pena. Os guardas prisionais têm participado em diversas actividades com vista ao intercâmbio de experiências, incluindo as desportivas. Neste âmbito, participaram na competição “Tipos de desafios e de respostas para as perturbações das prisões da Ásia”, onde ficaram colocados em 2.º lugar. No âmbito de reinserção social do recluso, até ao fim de Setembro, o número de reclusos é de 935 pessoas. O EPM tem vindo a reforçar as acções de aconselhamento, a organizar diversas actividades, a promover a educação, a organizar a exposição de artesanatos e a formação profissional dos reclusos. Daqui destacamos os programas “Apoiar a comunidade” e “Dia de convívio” que visa a participação activa dos reclusos em acções de interesse comunitário, a fim de chamar a atenção dos cidadãos.

Em jeito de balanço, podemos afirmar que a área da Segurança prosseguiu e concretizou os objectivos políticos traçados nas Linhas de Acção Governativa, onde a manutenção da segurança e ordem públicas da RAEM, com pleno respeito pela Lei e pelos direitos humanos, são uma prioridade constante.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Srs. Deputados

Permitam-me apresentar aqui o planeamento geral das linhas de acção governativa na área de segurança para o ano 2011.

Para definir linhas de acção governativa do novo ano que satisfazem necessidades concretas dos cidadãos, realizaremos uma avaliação pormenorizada da situação do ambiente social e da ordem pública com antecedência, revendo as actuais medidas policiais e actualizando, ajustando, suplementando as com base nas políticas estabelecidas viáveis, o seu objectivo é manter a segurança interna, para oferecer melhores serviços de segurança aos residentes de Macau e visitantes e proteger o ambiente seguro e habitável de lazer e turismo em Macau.

Desde o retorno de Macau, de acordo com os objectivos da política global do governo da RAEM, e sob a cooperação de os cidadãos de Macau a sociedade tem vindo a desenvolver-se rapidamente, o ambiente de segurança continua a ser estável, e a sociedade passa a ser cada vez mais multi-cultural e multi-étnica mantendo-lhe uma atmosfera cultural harmoniosa. Com a modernização e internacionalização de Macau tornando a cidade excepcionalmente colorida e vibrante, a economia e o comércio se desenvolvem rapidamente, seguido por uma sociedade de Macau gradualmente hoje complexa, também levanta novos desafios de segurança. As autoridades de segurança assumem as responsabilidades maiores para proteger a vida e a propriedade e manter a ordem pública.

A sociedade está a mudar, a situação de segurança torna-se complexa. Face a novas situações e novos problemas, a confiança e a cooperação dos cidadãos são decisivas para apoiar o nosso trabalho. Portanto, continuamos a investir recursos para o policiamento comunitário. As autoridades da segurança dedicam-se a proporcionar ao público um serviço de qualidade em diferentes níveis sociais, através de realização de operações de segurança por suas diferentes unidades e departamentos, no sentido de promover a cooperação mútua entre a polícia e os cidadãos.

Nos últimos anos, ocorreu o evento súbito na região vizinha, de modo que não podemos ficar contentes com a situação actual, mas mais devem aprender uma lição e estar preparados e tomar medidas preventivas. Para o efeito, reforçar a capacidade de resposta de emergência é um trabalho mais importante no ano que vem. Através de uma série de trabalhos, reforçaremos a capacidade e técnica da polícia, nomeadamente do Grupo de Operações Especiais do CPSP e do Grupo de Negociações da PJ.

Segundo a direcção e a ideia das linhas de acção governativa acima referidas, os trabalhos a desenvolver para o próximo pelas corporações e organismos das FSM são os seguintes:

1. Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime. Para reforçar a segurança interna, vamos continuar a melhoria do policiamento comunitário e o modelo de patrulhas, a fim de superar as dificuldades encontradas na vida quotidiana dos cidadãos e para fornecer serviços prestados de qualidade, aproveitando materiais e equipamentos adequados e avançados para reforçar os tráfegos de drogas e de armas e de pessoas, a inspecção, detecção e investigação dos trabalhadores ilegais e de imigrantes ilegais, executando, em colaboração com outros órgãos, as medidas da protecção das instalações críticas e de segurança da Região Administrativa Especial de Macau, ao mesmo tempo, criar novos programas para actualizar e melhorar as operações principais, os planos de emergência e de contingência.

Consoante a situação de segurança em diversos locais, lutamos contra os crimes leves que perturbam a vida quotidiana dos cidadãos. Aprofundar o policiamento de proximidade para otimizar a interacção entre a população e a polícia e o trabalho de policiamento comunitário. Na zona antiga da cidade e nas áreas residenciais mais densamente povoadas, organizaremos com a associação dos moradores reuniões periódicas de prevenção de criminalidade para sensibilizar os moradores para as necessidades de protecção contra o roubo e burla, compreendendo regularmente as circunstâncias dos edifícios junto das sociedades gestoras e gestores de edifícios. Nos dias feriados, festividades e eventos de grande envergadura, será aumentado o pessoal para participar na patrulha diurna e nocturna. Para prevenir e combater as actividades ilegais, proceder-se-á a

diversas operações de interceptação diária em diversas zonas. Terão lugar inspecções periódicas ou inopinadas dirigidas à perseguição do crime e seus autores em locais de grande aglomeração de pessoas, nos locais de entretenimento e outras facilidades. No que diz respeito ao roubo em edifícios, lojas e locais de obras de construções, dedicar-lhe-emos todo empenho desde a fiscalização até à conclusão do inquérito.

Perante o aparecimento constante dos vários tipos de crime, as actividades criminais passando cada vez mais escondidas, as quais são naturalmente cada vez mais inteligentes na execução. A ampliação regional conduz ao aumento de grau de dificuldade de detecção que Macau não é excepção. Como uma cidade internacional em franco e rápido desenvolvimento de Macau, o ambiente social muda. Nos últimos anos, estamos sempre preocupados com a evolução da criminalidade, no sentido de responder mais rápida e investigar mais eficazmente, as artimanhas dos criminosos para garantir o bom funcionamento da Administração da RAEM, o que constitui pré-requisito importante para que as pessoas vivam e trabalhem, é importante, o planeamento detalhado das investigações criminais. A fim de otimizar e melhorar a qualidade da investigação criminal, reforçar o trabalho de recolha de informações, aumentando, se necessário a dotação de pessoal para recolher e tratar das informações de segurança regional, avaliando os riscos de segurança regional, aplicando o princípio de que as informações conduzem ao trabalho de investigação, para controlo e prevenção dos vários factores de desestabilização.

Portanto, continuaremos a intensificar a partilha de informação e coordenação entre Macau e regiões vizinhas no âmbito alfandegário, a fim de combater os crimes de associação criminosa, do tráfico de drogas, de branqueamento de capitais e luta contra o terrorismo, alargando a rede de informações, participando activamente nas operações conjuntas transfronteiriças, assistindo às reuniões internacionais e cursos de formação no âmbito de cooperação internacional, a Polícia Judiciária irá actualizar o banco de dados e incremento a sessão de estudo de prática de crime, a fim de prestação de serviços no estabelecimento de estratégias mais eficientes de combater diversos tipos de crime.

2. Melhoria da gestão interna e optimização administrativa. No próximo ano vamos continuar a tomar como trabalho principal a melhoria da gestão interna e optimização dos procedimentos administrativos. Continuaremos a seguir compromisso de serviço "Integridade e eficiente, elite profissional", em resposta às necessidades das pessoas e nas áreas de serviço relevante, a implementação da filosofia administrativa dos serviços regionais de "one-stop", executando e aumentando o item de "compromisso de serviço". Em articulação com a política do governo transparente e a ideia de integridade, continuar a participar nos diversos programas do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria. Através de mecanismo de controlo interno e externo, elevar a sensibilização para a integridade dos elementos.

Para a consolidação de gestão disciplinar, iremos articular-nos activamente com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau para satisfazer as expectativas dos diversos sectores sociais. Por outro lado, além de formação profissional regular, as corporações e organismos investem na educação cívica, organizando os novos elementos admitidos para receber formação sobre a Lei Básica e direitos humanos, a fim de elevar o nível de execução de lei e garantir os direitos fundamentais e melhorar a imagem das corporações e organismos das FSM.

Vamos tomar em consideração o estudo dos recursos humanos a curto, médio e longo prazo das corporações e organismos das FSM para garantir a disposição suficiente do pessoal. Ao mesmo tempo, tomamos as medidas de otimizar a gestão dos recursos humanos. Reforçará a gestão por objectivos, estabelecendo os valores do núcleo de forças policiais, a fim de enfrentar os desafios futuros.

3. Reforçar a capacidade tático-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias. Com as mudanças tecnológicas, o *modus operandi* dos criminosos também mudam. Para articular-se mais eficazmente com a investigação criminal, temos de comprar equipamentos eletrónicos de alta tecnologia que ajudam a investigação, equipamentos policiais e actualizando a função de hardware e software do computador para melhorar a capacidade de detecção de crime. A fim de aperfeiçoar os ficheiros criminais e policiais, vamos continuar a acelerar a gestão informática, incluindo o reforço do sistema de informação criminal sob a coordenação dos SPU, partilhando os recursos com outros serviços criminais para se tornar o trabalho de investigação mais eficiente. Fortalecer e actualizar os equipamentos do Departamento de Ciências Forenses da PJ. Vamos reforçar as capacidades de suporte técnico e especialista nas seguintes áreas de departamento de investigação criminal: identificação de armas e munições, identificação de documentos falsos e falsificados, através do sistema experimental analisar tecnicamente os objectos utilizados na criminalidade para recolha de impressões digitais, em cena do crime para o adequado de digitalização óptica de vestígios; analisar profissionalmente a prática de crime gravada no sistema de vigilância por vídeo, identificação de psicologia forense das imagens, escrita, expressão e, técnicas de análise forense informática.

No comando e controle em vários tipos de acções policiais, reforçar a utilização das novas tecnologias de comunicação, tais como referem-se ao equipamento de CCTV e os dados do terminal. Mas também assegurar a organização de necessários cursos de formação técnica para os agentes, em especial, as seguintes quatro áreas principais: crime relacionado com o jogo, informações / crime electrónico, o crime económico e tráfico de seres humanos.

Continuar a reforçar o sistema de auto-passagem, que são instalados nas Portas do Cerco, no Posto Fronteiriço do Cotai e no Terminal Marítimo do Porto Exterior, no Terminal Marítimo da Taipa. Estar previsto no ano de 2011 para ser concluída a instalação de sistema de auto-passagem no Aeroporto Internacional de Macau, e continuando a aperfeiçoar o uso desse sistema por uma variedade de visitantes para melhorar a eficiência global do movimento de passageiros.

4. Otimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios. A sustentabilidade de um ambiente favorável a desenvolvimento de Macau coloca sérios desafios ao Corpo de Bombeiros. Os projectos de grande escala, como a construção da sede da Universidade de Macau em Hengqin, a construção da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, a construção do sistema de metro ligeiro e os aterros serão concluídos em poucos anos seguintes. Com a grande mudança de cidade o desenvolvimento rápido do mundo, uma variedade de materiais de prevenção do fogo, com os acontecimentos imprevistos e o fenómeno da mudança do clima e geografia, é previsível a pressão maior dos trabalhos de prestação de socorros e de emergências.

Em conformidade com os objectivos políticos do Governo, o

Corpo de Bombeiros continuará a otimizar formação de pessoal quanto aos métodos de salvamento e a dotar-se de veículos e equipamentos, tecnologia de segurança contra incêndio, planos de emergência, procedimentos administrativos, elevando a capacidade profissional que será inovada e revista em tempo adequado, ajustar o que necessita de acordo com o desenvolvimento da sociedade, para prestar um melhor serviço de qualidade aos cidadãos. O CB continua a reforçar a formação profissional do pessoal da ambulância para otimizar a tecnologia de atendimento de emergência.

5. Promover o comércio e o desenvolvimento dos serviços aduaneiros, combater a criminalidade. Os SA irão continuamente prevenir, combater e erradicar a fraude aduaneira, o tráfico ilícito; realizar a supervisão de atividades de comércio externo, proteger a propriedade intelectual nos termos da lei, empenhando-se no cumprimento do âmbito das obrigações aduaneiras internacionais da RAEM.

Para combater contrabando, além de fiscalização diária em todos os postos fronteiriços terrestres, aeroporto e terminal marítimo, estando também a proceder a investigações e acções de combate específicas. Através de cooperação com os serviços alfandegários da China Continental e do exterior, combater em conjunto o contrabando, especialmente o reforço de intercâmbio dos postos fronteiriços e de troca de informações com as autoridades da China Continental para combater o contrabando transfronteiriço e actividades de contrabando no mar. Na protecção dos direitos dos consumidores, e da propriedade intelectual, aplicando rigorosamente as leis e regulamentos, investigando e reprimindo activamente as actividades invasoras de direitos autorais, contra CDs pirateados, *software* e direitos de autor de outras obras roubadas para fins comerciais. Também prestar atenção ao comércio de mercadorias no mercado de Macau, combatendo com as mercadorias falsificadas com marcas falsas ou rotulagem falsa.

Os SA continuarão a prestar, com a integridade e eficiência, os serviços convenientes ao público, protegendo direitos dos consumidores, para facilitar as actividades industriais e comerciais e manter a credibilidade do comércio de Macau, prevenir e fiscalizar o contrabando e o tráfico de drogas. Manter a estreita colaboração com os serviços alfandegários estrangeiros e serviços aplicadores da lei para trabalhar em criar uma organização alfandegária de alta qualidade com tecnologia avançada e progressista, contribuindo para a estabilidade e prosperidade da comunidade.

6. Prestar serviços de qualidade e com maior eficácia na área da Migração. Para prestar serviços eficientes, a atitude acolhedora, fazendo com que os cidadãos e visitantes entrem e saem de Macau rápida, conveniente e seguramente. Nos planos de trabalho para o novo ano, o Serviço de Migração define uma série de indicadores de desempenho, actualizando o compromisso de serviço. Não só melhorar e actualizar o hardware de infra-estruturas e equipamentos dos postos fronteiriços, mas reforçar também a formação de pessoal, gestão e supervisão. Em matéria de migração e nos documentos de residência, de permanência, serão aplicadas uma série de medidas electrónicas, e científicas. Para aqueles em situação irregular apreendidos, aceleramos o repatriamento de acordo com os procedimentos estabelecidos. O centro de detenção de imigrantes ilegais sito no edifício de Serviço de Migração de Pac On na Taipa irá entrar em funcionamento.

Para garantir uma gestão eficaz de entrada e saída, a luta contra a

imigração ilegal, mantendo a estabilidade da ordem social, vamos continuar a avaliar, estudar e propôr a alteração da lei para combater e reduzir a permanência fora do prazo dos não residentes da região em Macau. Quanto ao tratamento dos imigrantes ilegais e a questão da permanência fora do prazo legal, a polícia atribuiu grande importância, continuando a tomar medidas activas, recolhendo as informações e fazendo a sua análise, combatendo e reprimindo essas práticas ilegais nas operações. Para aqueles em situação irregular apreendidos, aceleramos o repatriamento de acordo com os procedimentos estabelecidos, por um lado, de acordo com as instruções do Tribunal, detém aqueles que não cumprem o dever de apresentação periódica nos centros de detenção, a saber, no "centro de detenção temporária" instalado na Esquadra Policial n.º 2 e no centro de detenção de imigrantes ilegais a entrar em funcionamento, sito no edifício de Serviço de Migração de Pac On na Taipa.

7. Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social. O EPM desenvolve-se estavelmente. Para além de dar a atenção para a gestão, equipamentos adequados, aceleração do processo de eletrónicos, o mais importante é que o EPM tem uma equipa profissional com um sentido de missão. Por causa dos recursos humanos como o bem mais valioso, o EPM continuará a dedicar mais recursos. Com a formação constante para elevar a qualidade global do pessoal e continuar a promover cooperação do espírito de equipa, a fim de conseguir uma parceria mais profunda para servir o público.

A execução de pena de prisão de privação de liberdade do EPM para além de reparação social por causa dos seus crimes cometidos na comunidade, a finalidade é, através do EPM, a reabilitação de reinserção, na comunidade, que ajuda a reduzir a taxa de reincidência, a protecção da sociedade e prevenção da criminalidade. Para este efeito, o EPM vai reforçar a reintegração social, para além de dar orientação e formação ao mesmo tempo, também terá uma abordagem mais activa para dar publicidade à comunidade, a fim de deixar os reclusos receberem mais apoio e oportunidade de contribuir para a comunidade.

8. Prevenção, segurança e gestão rodoviária. As condições de tráfego de Macau sempre têm sido um tema de interesse público. O aumento do número de veículos em Macau, com as características da estrada de Macau em si, há uma grande dificuldade para controlar, com a obstrução de veículo. Prevê-se esta situação será mais grave, para os próximos anos, com o início das diversas obras de construção.

Embora o aumento do número de parques de estacionamento, o parque de estacionamento dedicado aos autocarros veículos pesados é ainda insuficiente. Os pedestres e condutores individuais não cumpre as normas básicas de trânsito, que também piorar problemas de trânsito. Manter o fluxo de tráfego e segurança rodoviária é uma das missões da polícia de Macau, os agentes de trânsito da polícia tratam de uma série de exigências do trabalho com recursos limitados, afectam, inevitavelmente, também, por vezes, a eficiência do seu trabalho.

Portanto, teremos em conta muitos fatores no trabalho de execução de lei rodoviária, a fim de definir medidas equilibrador com base nos interesses públicos. No próximo ano, vamos intensificar as inspecções e fiscalização da segurança do tráfego rodoviário por de forma a reduzir o comportamento ilegal e condução perigosa, usando mais eficiente tecnologia e ferramentas informáticas nas operações. Nós estaremos, no âmbito da segurança

rodoviária: em cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, aumentar a conscientização das pessoas sobre a segurança rodoviária. Para a protecção da segurança rodoviária, as medidas incluem o reforço de intercepção de veículos, combate à condução alcoólica e excesso de velocidade, coordenar o estudo para melhorar a infra-estrutura rodoviária, especialmente o sistema de sinais de trânsito, recorrer aos grupos profissionais na investigação de acidentes de trânsito graves. Para conter a "condução após o consumo de droga", a polícia irá fazer, em conjunto com outros serviços, uma avaliação específica.

9. Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal. Temos enfatizado a importância do pessoal qualificado da polícia. Para as corporações e organismos das FSM, o pessoal qualificado é muito importante. Embora o problema da escassez de recursos humanos nos últimos anos haja uma ligeira melhoria, com a expansão da dimensão urbana que levanta a questão de aumento da população, de turistas, a realização de novos casinos e novas tarefas, muitos serviços policiais ainda faltam de pessoal, acreditar que esse facto no curto e médio prazo irá continuar. Portanto, no próximo ano, vamos continuar a recrutar o pessoal para frequentar o Curso de Formação de Instruendos e Curso de Formação de Oficiais para as reservas dos recursos humanos suficientes da polícia.

No ensino da polícia, através da Escola Superior das Forças de Segurança e as escolas do CPSP e da PJ, realizar a formação da polícia, recrutamento e avaliação. Adaptar-se à mudança social, jurídica e tecnológica. Irá aperfeiçoar a formação profissional e analisará o estudo de viabilidade de reforma das escolas de polícias. Reforçar as capacidades técnico-profissionais dos agentes policiais é o foco dos cursos de formação no próximo ano. O foco da formação policial é técnicas de investigação criminal, trânsito, tecnologia de operações policiais, os cursos especialmente concebidos para a Unidade Tática de Intervenção da Polícia, o controlo das fronteiras. Ao mesmo tempo, também planeia o investimento de recursos nos cursos de formação de tutor, os meios de comunicação social (portavoz) e gestão do stress.

10. Infra-estruturas em larga escala e equipamentos. Quanto aos equipamentos e material, no próximo ano continuará a reforçar a ligação e coordenação de vários departamentos, a fim de obter mais informações sobre as características de artigos relacionados com o equipamento, para garantir que os equipamentos e produtos são mais completos e atendíveis de forma melhor às medidas necessárias. Nos controles de materiais, continuará a reforçar a percepção da importância do acompanhamento da controle dos materiais por vários departamentos, fazendo o procedimento de registo de materiais adquiridos, verificando regularmente para garantir que os materiais da DSFSM obtem uma melhor gestão e controle.

No próximo ano, acompanharemos a entrada em funcionamento da sede do novo edifício do Serviço de Migração em Pac On e o trabalho de colocação das necessárias instalações ao seu funcionamento. Iremos supervisionar e coordenar a construção de nova prisão e acompanhar o programa de preparação de construção da nova sede da PJ, cabendo à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes para estudar nas opções de construção. Iremos concluir o procedimento de vistoria das obras de construção do edifício do Departamento de Fiscalização Alfandegária dos Postos Fronteiriços na Ilha Verde e do novo armazém dos SA, acompanhando o andamento de programação do novo edifício dos SA na Taipa, estudando a programação do edifício do comando dos SPU.

Face ao exposto, fazemos uma avaliação aprofundada sobre o ambiente social e a actual situação, revendo as medidas policiais existentes, na base de estratégias eficazes, fazendo ajustes, modificações e acréscimos, o seu objectivo é manter segurança interna da região, para oferecer melhores serviços de segurança os residentes de Macau e visitantes.

Para assegurar a harmonia, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável de Macau, nas tarefas de planeamento policial e na execução de lei, iremos privilegiar o interesse geral da RAEM e dos seus cidadãos. Estamos igualmente convictos de que o Governo da RAEM prestará também um elevado grau de atenção e apoio aos trabalhos de segurança e à preponderância da sua articulação e cooperação com os órgãos legislativo, judiciais e administrativos, contando ainda com a percepção e apoio da população, bem como com o labor dos funcionários públicos e a intervenção dos *media*. Temos a capacidade para realizar os trabalhos a que nos propomos com eficiência, levando por diante a concretização prática das linhas de acção governativa, tão importantes elas são para a estabilidade e prosperidade de Macau.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa

Srs. Deputados

A minha intervenção termina aqui, agradeço à vossa audição paciente. Agora, eu e os comandantes e dirigentes presentes fazemos questão de vos oferecer a nossa disponibilidade para ponderar e responder às questões, bem como esclarecer quaisquer dúvidas, que as propostas que aqui vos trazemos possam suscitar a V. Ex.^{as} e nos queiram honrar com a respectiva exposição.

Muito obrigado!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Temos dezoito Deputados inscritos para se pronunciarem. Primeiro vou pedir a cinco deputados para fazerem intervenções, as quais serão seguidas pelas explicações e respostas dadas pelo Sr. Secretário. Vamos fazer intervalo às dezassete horas e quinze minutos. Primeiro vou passar a palavra ao Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Caros colegas

As opiniões que vou expressar não são nenhuma novidade, pois tenho abordado repetidamente os mesmos temas nos últimos anos, nomeadamente sobre a expansão do quadro das Forças e Serviços de Segurança, expansão essa que se tem verificado aquando do melhoramento constante da segurança pública do Território. Queria saber se o Sr. Secretário é de opinião de que não precisamos de fazer previsões a médio ou a longo prazo, enquanto actualmente as receitas públicas do Governo da RAEM podem suportar as despesas decorrentes da contratação de numerosos agentes das FSM. Só devemos ponderar a necessidade de reduzir o volume de pessoal das Forças de Segurança no futuro, quando a economia de Macau entrar em decadência? Esta é uma questão de crucial importância. Penso que os meus colegas também têm a mesma opinião. Parece aos cidadãos de Macau que as Forças de Segurança são um órgão governamental bastante fechado. Não obstante a necessidade de

guardar sigilo, própria na execução das tarefas das FSM, isto não nega a possibilidade de supervisão do mesmo órgão pelos meios de comunicação social, pelos cidadãos em geral e pela Assembleia Legislativa em especial.

Queria chamar a atenção para a necessidade de criar um mecanismo de reclamação que possa contribuir para o melhoramento substancial da relação entre a Polícia e o povo. Parece simples fornecer, às queixas apresentadas pelos residentes, respostas esclarecedoras e que convençam, de modo que estes as aceitem com boa vontade. Estes gestos podem, todavia, produzir efeitos muito positivos no estreitamento da relação acima referida. Quando o Wen Jiabao, o primeiro-ministro da RPC, visitou Macau, apontou para a necessidade que as autoridades tinham de utilizar o poder público de forma adequada, servindo o povo e melhorando as suas condições de vida. Como se pode perceber, no que diz respeito a este tema há assuntos diversificados a serem tratados.

Em primeiro lugar vou falar da existência de problemas no *hardware* e no *software*. Segundo opiniões recolhidas mesmo ontem, há novos agentes civis que não dispõem nem de secretária nem de computador, de forma que, não podem começar a trabalhar.

Trata-se de um problema de planificação global, exercida pela Direcção dos Serviços das Forças de Segurança. Como é que a referida situação pode acontecer, se todos os anos os departamentos das FSM apresentam um relatório de orçamento em que se narram as necessidades previstas para o período depois de um ano e meio, para a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança voltar a fazer o orçamento global?

Aqui também é importante pensar na possibilidade de simplificação do processo administrativo, o que, aliás, é o rumo da optimização dos serviços prestados pela Administração Pública. Não pretendo dizer com isto que a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança seja um órgão que pode ser dispensado. Não penso isto. A minha ideia é evitar, na medida em que for possível, as repetições desnecessárias, bem como melhor responder as necessidades da sociedade.

Por outro lado, quanto ao melhoramento da relação entre a Polícia e o povo, questiono se são suficientes as visitas que se realizam de vez em quando. Para mim, é preciso reforçar as acções de propaganda, de modo que os cidadãos tenham conhecimento dos trabalhos realizados pelas FSM, sendo fundamental prestar mais atenção aos residentes de Macau.

No discurso proferido no dia 16 na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo reconheceu as contribuições dadas pelos funcionários públicos para o desenvolvimento socio-económico do Território, tendo realçado a sua importância, considerando-os como bens fundamentais da sociedade de Macau. Há vários anos o Sr. Secretário disse as mesmas coisas. No entanto, será que este princípio afirmado pelo Chefe do Executivo e pelo Sr. Secretário teve a sua concretização na realidade? Eis aqui um problema muito sério, existente em todos os serviços governamentais, e sobretudo nas Forças de Segurança, as quais são consideradas como um órgão fechado.

Em jeito de justificação da minha acusação apresento o seguinte exemplo: Vi, à porta da sede do CPSP, um guarda de 1.^a classe sem estar equipado com arma de fogo a guardar a entrada, e estranhei. Por que é que um guarda desta categoria precisa de prestar este tipo

de serviço? Afinal o referido guarda tem problemas psicológicos e está a ser tratado pelos médicos da respectiva área. Aqui chamo a atenção para a necessidade do respeito pela dignidade humana e para a inadequação na distribuição da tarefa, sendo a mencionada situação de carácter punitivo, a qual precisa de ser corrigida. Queria aproveitar para perguntar quantos agentes das FSM estão a receber o ordenado mas não prestam serviços efectivos, porque não lhes são distribuídas tarefas por falta de confiança ou por outras razões. Segundo eu saiba, há oito ou dez casos destes. Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento deste aspecto. Queria pedir ao Sr. Secretário para acabar com esta situação, visto que o que está em causa são os recursos públicos. Se um funcionário recebe ordenado ele deve, em contrapartida, prestar serviços, devendo os superiores distribuir-lhes tarefas.

Ainda em relação aos recursos humanos, tem sido registado um fenómeno muito estranho que consiste no encurtamento para metade, pela secção do pessoal das FSM, da duração do período em que o agente doente, segundo o conselho médico, tem direito a uma redução de quantidade de trabalho. Não sei qual é o fundamento legal em que se baseia a referida decisão da secção do pessoal. O que se verifica na realidade é que o respectivo médico tem dificuldade em gerir o assunto quando o agente doente volta a pedir a mesma redução de trabalho, uma vez que ainda não terminou o período em que ele aconselhou a redução da intensidade de trabalho. Acho que este é um aspecto que requer aperfeiçoamento. Espero que o Sr. Secretário possa opinar no que diz respeito aos dois exemplos que apresentei.

Seguidamente vou abordar um velho tema que é precisamente sobre o regime de promoção dos agentes e da atribuição de Louvores. Na minha opinião, é injusto dar as mesmas oportunidades aos agentes civis e militarizados na questão de promoção. Como por exemplo, no caso de Hong Kong, só os agentes militarizados que patrulhem, que façam investigação de casos, ou que participem nas acções concretas é que têm oportunidade de ser promovidos. Em Macau, pelo contrário, são os agentes civis que trabalham perto do chefe que normalmente são promovidos, o que é provado pelos dados estatísticos, mas é de difícil aceitação, nomeadamente para os próprios agentes militarizados. É verdade que os agentes civis às vezes trabalham muito mais do que trinta e seis horas. No entanto, até quarenta e quatro horas, as horas extraordinárias são recompensadas. Apelo para uma maior cientificidade, justiça e imparcialidade no tratamento do referido assunto, uma vez que os cidadãos são pessoas que ficam prejudicadas, no caso da insatisfação dos agentes militarizados que trabalham longe do chefe e cujo comportamento é difícil de ser controlado.

Claro que o Sr. Secretário pode dizer que os agentes militarizados só trabalham vinte e quatro horas por semana. Todavia, tenho que apontar para o facto de que o que se presta nas vinte e quatro horas pelos agentes militarizados é muito mais do que o que se presta nas trinta e seis horas pelos agentes civis. Por outro lado, também queria defender os agentes civis que trabalhem cinquenta e seis ou sessenta horas por semana, pois a partir de quarenta e quatro horas, as horas extraordinárias não são recompensadas em termos monetários, o que acho que é injusto. Queria voltar a apresentar uma sugestão que também é antiga, e que apela para a recuperação de um benefício que foi revogado no ano de 1990, que tem o seguinte conteúdo: para o efeito de atribuição do prémio de antiguidade, cada dez anos de serviço efectivo sejam calculados como doze anos. Sendo o dirigente superior das FSM, acho que o Sr. Secretário deve assumir a responsabilidade de apresentar a respectiva proposta ao Chefe do

Executivo, independentemente da possibilidade de poder ser autorizada ou não.

O outro assunto que queria abordar é também um assunto antigo, que tem a ver com a construção e distribuição de casa aos agentes militarizados das FSM, tal como no caso de Hong Kong. Assim, permite-se a reunião rápida dos respectivos agentes na ocorrência de incidentes inesperados. Foram construídos em tempo anterior o Edifício Comandante Revés e o Edifício Comandante Pinto. Não sei se o Sr. Secretário agora pode sugerir, junto do Chefe do Executivo, a construção de novos edifícios para o benefício dos seus funcionários. O Secretário para a Economia e Finanças Tam Pak Yun já uma vez prometeu distribuir aos funcionários públicos os quatrocentos e tal apartamentos que sobraram. Espero que o Sr. Secretário possa cumprir a responsabilidade de prestar atenção às necessidades dos agentes das FSM.

Ainda tenho um pouco de tempo e queria falar dos benefícios fornecidos pela Obra Social das FSM, os quais, a meu ver, estão de certo modo desarticulados com a sociedade actual. Como por exemplo, agora já não é possível fonecer o benefício de lavar uma peça de uniforme pelo preço de três patacas, do qual também fui beneficiado. Actualmente, a quota da Obra Social é descontada automaticamente do ordenado dos funcionários das FSM sem pedir o seu consentimento. Em contrapartida, são escassos os benefícios, e os poucos que há, não são devidamente divulgados. Sugiro que se mande aos agentes recém-recrutados uma carta em que se explicam os benefícios a que têm direito, assim como se recuperem benefícios desaparecidos tais como serviços de creche, de aulas de explicação, e o direito de pedir livros emprestados. Acho que também se pode assinar protocolo com o Estabelecimento Prisional de Macau, para que este último proporcione serviços de lavagem de uniformes, poupando, deste modo, a despesa de mandar lavar uniformes fora. Ainda que o cofre do Governo esteja cheio, devemos fazer poupança na medida em que for possível. São praticamente estas as sugestões que queria apresentar ao Sr. Secretário. Já não tenho mais tempo para a intervenção. Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Hoje queria abordar várias questões. A primeira questão tem a ver com o combate a trabalhadores ilegais. Penso que outros colegas também vão expressar as suas opiniões sobre este tema. Enquanto em Macau existe, segundo acreditamos, grande quantidade de trabalhadores ilegais e trabalhadores não residentes que prestam serviços nas áreas não autorizadas, não percebo por que é que nas duas mil e oitocentas e tal acções de combate, realizadas pela Polícia, apenas foram detidos seiscentos e quarenta e quatro trabalhadores ilegais, ou seja, em cada quatro acções foi detido um único trabalhador ilegal (segundo dados fornecidos pelo Sr. Secretário na apresentação que fez há pouco). Questiono por que é que esta situação aconteceu. Não sei se a Polícia tentou encontrar justificações para este fenómeno. Na sua apresentação o Sr. Secretário falou da colaboração entre a CPSP e os Serviços de Alfândega. Aponto para a importância da Polícia Judiciária no combate a trabalhadores ilegais, e sobretudo a trabalhadores não residentes provenientes do Interior da China que prestem serviços ilegalmente nos casinos. Sem participação deste órgão policial, seria difícil obter sucesso nas acções acima referidas. Assim, espero que,

para além de nos fornecer dados sobre o combate a trabalhadores ilegais, o Sr. Secretário possa reflectir também sobre as razões que levaram à ineficiência das acções de combate, efectuadas pelos agentes das FSM.

A segunda questão que vou focalizar diz respeito precisamente ao princípio de “Primazia do povo”, mencionado pelo primeiro-ministro da RPC, Wen Jiabao, na sua visita a Macau, e concretamente no discurso dirigido aos dirigentes do Governo da RAEM. Ao contrário da “Primazia do povo”, o que se verifica nas realidades de Macau é a “Primazia das autoridades governamentais”. Há vários dias, depois de sair da escola à noite, passei pela Travessa de Pedro Coutinho e deparei-me com um grupo de residentes, os quais foram multados por terem estacionado a sua mota na mencionada travessa. O facto é que, com o desaparecimento dos parques de estacionamento para as motas, motivado pelas obras de construção da habitação pública no estaleiro atrás da Escola Kiang Ping, pela pavimentação dos passeios da Avenida do Coronel Mesquita e pela pavimentação da Rua de Pedro Coutinho, no segmento entre a Avenida Horta e Costa e a Avenida do Coronel Mesquita, os residentes só podiam estacionar na Travessa de Pedro Coutinho a sua mota, a qual não bloqueava nem o movimento das pessoas nem o dos veículos. Mas mesmo assim, todos os condutores foram multados. Os mesmos ficaram muito zangados porque achavam que o Governo não olhou para as suas necessidades e não lhes proporcionou alternativas, tendo ficado na mencionada travessa a manifestar as suas insatisfações contra o Chefe do Executivo, o Sr. Secretário e o Sr. Director do CPSP. Tenho respeito pelas acções da Polícia destinadas à execução da lei. No entanto, pergunto se é possível a adopção de uma medida que permita a maior harmonia da sociedade de Macau. Na posição dos agentes e do Governo, é natural que as transgressões sejam multadas, o que reflecte a “Primazia das autoridades governamentais” e não a “Primazia do povo”. No exemplo apresentado, na inexistência de parques para satisfazer as necessidades dos habitantes, e na situação em que as motas estacionadas não perturbavam o trânsito nem impediam o movimento dos transeuntes, será que os agentes podiam ser mais flexíveis? Há vários dias, também aconteceu que, ao mesmo tempo que o desencadeamento da acção do combate a trabalhadores ilegais, foram multados os operários do Casino Galaxy que estacionaram a sua mota junto do estaleiro do mesmo Casino. O problema é que ali não existiam parques de estacionamento, nem tendo as motas estacionadas bloqueado o trânsito. Como reacção da acção de aplicação de multas dos respectivos agentes, cento e tal operários reuniram-se em protesto, em confrontos com a Polícia. Há realmente uma enorme desproporção entre o número total de motas existentes e o número de parques proporcionados pelo Governo: nos finais do ano passado havia já cem mil motas, enquanto o número de parques para o estacionamento destes veículos é de trinta ou quarenta mil, o que significa que há pelo menos cinquenta ou sessenta mil motas que estacionam ilegalmente nas estradas todos os dias. Parece idiota que o Governo não tome medidas para o controlo do número de veículos, limitando-se a aplicar multas aos casos de estacionamento ilegal. Apelo para uma maior flexibilidade na execução da lei, especialmente no caso em que se registre grande diminuição do número de parques de estacionamento, causada por razões várias, e enquanto os veículos estacionados não impedirem nem o trânsito nem o movimento dos transeuntes. Espero que os respectivos serviços, sobretudo as entidades da execução da lei, possam ter em conta este problema, tentando arranjar estratégias para a sua resolução.

A terceira questão reside sobre a necessidade do respeito pelos direitos humanos. Ultimamente têm-se registado vários casos de

proibição da entrada no território de Macau, em que estavam envolvidos visitantes com fins de turismo, jornalistas, agentes sociais, e até o director da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong. O que é mais grave é que os dirigentes das FSM que ocupam cargos de direcção superior, incluindo o Sr. Secretário e o director dos respectivos serviços, insistiram na inexistência de uma lista negra e em que a proibição da entrada no Território dos respectivos indivíduos foi meramente decisão tomada pelos funcionários do Serviço de Migração segundo os seus conhecimentos profissionais, enquanto que a explicação dada pelo oficial do mesmo Serviço que estava de serviço, e que proibiu, no período em que o primeiro-ministro Wen Jiabao estava em Macau, a entrada na RAEM de um residente de Hong Kong, ao apontar claramente para a existência de uma lista negra, provou a falsidade da afirmação feita pelo quadro superior das FSM. Trata-se de uma falência total do crédito das Forças de Segurança de Macau. Por que é que a Polícia teve de mentir? Segundo a Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau, as medidas nela previstas visam especialmente proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem estabelecida contra a criminalidade violenta ou organizada, nela se incluindo as actividades internas que favoreçam a criminalidade transnacional e o terrorismo internacional. Não percebo por que é que é recusada a entrada em Macau dos mencionados turistas, jornalistas, agentes sociais e do director da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, os quais não cometeram crimes nem pareciam terroristas. Talvez haja pessoas que acham que não constitui um problema grave a proibição da entrada no Território da pequena quantidade de indivíduos. Contudo, não se deve esquecer o facto de que Macau foi definido pelo Governo Central como centro mundial de turismo e de lazer. Para o desenvolvimento de uma cidade turística, é negativa a proibição, sem critérios claramente fixos, da entrada dos estrangeiros. Temos de proteger os valores fundamentais, nomeadamente a liberdade na entrada no Território, para a criação de um centro de turismo, de lazer e de convenções e exposições.

Ainda relativamente ao tema acima abordado, queria analisar melhor as consequências consideradas pouco positivas para o desenvolvimento da RAEM como centro mundial de turismo, de convenções e de exposições. Se qualquer indivíduo, ao pretender entrar no território da RAEM, tivesse a possibilidade de ser recusado sem justa causa, penso que poucas pessoas gostariam de visitar Macau, e poucas empresas gostavam de organizar convenções e exposições na RAEM. Sendo assim, todas as acções destinadas à defesa da segurança de Macau devem ser desenvolvidas segundo a lei, não devendo usar abusivamente o poder de proibição da entrada no Território das pessoas de fora. É verdade que Macau é uma cidade muito especial onde existem indivíduos que apoiam sempre o Governo, por pior que seja o comportamento do mesmo. Não precisando de pagar qualquer preço pelo abuso do poder, o Governo fica cada vez mais viciado nesta tendência, entrando, assim, num ciclo vicioso sem saída. É de sublinhar que esta atitude do Governo trará a Macau grande prejuízo a longo prazo, estragando a sua imagem de cidade turística, assim como impedindo o alcance do objectivo definido pelo Governo Central, isto é, tornando impossível a sua transformação num centro mundial de turismo e de lazer.

Sendo os direitos de reunião e de desfile direitos fundamentais atribuídos pela Lei Básica aos residentes de Macau, a Polícia não deve arranjar maneiras para impedir a sua ocorrência como tem feito. Após a recepção do pedido de autorização apresentado pelos seus organizadores, a estratégia normalmente adoptada pela Polícia é a detenção dos principais organizadores destas actividades durante

várias horas (cinco horas e meia ou cinco horas e quarenta e cinco minutos), inventando um pretexto qualquer e aplicando o n.º 3 do artigo n.º 233 do Código de Processo Penal, no qual se exigem determinadas condições para a sua aplicação. Veja-se o seguinte: Havendo motivo para suspeita, os órgãos de polícia criminal podem conduzir as pessoas que forem incapazes de se identificar ou se recusarem a fazê-lo ao posto policial mais próximo e compeli-las a permanecer ali pelo tempo estritamente necessário à identificação, em caso algum superior a 6 horas. Chamo a atenção para a necessidade do cumprimento da regra de aplicação, registada na disposição que acabamos de verificar, visto que o que está em causa é a liberdade pessoal do indivíduo sujeito à detenção. No entanto, não parece que esta regra seja respeitada pela polícia na respectiva actuação, tendo detido indivíduos que colaboraram e que foram capazes de se identificar. Temos aqui claramente outro caso de abuso de poder.

Ainda no período em que o primeiro-ministro Wen Jiabao visitou Macau, dois senhores, que pretendiam ir de Macau a Hong Kong para assistir a uma conferência de imprensa, foram detidos pela polícia. Não sei se foi por causa de um deles ter sido organizador de um desfile. Durante o período de detenção, um destes senhores, que tinha já setenta e quatro anos, foi levado para o hospital, onde foi amarrado em cima da cama durante dezoito horas (das dezasseis horas e meia às dez horas e meia da manhã do dia seguinte). Durante todas estas dezoito horas não lhe permitiram ir à casa de banho. Como consequência disso, ele só podia urinar na cama, tendo ficado, desta maneira, com calças e lençol molhados de urina. Questiono se a Polícia tem poder para fazer isto. O Sr. Secretário pode dizer que tudo isto é da responsabilidade do Hospital Conde de S. Januário. Claro que também vou falar com o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura. No entanto, a pessoa foi detida e levada ao referido Hospital pela Polícia, portanto, as FSM não podem livrar-se da responsabilidade.

O último assunto que queria analisar tem igualmente a ver com a violação dos direitos humanos. Actualmente, quando um indivíduo for considerado pela polícia como suspeito, é levado ao posto policial para a recolha de dados de identificação. Durante este processo os agentes tiram fotografia à parte, obrigando-a a levantar uma placa com números. Trata-se de uma forma de violar a sua dignidade humana. Caso a parte recuse levantar a referida placa, ela é ameaçada da acusação de desobediência. O n.º 2 do artigo n.º 233 do Código de Processo Penal determina o seguinte: Os órgãos de polícia criminal procedem à identificação de suspeitos, facultando-lhes, para o efeito, a possibilidade de comunicação com pessoa da sua confiança, realizando, em caso de necessidade, provas dactiloscópicas, fotográficas ou de análoga natureza e convidando-os a indicar residência onde possam ser encontrados e receber comunicações. Como é evidente, na referida disposição não está estipulado que a parte tem de levantar uma placa com números. Sendo assim, a mencionada exigência da polícia de carácter insultuoso não se baseia em fundamento do direito, nem é apoiada pela lei.

Segundo contou um cidadão que veio fazer reclamação à Assembleia Legislativa, os agentes da Polícia Judiciária disseram que eles estavam a executar o n.º 2 do artigo n.º 233 do Código de Processo Penal, e que como na referida disposição não está prevista a forma como se tira a fotografia, a P.J. tinha poder de decidir a forma que acha mais adequada. Pergunto se eles têm razão, ou seja, se é correcto que os órgãos de execução têm direito de fazer o que quiserem se não há definição na lei. Acho que a explicação da P.J.

não é aceitável. O que se deve fazer é reflectir esta situação ao superior, procurando a introdução na lei das modificações necessárias. É evidente que os agentes não dispõem de poder para decidir, por si só, a forma concreta da execução da lei. Conforme a minha compreensão, para os cidadãos em geral, a prática de actos não proibidos pela lei não constitui uma acção ilegal. Ao invés, no caso de Administração Pública que detém o poder público, sobretudo os agentes policiais que executam directamente a lei, têm que ter muito cuidado com o seu comportamento, o qual tem que se basear na lei. Caso contrário, cometem actos ilegais e abusam do poder que têm.

Entendo que é já um hábito que, ao cumprir o n.º 2 do artigo n.º 233 do Código de Processo Penal, a polícia pede à parte para segurar uma placa com números. No entanto, como é uma exigência sem fundamento de direito, e que viola a dignidade humana, este costume deve ser corrigido.

É tudo o que queria exprimir, obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Em primeiro lugar queria abordar a questão de trabalhadores ilegais. Segundo os dados fornecidos pelo Sr. Secretário na apresentação que fez, para proteger o ambiente de trabalho da RAEM, a polícia realizou, de Janeiro a Setembro do ano corrente, duas mil oitocentas e quatro acções de combate, nas quais detiveram seiscentos e quarenta e quatro trabalhadores ilegais. Estranhei. Por que é que foram tão poucos os trabalhadores ilegais detidos? Isto quer dizer que em Macau não há muitos trabalhadores ilegais, ou que as estratégias adoptadas pela Polícia são pouco eficientes? A verdade é que os habitantes falam muito da existência abundante de trabalhadores ilegais, os quais prestam serviços nomeadamente nos estaleiros, nos estabelecimentos de comidas ou até nas residências. Não percebo por que é que o resultado das acções de combate a trabalhadores ilegais é sempre aquém daquilo que é desejado. Penso que os dirigentes das FSM têm de tentar encontrar a razão para justificar os fracos efeitos conseguidos em troca da movimentação de grande quantidade de agentes, os quais prestaram grande esforço em quase três mil operações desencadeadas.

A desproporção entre o trabalho realizado e o resultado obtido obrigou à investigação sobre as razões. Trata-se de um assunto que prejudica a imagem das Forças de Segurança, para além de abafar o entusiasmo dos agentes de linha da frente. Em 19 de Agosto do ano corrente, a Polícia organizou uma grande operação, na qual foram apanhados dezenas de trabalhadores ilegais, assim como foi detectada uma oficina ilegal onde se produziam televisores ilegais compostos por diferentes peças. Toda a sociedade aplaudiu este sucesso raro das FSM.

Passada uma semana, porém, o Ministério Público só pôde acusar dois residentes locais de terem empregado dois trabalhadores ilegais, sendo impossível saber quais eram as entidades patronais que tinham empregado os restantes sessenta e seis trabalhadores ilegais. Trata-se de casos de arguidos incógnitos. Segundo o disposto no Código de Processo Penal, depois de terem sido tomadas algumas medidas de coacção, todo o processo foi devolvido à Polícia e à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais para a averiguação. O referido

fracasso na acusação das entidades empregadoras reflectiu lacunas existentes na legislação, as quais levaram ao insucesso dos trabalhos de repressão de trabalhadores ilegais (trabalhos esses que se têm desencadeado desde há muitos anos), e a consequente redução do entusiasmo dos polícias de linha da frente. Se os dirigentes que ocupam os cargos de direcção superior não tentarem resolver o problema na sua raiz, por maiores que sejam os esforços prestados pelos polícias de linha da frente, o problema persiste, prejudicando, desta forma, a imagem do Governo da RAEM, fazendo esmorecer o entusiasmo dos polícias de linha da frente, e ameaçando a segurança pública do Território.

Sr. Secretário, queria trocar parecer consigo sobre os grandes males do problema de trabalhadores ilegais. Parece a muitas pessoas que o combate a trabalhadores ilegais serve simplesmente para proteger os trabalhadores locais e as suas oportunidades de trabalho. Acho este ponto de vista com grande limitação. Sublinho que dentre os trabalhadores ilegais, há trabalhadores não residentes que trabalham numa área diferente da área autorizada, há indivíduos de permanência ilegal, e há imigrantes ilegais. Assim, a detenção de trabalhadores ilegais pode permitir a obtenção de informações úteis que contribuam para a purificação do ambiente da sociedade de Macau, a qual é da responsabilidade das FSM. Tal como disse o Sr. Secretário há pouco, a polícia precisa de garantir a segurança da sociedade de Macau. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar quais são as ideias que os dirigentes das FSM têm relativamente a estratégias eficazes para a solução deste problema, assim como quais são as sugestões feitas para poder acusar as entidades patronais que empreguem trabalhadores ilegais. A aceitação ou não destas sugestões pelo Governo é outro assunto. Queríamos saber se as Forças de Segurança estudaram este problema, se foram pedidas opiniões aos polícias de linha da frente, e quais foram as suas ideias e opiniões. Espero que o Sr. Secretário possa dar as respectivas explicações.

Queria igualmente chamar a atenção para a importância da consciencialização dos condutores em termos de segurança. Os dados fornecidos pela Polícia mostrou um maior respeito dos condutores pelas regras previstas na Lei do Trânsito Rodoviário, tendo revelado, no entanto, o agravamento de alguns comportamentos negativos, tais como: não dar prioridade a condutores e transeuntes que tenham este direito, desrespeito pelos sinais de trânsito, ultrapassagem perigosa, mudança de faixa no lugar com separação da linha contínua, atravessar a estrada em lugar proibido, conduzir a velocidade mais alta do que é permitida, desrespeito pelo sinal vermelho, etc.

Não obstante a diminuição, em comparação com o ano passado, de graves acidentes de viação que causaram morte (no ano passado houve catorze casos destes, ao passo que no ano corrente foram registados sete casos), segundo as opiniões dos cidadãos, os actos transgressivos tendem a multiplicar-se, opiniões essas que são apoiadas pelos dados estatísticos fornecidos pelo Governo. Com vista a reprimir as transgressões referidas há pouco, acho que é útil o reforço constante dos actos da execução da lei, os quais podem produzir o efeito dissuasivo, impedindo crescer nos condutores a esperança de ter sorte e não ser punido na transgressão das regras do trânsito rodoviário.

Tal como referi, é importante a consciencialização dos condutores em termos de segurança. As Forças de Segurança têm obrigação de desenvolver, em cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, acções de sensibilização, de modo a que os

condutores percebam que os acidentes de viação, sobretudo os que causem morte ou deficiência, trazem prejuízos e dores impagáveis à vítima e aos seus familiares. Concorro com as palavras de um juiz de Hong Kong, que, ao chamar a atenção para a importância de conduzir com segurança, comparou um veículo motorizado com uma arma homicida, pois um carro ou uma mota pode matar se o seu condutor não o guiar com cuidado.

Em seguida vou narrar um acidente de viação que teve lugar em 3 de Setembro do ano corrente, às onze horas da noite, na Rua do Almirante Sérgio, no qual um transeunte foi atropelado por uma mota quando atravessava a estrada na passadeira. O ferido foi enviado ao hospital. O que é estranho é que a notícia não tenha saído nos jornais de Macau. Assim, na suspeita de que a Polícia podia estar a proteger encobrindo o condutor da mota que provocou o acidente, a esposa da vítima foi ter connosco para pedir ajuda. Perguntei-lhe por que é que tinha esta suspeita, tendo ela respondido que, nos jornais não tinha saído nenhuma notícia sobre o acidente porque o condutor da mota era polícia, e as FSM deviam estar a abafar a divulgação do assunto para o proteger. Voltei a perguntar-lhe por que é que sabia que o autor do acidente era polícia, e ela disse que o condutor era reconhecido pelos vendedores que montavam tendinhas perto. Fui aos respectivos serviços acompanhar o assunto e fui atendida com cortesia. Depois da investigação, finalmente percebemos que o culpado não era polícia, verdade essa que foi explicada várias vezes pelos agentes das FSM à esposa da vítima, a qual, pelo facto de o acidente não ter sido mencionado nos jornais de Macau, não acreditou na explicação, nem os seus amigos acreditaram.

Nos últimos dois ou três anos, tenho insistido em que a Polícia deve manter uma ligação íntima com os meios de comunicação, de modo a fazer divulgação atempada de certas notícias, das quais a população tem direito ao conhecimento. No que diz respeito ao acidente referido, por um lado, os meios de comunicação tinham a responsabilidade de fazer a divulgação da notícia, por outro lado, era importante alertar a sociedade para a importância da condução com segurança, deixando-a saber a ocorrência de mais um acidente e a destruição consequente de mais uma família. Não sei se a Polícia já tomou algumas medidas para melhorar os respectivos trabalhos. Acredito que no assunto mencionado, a Polícia não tinha a intenção de proteger encobrindo o autor do acidente. O problema reside na forma da divulgação da notícia, a qual causou a suspeita da esposa da vítima e dos conhecedores da notícia do acidente. Por causa do questionamento dos familiares da vítima, e como a vítima entrara no estado de coma, a Polícia finalmente no dia 8 fez um apelo na televisão, pedindo aos cidadãos que tenham testemunhado a ocorrência do acidente para fornecerem informações. Este gesto da Polícia, porém, foi feito demasiadamente tarde para os familiares da vítima, a qual morreu uma semana após o acidente. Esta experiência provou que é fundamental a divulgação atempada de determinadas notícias. No assunto referido, muito embora a Polícia não tenha pretendido esconder a verdade, existem claramente problemas na divulgação da notícia e no acompanhamento da evolução do assunto. O que aconteceu demonstrou que a publicação clara e tempestiva das respectivas notícias e o acompanhamento adequado do acontecido também seriam formas que podem contribuir para a protecção da imagem da própria Polícia. Não parece suficiente mandar mensagens aos jornalistas, os quais podem escolher accionar ou não. Espero que os dirigentes do quadro superior das FSM possam ponderar este assunto e procurar encontrar melhores soluções.

Reitero que é fundamental a existência de um mecanismo eficaz

para a divulgação das notícias sobre a ocorrência de acidentes graves e acontecimentos importantes. Caso contrário, mal-entendidos como este que acabei de referir vão continuar a aparecer. Não sei se o meu conselho vai produzir qualquer efeito para o melhoramento. Mesmo assim, na discussão de hoje sobre as Linhas de Acção Governativa na área da Segurança, não vou deixar de pedir ao Sr. Secretário, assim como aos outros dirigentes do quadro superior das FSM, que ponderassem as possibilidades da optimização dos respectivos trabalhos. Queríamos saber quais são os projectos concretos para o melhoramento deste aspecto. Claro que o que está prometido é para ser realizado. Aliás, são coisas que devem ser realizadas. Hoje prestamos muita atenção à necessidade de a Polícia melhorar a sua imagem, o que representa um problema existente há muito tempo, sendo também a razão mais profunda que levou à suspeita acima referida. Acho que a transparência na divulgação de notícias é muito importante para a construção de uma imagem mais positiva das FSM.

Estas são as minhas opiniões e perguntas, às quais espero que o Sr. Secretário possa responder. Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Há pouco, o Sr. Secretário fez uma apresentação com dezassete páginas, em que estão incluídos muitos pormenores. Na página n.º 14, no ponto n.º 6, há referências sobre um trabalho com grande importância, que é precisamente a prestação de serviços de qualidade e com maior eficácia na área da Migração.

Em relação ao tema referido, sobre o qual não se encontram muitos conteúdos na apresentação, queria mencionar dois aspectos problemáticos, na esperança de obter a resposta directa do Sr. Secretário. Em primeiro lugar vou prestar atenção à segurança pública do Território, que de certo modo está a ser ameaçada, desde há vários anos, pelos imigrantes ilegais e pelos indivíduos de permanência ilegal. De facto, é uma grande preocupação da população local que, para ganhar a vida, os mencionados indivíduos trabalhem ilegalmente, dedicando-se, nos piores casos, às actividades ilícitas, tais como prostituição, roubo e furto. Desta perspectiva, a existência destes indivíduos em Macau prejudica a imagem da RAEM como uma cidade internacional, afectando a estabilidade social, o desenvolvimento económico, a ética moral e os juízos de valores, e até a vida tranquila e as oportunidades de trabalho dos residentes de Macau. A permanência destes indivíduos em Macau também provocou o problema de pensões ilegais, as quais continuam a sobreviver no Território mesmo com a promulgação da respectiva lei e com a realização de grande quantidade de trabalho pelos respectivos serviços governamentais. Todos sabem que os residentes locais são perturbados, durante longo espaço de tempo, pelos problemas, nomeadamente crimes, originados pela existência de pensões ilegais.

Ainda me lembro de que nos finais de Março do ano corrente, nas discussões sobre as Linhas de Acção Governativa, realizadas na Assembleia Legislativa, o Sr. Secretário fez a previsão de que neste ano, o número total de imigrantes ilegais e de indivíduos que permaneçam ilegalmente no Território atingiria quarenta mil, aproximadamente. Segundo os dados estatísticos sobre os primeiros

três trimestres, até Novembro têm-se registado vinte e três mil e tal imigrantes ilegais e indivíduos de permanência ilegal. Claro que o Sr. Secretário dispõe de dados com maior precisão. Este número mostra-nos que a respectiva situação melhorou. Ainda assim, chamo a atenção para a necessidade de prestar atenção à prevenção e ao combate à criminalidade relacionada com indivíduos provenientes dos lugares do exterior, diminuindo os problemas causados à segurança pública de Macau pelos indivíduos que entrem ou que permaneçam ilegalmente na RAEM. Queria pedir ao Sr. Secretário para responder às seguintes perguntas: por que é que não se faz uma revisão e modificação geral aos diplomas legais que regulamentam assuntos ligados à emissão da “Declaração” aos indivíduos que permanecem ilegalmente no Território, de modo a prevenir a prática de crimes pelos mesmos indivíduos, enquanto não tiverem outras formas para ganhar a vida. Penso que, sem dúvida, estes indivíduos vão constituir uma ameaça à segurança pública do Território.

Não compreendo qual é a utilidade de uma base de dados electrónica sobre as referidas “Declarações”, mencionada nas Linhas de Acção Governativa. Queria pedir a explicação ao Sr. Secretário. Nas discussões sobre as LAG, realizadas em Março, o Sr. Secretário previu já quarenta mil imigrantes ilegais e indivíduos que permanecem ilegalmente no Território. Queria saber quais são as medidas concretas que o Sr. Secretário vai tomar para reprimir o agravamento deste problema, designadamente medidas eficientes para o aceleramento do repatriamento dos referidos indivíduos.

Tanto na apresentação do Sr. Secretário, como nas Linhas de Acção Governativa, fala-se da utilização do centro de detenção de imigrantes ilegais no edifício do Serviço de Migração de Pac On, na Taipa, do qual se ouve falar há muito tempo, mas não sabemos quando vai ser a conclusão das respectivas obras. Esperamos que o Sr. Secretário possa indicar uma data concreta em que este centro entrará em funcionamento. Quando vamos ao aeroporto, passamos sempre pelo referido edifício, que está em construção há muito tempo. Queremos saber quando é que ele fica construído.

O segundo aspecto que queria abordar ainda está dentro do âmbito de “prestação de serviços de qualidade e com maior eficácia na área da Migração”. Em Julho do ano corrente, o Governo anunciou a emissão do Bilhete de Identidade de Trabalhadores Não-Residentes (novo Cartão Azul), o qual vai substituir o Título de Identificação de Trabalhadores Não-Residentes (antigo Cartão Azul). Por causa disso, parou-se de emitir Título de Identificação de Trabalhadores Não-Residentes, continuando os antigos Cartões Azuis emitidos a ser válidos até ao fim da data da validade. No entanto, não sei por que razão é que ainda não apareceram, até agora, os novos Cartões Azuis. Como consequência disso, o documento de viagem com o carimbo especial (que indica a autorização da permanência em Macau do titular do mesmo documento como trabalhador não residente) e o recibo do pagamento da despesa para a requisição do novo Cartão Azul, vão servir como prova de que o portador destes documentos é um trabalhador não residente legal. Parece-me que há uma falta enorme de seriedade na gestão dos assuntos relativos à permanência em Macau dos indivíduos de lugares exteriores. Esta medida também vai dificultar os trabalhos dos polícias de linha da frente que examinam na rua documentos de identificação. O facto é que segundo os dados publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, até Setembro do ano corrente, o número total da mão-de-obra importada chega a ser de setenta e cinco mil.

O atraso na emissão dos novos Cartões Azuis não só reflecte a ineficácia das máquinas administrativas dos respectivos serviços na

implementação das políticas definidas e dos diplomas legais promulgados, nomeadamente na concretização dos trabalhos de preparação e que permitam a articulação, mas também traz problemas sérios aos trabalhadores não residentes e às entidades patronais, para além de sobrecarregar os agentes de linha da frente que trabalham nos postos fronteiriços, os quais estão sujeitos a grandes pressões provenientes da grande quantidade de trabalho, prejudicando igualmente a imagem de Macau como uma cidade turística internacional. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar as razões que impediram a emissão de novos Cartões Azuis, assim como indicar uma data concreta em que a mesma tarefa puder ser levada a cabo.

Tendo em consideração a quantidade de grande crescimento de passageiros que passam pelos postos fronteiriços, especialmente pelo posto fronteiriço das Portas do Cerco (segundo os dados estatísticos publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de Janeiro a Outubro do ano de 2010, mais de vinte milhões de visitantes entraram em Macau, entre os quais, quase dez milhões entraram pelo posto fronteiriço das Portas do Cerco), os respectivos serviços arranjam uma série de soluções para aumentar a fluidez na passagem das fronteiras, nomeadamente construíram o novo edifício do Serviço de Migração das Portas do Cerco, o qual pode até satisfazer as necessidades futuras.

Em relação a este aspecto, sugiro que imitemos uma estratégia adoptada pelo Interior da China, que consiste no fornecimento, através da *internet* ou da rede de telemóveis, de informações sobre a quantidade de passageiros (que se deslocam a pé ou em veículos motorizados) e que se encontram nos vários postos fronteiriços da RAEM, de modo a que os residentes locais e os turistas possam escolher o momento melhor para passar a fronteira, diminuindo, desta forma, a quantidade de passageiros reunidos num posto fronteiriço.

O terceiro aspecto a que vou prestar atenção tem a ver com o Regulamento de Segurança contra Incêndios. Como todos sabem, nos últimos anos tem-se registado grande desenvolvimento da sociedade de Macau, tendo surgido nomeadamente muitos edifícios super-altos. Julgo que estes edifícios devem estar sujeitos às regras contra incêndios actualizadas. Sendo assim, há necessidade de que as autoridades mandem fazer a revisão e modificação, o mais rapidamente possível, do Decreto-Lei n.º 24/95/M que aprova o Regulamento de Segurança contra Incêndios, de modo a que o mesmo diploma legal possa estar em conformidade com a situação actual da sociedade de Macau. O facto é que já se iniciou em Setembro de 2009 a consulta da opinião pública sobre as modificações que se pretendem introduzir no mencionado Regulamento. No entanto, não há nenhuma referência, nos últimos dois Relatórios das Linhas de Acção Governativa, sobre a evolução do respectivo trabalho. A minha preocupação tem a sua origem num desastre que teve lugar em Xangai, do qual não sei se os senhores têm conhecimento. Pegou fogo um edifício com vinte e oito andares, localizado na referida cidade chinesa e destinado à habitação de professores, tendo morrido quarenta e tal docentes no incêndio. Mesmo que Macau seja um território abençoado por Deus, precisamos de estar prevenidos e saber de antemão os cuidados que se devem ter, tal como afirmou o Sr. Secretário há pouco.

O exemplo que acabei de apresentar é um alerta para a Administração Pública de Macau. De facto, os habitantes de Macau estão preocupados com a capacidade dos respectivos serviços públicos de extinguir o fogo nos edifícios altos (*Touch wood!*). Com

um Regulamento de Segurança contra Incêndios ultrapassado, assim como uns equipamentos para a extinção de incêndios pouco modernizados, será que, na referida situação, o Corpo de Bombeiros pode diminuir a perda de vidas e de bens até ao mínimo possível? Espero que o Sr. Secretário possa fornecer informações sobre a evolução dos trabalhos de consulta pública em relação à revisão e modificação do referido Regulamento. Queria pedir também informações mais pormenorizadas sobre as medidas tomadas para a prevenção da ocorrência de incêndios nos edifícios altos, assim como sobre a altura a que podem chegar as escadas para incêndios do Corpo de Bombeiros, pois trata-se de informações que os residentes de Macau querem obter.

Por último queria focalizar o tema de “reforço da capacidade tático-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias”. Não sei se o Sr. Secretário ainda se lembra de que em Abril de 2009, o Governo anunciou o projecto de instalação, no âmbito do Território de Macau, quatrocentas câmaras do sistema electrónico de vigilância das vias públicas, destinadas à vigilância do trânsito rodoviário, bem como à prevenção e ao combate à criminalidade. No entanto, no Calendário das principais acções governativas da área da Segurança para o ano de 2010, indica-se apenas que se vai continuar a concretizar o projecto de instalação do referido sistema. Se houver qualquer dificuldade na implementação do mencionado sistema, espero que o Sr. Secretário possa ser franco connosco, de modo que possamos saber por que razão é que até agora os respectivos trabalhos ainda não foram levados a cabo. Na apresentação que acabou de fazer, o Sr. Secretário apontou para o reforço no policiamento de proximidade não só em pontos críticos de segurança, mas também nas zonas antigas, nas zonas urbanas com maior afluxo populacional e nas proximidades de estabelecimentos de diversões, nomeadamente através da realização de mais patrulhas. Temos certa dúvida com a possibilidade de cumprimento desta promessa, uma vez que com o pessoal disponível das FSM, pensamos que não deve haver agentes suficientes para fazer patrulhas nas ruelas das zonas antigas, as quais são pontos críticos de segurança. O outro assunto sobre o qual queria pedir informação ao Sr. Secretário tem a ver com os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Prevenção da Criminalidade nos Edifícios, o qual foi criado na altura do Ano Novo Chinês passado, e é responsável pela fiscalização, em intervalos fixos ou inesperada, dos edifícios residenciais, sobretudo aqueles em que costumam ocorrer crimes. Queríamos saber igualmente se o referido Grupo mantém contacto com as companhias de administração de propriedades, e quantas vezes já entrou em contacto com as mesmas. A minha última pergunta é a seguinte: Quais são as medidas tomadas pela Polícia para a prevenção e combate à criminalidade ocorrida nos edifícios com poucos andares, especialmente nos edifícios onde se cometeram actos criminosos?

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Depois de ouvir a apresentação do Sr. Secretário sobre as Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2011, na área de segurança, na qual foram destacadas dez principais acções e medidas adoptadas, queria chamar a atenção para vários aspectos que

considero importantes. O primeiro aspecto tem a ver com a prevenção e combate a delinquências juvenis (sobretudo no que diz respeito a crimes relacionados com drogas) e a criminalidade informática. Tal como afirmou o Sr. Secretário há pouco, no momento actual, a sociedade de Macau está a experimentar um processo de internacionalização, acompanhado por um grande desenvolvimento socio-económico. Contudo, a expansão da indústria do jogo, que impulsiona constantemente o melhoramento da economia da RAEM, influencia negativamente os cidadãos em geral e a nova geração em especial, tendo a delinquência juvenil surgido nos últimos anos, e tornado uma questão que mais preocupa a sociedade. Segundo os dados publicados pelas Forças de Segurança, o número de casos de delinquência juvenil em geral e de casos de delinquência juvenil em que implica a utilização de violência, registados no período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente, tende a descer em comparação com o período homólogo do ano passado. Todavia, não se esqueçam de que a delinquência juvenil é de carácter ocultante e repetitivo, e que a sua forma varia à medida que muda o ambiente da sociedade. Temos de continuar a manter-nos atentos sobretudo com o fenómeno de consumo e venda de drogas pelos jovens, assim como com a criminalidade informática. Assim, apelo para o reforço de prevenção e combate aos referidos crimes relacionados com os jovens de Macau.

Os dados estatísticos revelam que, nos últimos anos se têm registado a subida constante do número de casos de venda e consumo de drogas, bem como a tendência da diminuição da idade do primeiro consumo de droga. Actualmente, 35% de consumidores de drogas são jovens com idade inferior a vinte e um anos. Os novos tipos de drogas invadem as zonas comunitárias, sendo grave o fenómeno de os jovens de Macau irem ao Interior da China consumir drogas. Em resumo, a situação é preocupante.

Para a prevenção e combate à criminalidade relativa à droga, o Governo criou, em 2008, a Comissão de Luta contra a Droga, tendo promulgado, em 2009, a Lei intitulada “Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas”, e tendo criado também o Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Problemática da Droga dos Jovens. Não obstante todos os esforços prestados pelo Governo, e apesar dos numerosos casos detectados de venda e consumo de drogas pelos jovens, a situação mencionada, ou seja, a descida do número de casos de delinquência juvenil em geral e a subida do número de casos de venda e consumo de drogas pelos jovens, revela que a venda e o consumo de drogas se tornaram a principal modalidade da delinquência juvenil. Na minha opinião, o combate à criminalidade ligada a drogas tem que ser feito tendo em conta as respectivas fontes. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as medidas que o Governo adopta para resolver os referidos problemas, nomeadamente o problema de as novas drogas invadirem as zonas comunitárias, e o de os jovens locais irem à China Continental para o consumo de drogas. Queria saber igualmente se há mecanismo que permita a comunicação regular entre as FSM e as entidades contra drogas tais como a Comissão de Luta contra a Droga e o Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Problemática da Droga dos Jovens, de modo a que diferentes órgãos governamentais possam colaborar nas acções de prevenção e combate a drogas, protegendo os nossos jovens.

A criminalidade informática é outra modalidade da delinquência juvenil que merece a nossa atenção. Com a popularização das técnicas informáticas, os delinquentes começam a aproveitar frequentemente a rede para praticar actos ilícitos. Sendo a *internet*

uma grande atracção para os jovens, é natural que a nova geração seja facilmente corrompida e aproveitada pelos malfeitores. Actualmente, os trabalhos de combate à criminalidade informática deparam-se com grandes dificuldades, o que se deve designadamente à desactualização da legislação da RAEM, à falta do pessoal dos respectivos serviços públicos, à inexistência de mecanismos necessários, e à falta de ligação e cooperação internacional. Enfim, está-se perante uma impossibilidade de investigação activa dos referidos crimes.

Para fazer frente a esta situação, o Governo criou, no ano corrente, a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos e a Divisão de Informática Forense, cujo funcionamento pode, sem dúvida, reforçar a capacidade do Governo de combater a criminalidade informática. Todavia, há sempre receio na sociedade (sobretudo dos jovens) da possível violação da liberdade de expressão pela fiscalização do conteúdo divulgado na rede. O conflito entre a protecção da liberdade de expressão e a investigação da criminalidade informática originou o apelo da população para a supervisão efectiva das acções de investigação efectuadas pelos dois departamentos referidos. Queria pedir ao Sr. Secretário informações e dados sobre a situação da criminalidade informática cometida pelos jovens de Macau. Também espero que o Sr. Secretário nos possa dizer quais são as medidas tomadas pelo Governo para a prevenção e combate à referida criminalidade. Queria igualmente perguntar quais são as garantias fornecidas para a protecção da liberdade de expressão e da privacidade individual, aquando da investigação da criminalidade informática.

O segundo aspecto para o qual queria chamar a atenção é precisamente a necessidade de combate às actividades de prostituição e de purificação do ambiente das zonas comunitárias. O grande desenvolvimento económico do Território tem trazido um conjunto de problemas que ameaçam a segurança pública de Macau. Há indícios que mostram que há uma grande expansão das actividades prostituídas, que não só inundam os estabelecimentos de diversões, mas também penetram nas zonas comunitárias, tais como a zona norte, inclusivamente a zona da Areia Preta. A situação é grave até ao ponto de que muitos senhores dizem que à noite não se atrevem a caminhar sozinhos na referida zona, pois vão ser perturbados por muitas prostitutas. Sendo Macau uma cidade muito pequena, a nova geração tem facilmente contacto com este fenómeno, nomeadamente tem contacto com os folhetos com fins publicitários, em que há fotografias de raparigas sensuais vestidas com pouca roupa, folhetos esses que se encontram com facilidade nas proximidades dos estabelecimentos de diversões. Sublinho que perto destes estabelecimentos há escolas. Pergunto que ambiente é que a sociedade está a fornecer aos nossos jovens que estão em crescimento: por um lado, lançam-se imensas mensagens pornográficas na *internet*, nos media, inclusivamente nos jornais e revistas; por outro, as prostitutas passam diariamente ao pé deles. Que eu saiba, houve estudantes jovens que, pela curiosidade, telefonaram para o número registado nos referidos folhetos para saber como funcionam as actividades. Sendo assim, como é que os pais podem não ficar preocupados com seus filhos cujo crescimento normal está a ser posto em causa? Muito embora a Polícia tenha prestado esforços para reprimir as referidas actividades, o resultado está aquém daquilo que é desejado. Actualmente, as mesmas actividades estão a influenciar muito negativamente a vida quotidiana dos residentes locais.

Ainda que na RAEM existam diplomas legais que estabelecem medidas sobre a venda, exposição e exibição públicas de material

pornográfico e obsceno no Território, assim como sobre a emissão da licença e a entidade pública para a fiscalização e regulamentação dos respectivos assuntos, os jovens locais continuam a ser atacados, com frequência, pelas mensagens e artigos pornográficos. Apelo para o Governo da RAEM reprimir a indústria pornográfica combatendo a sua fonte, de modo a proporcionar um ambiente purificado para o crescimento saudável da nova geração. Queria saber quais são as medidas concretas adoptadas pelo Governo para fiscalizar e controlar as formas publicitárias das actividades prostituidoras, assim como para purificar o ambiente das zonas comunitárias e as mensagens divulgadas na rede, de forma a proteger os estudantes e jovens das influências nocivas pornográficas. Também queria saber se a divulgação do conteúdo dos folhetos que mencionei há pouco constitui uma transgressão das normas jurídicas.

O terceiro aspecto é sobre a educação e a fiscalização como formas que contribuem para a prevenção de incêndios. Há pouco o Sr. Deputado Ho Ion Sang falou do desastre ocorrido em Xanghai e chamou a atenção para a necessidade de prestar uma maior atenção aos trabalhos de prevenção de incêndios. Aqui não vou repetir. Presto apenas uma atenção especial à situação da escola, que é um lugar com concentração de estudantes (centenas, mais de mil ou até dois mil ou três mil). Portanto, não se podem negligenciar as medidas contra incêndios. Segundo saiba, antigamente as escolas do Território tinham a obrigação de submeter, anualmente, um relatório sobre a planificação de medidas tomadas no caso de incêndio à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Não sei por que nos últimos um ou dois anos este trabalho deixou de ser feito. Actualmente na RAEM, umas escolas realizam, nos períodos fixos, simulação de incêndios, ao passo que outras escolas não o fazem. Na minha opinião, além da DSEJ, o Corpo de Bombeiros também deve fornecer aos estudantes informações necessárias sobre incêndios, auxiliando as escolas na realização de simulação de incêndios, de modo a que as escolas e os estudantes possam agir correctamente em caso de emergência.

Ainda em relação à educação e prevenção de incêndios, parece-me que o Corpo de Bombeiros não costuma mandar agentes para fazer fiscalização nas escolas, tal como fazem outros órgãos governamentais, tais como os Serviços de Saúde que o fazem anualmente. Penso que há necessidade de que os bombeiros vão, nos períodos fixos, às escolas examinar os respectivos equipamentos e instalações, bem como realizar palestras para melhorar o conhecimento que os professores e estudantes têm sobre a prevenção contra incêndio. A propósito disso, queria perguntar se as autoridades vão pensar em desenvolver actos de colaboração com as escolas, de modo a reforçar as acções de educação e sensibilização para a importância de prevenir incêndios, ajudando-as a organizar simulação de incêndios.

Obrigada, Sr. Secretário.

Presidente: Já cinco deputados se pronunciaram. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar a respectiva resposta. Vamos fazer um intervalo às dezassete horas e quinze minutos. Se naquela altura o Sr. Secretário ainda não terminar a sua resposta, faça o favor de continuá-la depois do intervalo. Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho abordou a questão relativa ao tamanho do quadro das FSM. Perante o seu questionamento

queria dar a seguinte explicação: após a transferência da soberania, registaram-se profundas modificações na sociedade de Macau, tendo a população aumentado de quatrocentas e tal mil para cerca de quinhentas e cinquenta mil pessoas.

Quanto à população transitória, estima-se que este ano vai haver vinte e quatro milhões de turistas que visitam Macau. Relativamente aos trabalhadores não residentes, tal como indicaram os Srs. Deputados, há cerca de setenta e cinco mil pessoas. Portanto, é grande o crescimento do número quer dos residentes locais, quer dos turistas, quer dos trabalhadores não residentes.

O crescimento de vários tipos de população provocou inevitavelmente o aumento de necessidades não só na área da Segurança, mas também noutros domínios, nomeadamente no domínio da saúde. Antigamente o Serviço de Urgência do Hospital Conde de S. Januário era muito pouco frequentado, hoje em dia a sala de espera deste Serviço está sempre cheia de utentes.

A necessidade de grande número de agentes tem também a ver com a característica geográfica de Macau. Sendo de pequena dimensão territorial, a RAEM dispõe de vários tipos de portos: porto aéreo (Aeroporto Internacional), portos marítimos (Terminal Marítimo do Porto Exterior, Terminal Temporário de Pac On, Cais de Sampanas Sul), e postos fronteiriços terrestres (o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e o Posto Fronteiriço da Ponte Flor de Lótus). Por outro lado, a entrada em funcionamento da Delegação do COTAI da Polícia Judiciária impõe a duplicação do pessoal. Em resumo, o aumento do número de agentes das FSM tem como finalidade satisfazer as necessidades registadas na realidade.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho mencionou igualmente o mecanismo para a recepção e tratamento de reclamações apresentadas pelos cidadãos contra os agentes das FSM. O facto é que o respectivo mecanismo está a funcionar muito bem, quer no que diz respeito às possíveis falhas de carácter disciplinar, quer quanto às faltas de índole criminal, sendo as últimas acompanhadas e averiguadas pelo Ministério Público depois da instauração do respectivo processo.

Em relação às falhas do carácter disciplinar, estas são tratadas pelos dirigentes dos respectivos serviços de acordo com orientações especificamente definidas. Tomando como exemplo o caso do Corpo de Polícia da Segurança Pública, as reclamações contra um órgão (como por exemplo, contra a secção de patrulhamento do Departamento Policial de Macau), vão ser acompanhadas por outro órgão, o qual vai instaurar o processo e nomear o instrutor, de modo a assegurar a imparcialidade na averiguação. Existem também órgãos que exercem a função de supervisão externa, tais como a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, o Ministério Público e o Comissariado contra a Corrupção. Sublinho que as FSM têm muita precaução na utilização do poder público, e utilizam-no segundo a lei.

No respeitante ao *hardware* e *software* sobre os quais se debruçou o mesmo deputado, concordo com a afirmação de que é preciso que haja equipamentos tais como secretária e computador para os agentes poderem trabalhar quando for necessário. Realço, porém, a importância de os agentes, nomeadamente os investigadores, trabalharem fora das instalações das FSM. Na nossa posição, vamos procurar conseguir o que é necessário na medida em que for possível.

A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança tem a função de

coordenar o trabalho dos diversos órgãos das FSM, tais como o CPSP, o Corpo de Bombeiros e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, elaborando nomeadamente orçamento em que se pede, de acordo com as necessidades reais, a atribuição de verbas segundo ordens de prioridade. O respectivo relatório precisa de ser submetido à apreciação superior. Por outro lado, friso que é normal um guarda de 1.ª classe estar de sentinela, e que o que ele faz não é mais do que cumprir uma das suas funções inerentes. Mesmo no caso dos subchefes, estes também devem patrulhar juntamente com os seus inferiores. É uma ideia ultrapassada a ideia de que um guarda principal não precisa de fazer patrulhas e estar de sentinela.

Relativamente à distribuição do trabalho, penso que o funcionário responsável por esta tarefa vai realizá-la tendo em conta as necessidades da sociedade, assim como o conhecimento específico profissional, a idade e o estado de saúde de cada um dos funcionários. Como por exemplo, são os agentes mais jovens que são escolhidos para a Unidade Tática de Intervenção da Polícia, enquanto os agentes mais idosos trabalham noutros postos de trabalho mais adequados.

Acredito também que aos quatro mil e tal oficiais e agentes do Corpo de Polícia de Segurança Pública são distribuídos trabalhos concretos para serem realizados. Pode haver agentes que não estão satisfeitos com a distribuição da tarefa, o que é natural. Há agentes que gostam de prestar serviços nos postos fronteiriços, existindo outros que gostam de trabalhar no Departamento de Trânsito. Eles precisam de aguardar a ocasião (como por exemplo, a ocasião de entrada em funcionamento, em 2012, do Terminal definitivo de Pac On) para serem convidados para desempenhar a respectiva função pelo CPSP através da directriz interna. Para serem seleccionados para ocupar determinados cargos, é preciso possuir conhecimentos específicos, como por exemplo, falar inglês e mandarim. Portanto, os agentes precisam de ser compreensivos e obedecer à distribuição.

Gostaria que o Sr. Deputado José Pereira Coutinho forneça informações concretas para que o director do CPSP possa acompanhar o caso de encurtamento para metade, pela secção do pessoal das FSM, da duração do período em que o agente doente, segundo o conselho médico, tem direito a uma redução de quantidade de trabalho. O mesmo deputado criticou o regime de promoção dos agentes das FSM. Penso que no mundo não há nenhum regime que seja perfeito. O que podemos fazer é procurar aperfeiçoá-lo, ouvindo as opiniões das diversas camadas da sociedade e dos Srs. Deputados. Foi assim que o CPSP fez ajustamentos às acções de atribuição de Louvores, fazendo discriminação de Louvores para os trabalhos quotidianos e Louvores para a realização de campanhas específicas. Segundo o respectivo regulamento, para poderem assistir ao exame de promoção, os agentes civis precisam de satisfazer dezoito requisitos, tendo, por outro lado, o reconhecimento do director do CPSP através da emissão de um despacho. Caso contrário, os respectivos agentes não podem assistir ao exame com a finalidade de promoção.

A discussão sobre o prémio de antiguidade demorou já vários anos. Tendo a sua origem no tempo da administração portuguesa este regime foi criado para encorajar a vinda e a permanência em Macau dos agentes provenientes de Portugal. No início, para o efeito de atribuição do prémio de antiguidade, cada dez anos de serviço efectivo eram calculados como catorze anos, tendo sido reduzidos para doze anos em 1 de Janeiro de 1986, e tendo sido revogado o regime em 1990.

Onze anos após a transferência da soberania de Macau, hoje em dia, o Território já é governado pelos seus habitantes. Acho que não se verifica a necessidade de recuperação do antigo regime. Aliás, na criação do Regime de Previdência, discutiu-se e analisou-se a especificidade dos trabalhos das Forças de Segurança, tendo sido criado um prémio especial a ser atribuído em cada cinco anos de serviço efectivo. Este prémio já é uma recompensa especialmente concedida aos agentes das FSM pelo carácter específico dos serviços prestados.

Antigamente, a Obra Social das FSM era um órgão da benevolência, e possuía os seus próprios terrenos. Sendo assim, tinha a possibilidade de construir edifícios habitacionais para vender ou alugar aos seus sócios. Actualmente o terreno é caríssimo, e a Obra Social não dispõe deste tipo de recurso para a construção de edifícios. Na minha opinião, os agentes das FSM não devem ter muito mais regalias do que outros trabalhadores da RAEM. Para conseguir uma maior transparência, justiça e imparcialidade, é ideal a coordenação das políticas habitacionais pelos colegas da área dos Transportes e Obras Públicas.

Agradeço as opiniões do Sr. Deputado José Pereira Coutinho sobre os benefícios que podem ser oferecidos pela Obra Social. Vou transmiti-las ao Conselho Administrativo deste órgão, formado pelos agentes das FSM, para a devida ponderação.

Em relação à opinião do mesmo deputado de procurar a colaboração do Estabelecimento Prisional de Macau para a lavagem de uniformes, queria apontar para o facto de que, diferente do caso de Hong Kong, os prisioneiros detidos na prisão de Macau não são obrigados a prestar serviços, sendo todos os trabalhos realizados de carácter facultativo. Por outro lado, actualmente nas antigas instalações do Estabelecimento Prisional há grande falta de espaço. Penso que por enquanto, não há condições para a implementação das mencionadas opiniões. Aproveito para informar de que estão em curso as obras da primeira fase, da construção das novas instalações do Estabelecimento Prisional, as quais se encontram em cima de uma colina em Coloane, perto de Kau Ou.

O Sr. Deputado Au Kam San apontou para a necessidade da participação da Polícia Judiciária no combate a trabalhadores ilegais. Relativamente a esta opinião, queria fazer o seguinte esclarecimento: o facto de eu apenas ter referido as acções desenvolvidas pelo CPSP e pelos Serviços de Alfândega não implica a exclusão da Polícia Judiciária na realização dos respectivos trabalhos. No caso de a P.J. detectar a existência de trabalhadores ilegais, pode avisar sempre os agentes do CPSP, para os últimos poderem assegurar os trabalhos de averiguação ou de detenção.

Com vista a combater os trabalhadores ilegais, o CPSP dá grande importância aos trabalhos de recolha de informações, assim como às denúncias efectuadas pelos residentes. Têm sido realizadas, de forma irregular, acções de fiscalização a estaleiros, fábricas, habitações, estabelecimentos de comidas, restaurantes, *karaoke*, bares e clubes nocturnos, etc., sendo os trabalhadores ilegais detectados e presos enviados aos órgãos judiciais e aos órgãos competentes para serem tratados segundo a lei. Neste contexto, foi criado um mecanismo de comunicação e cooperação entre a Polícia e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, responsável nomeadamente pela partilha de informações e pelo envio dos respectivos casos, de forma a promover os trabalhos de combate a trabalhadores ilegais.

Os Serviços de Alfândega têm também cumprido as suas funções

na prevenção e combate aos trabalhadores ilegais, tendo reforçado, dentro do âmbito das suas competências, a fiscalização das lojas e dos estaleiros. No aparecimento de grandes obras de construção, os mesmos Serviços têm tomado a iniciativa de comunicar com a respectiva empresa, apresentando sugestões ao responsável do estaleiro para o melhor controlo dos operários que ali prestam serviços, de modo a prevenir a entrada no estaleiro de trabalhadores ilegais. Segundo dados disponíveis, de Janeiro a Setembro do ano corrente, foram detidos seiscentos e quarenta e quatro trabalhadores ilegais.

Os veículos motorizados de Macau estão a aumentar a um ritmo intensificado, o que tem trazido grandes problemas de estacionamento. Neste momento, o número total de automóveis (ligeiros e pesados) e motas (ligeiros e pesados) é mais de cento e noventa mil.

Os colegas do Departamento de Trânsito realizam trabalhos de combate ao fenómeno de estacionamento ilegal segundo o grau de gravidade e de urgência da situação. Sendo Macau uma cidade de turismo e de lazer, temos de manter a fluidez do trânsito nas estradas principais. Por outro lado, no caso de reclamação também vamos aplicar multas, de modo a concretizar o princípio de “Primazia do povo”.

O Sr. Deputado Au Kam San fez ainda observação aos incidentes em que se proibiram indivíduos de entrar no território de Macau. Sublinho que as respectivas medidas foram tomadas segundo a lei, e que o Serviço de Migração do CPSP tem competência para a execução do respectivo regulamento. É de saber que nos diferentes países e regiões do mundo, é normal a adopção de medidas semelhantes. Como por exemplo, nos grandes países da América do Norte, tomam-se medidas migratórias muito rígidas nos postos fronteiriços, onde há vigilância de agentes equipados com armas de fogo.

Reitero que tudo o que se faz na área da Segurança é dentro do âmbito permitido pela lei, nomeadamente permitido pela Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau, e que a autorização da entrada no Território é atribuída tendo em conta cada caso concreto, pois cada um tem o seu passado, que vai influenciar a decisão tomada pelo Serviço de Migração. Há também muitas vias de reclamação, de modo a os recusados poderem apresentar queixas nomeadamente junto dos órgãos judiciais.

Claro que os cidadãos têm liberdade de renunciar-se e fazer desfiles. Se a trajetória desenhada impedir o trânsito ou a circulação dos transeuntes, o director do CPSP vai pedir aos organizadores do evento para introduzirem modificações. Para além disso, a ocorrência do desfile é anunciada nos jornais, de forma que a população tenha conhecimento do caso. Realço que a Polícia vai ter muito cuidado na actuação seguindo a legislação, uma vez que ela se sujeita à supervisão da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, assim como do Ministério Público. Quando a Polícia convidar os cidadãos para o posto policial para a sua identificação, tirando fotografias, também respeita a respectiva lei.

Reconheço que é preciso ter respeito suficiente pela dignidade humana dos cidadãos. Pensamos em utilizar nova tecnologia, de modo a imprimir códigos na fotografia tirada. Volto a realçar que as nossas acções de identificação são realizadas segundo a lei.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang prestou atenção às acções de combate a trabalhadores ilegais. No que diz respeito a este assunto, queria explicar que as acções de fiscalização incluem acções regulares e operações especificamente planeadas com alvos fixados. Sendo assim, não é adequado fazer ligação directa entre o número de vezes dos actos de fiscalização com o número de trabalhadores ilegais detidos. Não se deixa sombra nenhuma na decisão das FSM de combater trabalhadores ilegais, incluindo os imigrantes ilegais, os indivíduos que permaneçam ilegalmente no Território e os trabalhadores não residentes que trabalhem na área diferente daquela que é permitida. Para a recolha de provas para a acusação das entidades patronais, são importantes as informações secretas e os testemunhos das testemunhas. Em resumo, a polícia vai tomar todas as medidas possíveis para proteger as oportunidades de trabalho dos residentes de Macau. Informo ainda que depois de cada operação a Polícia costuma fazer um balanço do acontecido, pedindo inclusivamente opinião aos polícias de linha da frente que participaram na operação e ao agente que dirigiu a acção, de modo a melhorar as futuras acções, aprendendo com as experiências.

Quanto à consciencialização dos condutores em termos de segurança, o Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública vai reforçar a colaboração com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, com os meios de comunicação social e com as associações privadas, organizando actividades de educação cívica e de sensibilização, com a finalidade de divulgar a importância de conduzir com segurança, nomeadamente mandando Grupos de Segurança Rodoviária às escolas, associações (designadamente associações do sector de transporte), onde realizam palestras, com vista a divulgar as respectivas mensagens. As instalações da Cidade de Segurança Rodoviária podem ser aproveitadas para a educação das crianças, introduzindo nelas ideias sobre a importância de deslocações com segurança. Considerando o desrespeito pelas regras rodoviárias como uma das causas principais dos acidentes de viação, reforçaremos as acções de divulgação junto dos residentes locais, assim como dos turistas. Continuar-se-ão a realizar actividades de sensibilização tais como o Mês da Promoção da Segurança Rodoviária, atribuindo atenção especial à circulação com segurança dos veículos motorizados pesados. Quanto à forma de divulgação da notícia sobre o mencionado acidente, em que um transeunte foi atropelado ao atravessar a estrada na passadeira, acho que há espaço para o melhoramento. Vamos fazer estudos sobre o referido caso, ponderando as vias de aperfeiçoamento.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang abordou o tema de prestação de serviços de qualidade e com maior eficácia na área da Migração. Em relação aos trabalhos desenvolvidos nesta área, deparamo-nos com uma grande redução, em comparação com o ano passado, do número de indivíduos de permanência ilegal. Até aos finais de Setembro, foram registados vinte mil e tal indivíduos que permaneciam ilegalmente no Território, o que é razoável se a RAEM acolhe, todos os anos, vinte e quatro milhões de visitantes. Considero a diminuição dos indivíduos de permanência ilegal como resultado da adopção, no ano passado, de novas medidas, que consistem no aumento de multas para a punição da permanência ilegal e na criação de novas regras para o castigo dos casos de reincidência.

Para o controlo do número de indivíduos de permanência ilegal, grande parte dos quais são provenientes dos países do Sul e do Sudeste da Ásia, foi promulgado um despacho em que se exige a requisição, na embaixada chinesa instalada nos seis países situados no Sul e no Sudeste da Ásia, do respectivo visto para os residentes

destes países poderem entrar e permanecer na Região Administrativa Especial de Macau. As empresas do sector de turismo apresentaram protestos contra esta medida, queixando-se da diminuição de vinte por cento de turistas vindos dos referidos países. De facto, existe uma certa discrepância entre a posição das FSM e a do sector de turismo. Desta divergência das opiniões pode-se ver a atitude firme das Forças de Segurança na prevenção e combate à permanência ilegal.

O pessoal do Serviço de Migração vai continuar a encontrar estratégias para reprimir o fenómeno de permanência ilegal. Actualmente é adoptada uma série de medidas administrativas para o melhor controlo da entrada no Território dos indivíduos dos lugares de fora, tais como a exigência de exibição da prova de posse de recursos financeiros suficientes para a manutenção da vida durante a permanência na RAEM, o bilhete de avião de volta e a exibição do prazo de validade do documento de viagem.

A chamada “Declaração” é, no fundo, um tipo de documento de identificação temporário para a utilização interna, emitido quando o indivíduo fizer, junto da Polícia e já fora do prazo permitido de permanência no Território, a reclamação de ter perdido o passaporte ou o documento de viagem. Depois da emissão da “Declaração”, a Polícia contacta o consulado geral do país do respectivo indivíduo, estabelecido em Hong Kong, pedindo a emissão do novo documento de viagem, para que o mesmo possa voltar o mais rapidamente possível ao seu país.

A criação de uma base de dados electrónica sobre as referidas “Declarações”, tem o objectivo de conseguir uma melhor gestão, decorrida da melhor manuseabilidade, das informações relativas aos indivíduos de permanência ilegal. Para o repatriamento, é claro que os respectivos indivíduos precisam de ter o bilhete de avião de volta e o documento de viagem. Por outro lado, só com o mandado do tribunal é que podemos obrigar os indivíduos de permanência ilegal a ficar no centro de detenção, onde aguardam que haja voos que lhes permitam voltar para o seu país. Normalmente requeremos o mandado de detenção aos juízes de instrução criminal, no caso de os indivíduos de permanência ilegal não se apresentarem nos postos policiais mesmo que tenham sido convocados várias vezes.

No que diz respeito ao edifício do Serviço de Migração de Pac On, é preciso realizar um conjunto de obras nomeadamente a construção da infra-estrutura que garanta o abastecimento de água e de electricidade, a instalação de esgoto, bem como a construção de estradas. Pode-se ver que ainda não está aberta a estrada que liga directamente ao referido edifício. Neste momento estamos ocupados em comprar mobiliário e materiais de escritório. Também é importante a instalação de equipamentos informáticos, tais como a ligação com as fibras ópticas para a introdução dos respectivos dados no novo edifício. Está previsto que o mencionado edifício poderá entrar em funcionamento na segunda metade de Janeiro ou na primeira metade de Fevereiro do próximo ano. Naquela altura, vamos recrutar mais funcionários, reforçando, deste modo, o *hardware* e o *software* do Serviço de Migração, e melhor servir a população de Macau.

Presidente: Sr. Secretário, vamos fazer um intervalo de meia hora, e depois o Sr. Secretário continuará a responder, nomeadamente às perguntas da Sr.ª Deputada Ho Sio Kam, que abordou as questões do abuso de medicamentos dos jovens, da criminalidade informática, da penetração de actividades pornográficas nas zonas comunitárias, e da

adopção de medidas contra incêndios nos edifícios altos. Agora vamos descansar trinta minutos.

(Intervalo)

Presidente: Bom, vamos continuar a reunião. Sr. Secretário, faz favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

Queria aproveitar esta ocasião para fornecer aos Srs. Deputados alguns dados sobre os serviços de migração. Os dados estatísticos mostram que, até 21 de Novembro, no ano corrente há quatrocentos e sessenta mil e tal indivíduos não residentes que estiveram sujeitos ao processo de recolha de dados pessoais de identificação para poderem passar a fronteira utilizando o sistema de exame automático de dados de identidade. Entre estes indivíduos não residentes, quatrocentos e vinte mil eram residentes da RAEHK, quarenta mil e tal eram trabalhadores não residentes (enquanto o número total de trabalhadores não residentes é de setenta e cinco mil), quatro mil e trezentos eram estudantes não residentes. É curioso notar que em cada dia útil, o número de residentes da RAEM que utilizavam o equipamento automatizado de passagem de fronteiras (cerca de oitenta mil pessoas) é o dobro do número de residentes locais que passavam a fronteira através dos balcões tradicionais (quarenta mil e tal pessoas).

No caso de residentes de Hong Kong que visitam Macau, em cada dia útil, o número de passageiros que utilizavam o equipamento automatizado de passagem de fronteiras (seis mil e tal pessoas) também é o dobro do número de passageiros que passavam a fronteira através dos balcões tradicionais (três mil e tal pessoas). De entre os setenta e cinco mil trabalhadores não residentes que se encontram a prestar serviços na RAEM, trinta mil e tal passam a fronteira quase todos os dias, o que é revelado pelos dados estatísticos: nos dias úteis, o número de trabalhadores não residentes que passavam a fronteira era de trinta mil e tal pessoas em média, sendo o número mais elevado de trinta e seis mil e tal pessoas.

Na próxima etapa, vamos alargar o âmbito da aplicação do sistema de auto-passagem, e prestar os mesmos serviços aos titulares de salvo-conduto de dupla viagem, quer sejam visitantes que entrem em Macau com fins turísticos, quer sejam comerciantes ou indivíduos que venham à RAEM visitar os familiares. Esta é outra medida adoptada pelo Serviço de Migração do CPSP, com vista a facilitar a vida do povo.

Em relação ao Bilhete de Identidade de Trabalhadores Não-Residentes, mencionado pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang, o facto é que os respectivos serviços cumpriram atempadamente a sua função de abertura do concurso para a selecção do fornecedor, isto é, logo depois da publicação da respectiva notícia no Boletim Oficial, iniciaram-se os trabalhos ligados à adjudicação. O respectivo adjudicatário prometeu que os materiais chegarão no início do próximo mês, depois de testes necessários, os trabalhadores não-residentes poderão obter o novo Cartão Azul no início do próximo ano. A propósito deste assunto, já avisámos os Bancos estabelecidos na RAEM, de que só podem abrir contas bancárias aos mencionados indivíduos caso possam mostrar o carimbo do Serviço de Migração que prove a autorização da sua permanência.

De facto, o Porto de Gongbei tem fornecido, através da emissão de

mensagens para os telemóveis, informações sobre a quantidade de passageiros encontrados no posto fronteiriço, o que tem provavelmente a ver com a limitação registada na sua capacidade de atendimento (cerca de trezentas e cinquenta mil pessoas por dia). Depois das obras de alargamento, o posto fronteiriço das Portas do Cerco aumentou a sua capacidade de atendimento de passageiros, tendo sido bastante fluído o processo de passagem das fronteiras. Ainda assim, acho que a sugestão do Sr. Deputado Ho Ion Sang poderia ser útil para a passagem de veículos motorizados. O Serviço de Migração e os Serviços de Alfândega (entidade responsável pelo respectivo assunto) vão estudar, em conjunto, a possibilidade da adopção da sugestão apresentada pelo mesmo deputado.

É de saber que a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes é o órgão governamental que dirige os trabalhos de revisão e modificação do Regulamento de Segurança contra Incêndios, sendo o Corpo de Bombeiros entidade participante que também pode fornecer opiniões. Também temos conhecimento do incêndio de Xanghai, e ficámos bastante alertados. Sublinho que o actual Regulamento de Segurança contra Incêndios segue já os critérios da União Europeia, os quais são relativamente rígidos e portanto, fornecem uma protecção maior ao público, ainda que o respectivo sector tenha algumas opiniões contrárias.

Com o grande apoio financeiro fornecido pelo Governo da RAEM há vários anos, o Corpo de Bombeiros adquiriu alguns equipamentos, nomeadamente duas viaturas de Bombeiros auto-plataforma-elevatórias com escada de sessenta e oito metros (uma no Departamento Operacional de Macau, outra no Departamento Operacional das Ilhas), duas viaturas de Bombeiros auto-escada-mecânicas com escada de aço de cinquenta e cinco metros (também uma em Macau e outra na Taipa) e duas viaturas de Bombeiros auto-plataforma-elevatórias com escada de aço de trinta e sete metros (ambas ficam em Macau). Para além disso, o Corpo de Bombeiros ainda dispõe de cinco viaturas de Bombeiros auto-bomba-tanque com escada de aço de dezoito metros, quatro grandes viaturas de Bombeiros auto-bomba-tanque, doze pequenas viaturas de Bombeiros auto-bomba-tanque, seis viaturas de Bombeiros auto-pronto-socorro, e vinte e sete ambulâncias.

Achamos que, para já, estes equipamentos contra incêndios são suficientes em quantidade e são bastante modernizados. Vamos prestar atenção ao aparecimento de novas necessidades, decorrentes da entrada em funcionamento do novo *campus* da Universidade de Macau e da construção das Novas Zonas Urbanas possibilitada pelos novos aterros, sugerindo a compra de novos equipamentos quando for necessário.

Costumamos atribuir grande importância aos trabalhos de prevenção de incêndios, tendo o Corpo de Bombeiros adoptado a política de “A primazia de educação e o princípio de prevenção”. No ano corrente foram realizadas 5602 acções de fiscalização contra incêndios, tendo organizadas oitenta e quatro palestras sobre prevenção de incêndios ensinando 7968 pessoas em média (especialmente os funcionários das companhias de administração de propriedades e do sector hoteleiro) como actuar em caso de incêndio. Em 6 de Novembro deste ano, com a cooperação da Associação dos Industriais de Combustíveis de Macau, da Associação de Administração de Propriedades de Macau, da Associação dos Hoteleiros de Macau, da Associação de Escoteiros de Macau, da União Geral das Associações dos Moradores de Macau, do Centro de Recursos de Administração de Edifícios da UGAMM, e da União das Associações dos Proprietários de Estabelecimento de

Restauração e Bebidas de Macau, inaugurou-se o Dia de Prevenção contra Incêndio, de forma a sensibilizar os cidadãos de Macau para a importância da prevenção de incêndios.

Com vista a otimizar os serviços prestados à sociedade de Macau, o Corpo de Bombeiros procura constantemente melhorias em vários aspectos, nomeadamente a formação do pessoal, os equipamentos contra incêndios, o planeamento de medidas para serem tomadas nas situações de emergência, projectos de socorro no caso de acidente, e o melhoramento da qualidade do pessoal através do intercâmbio com o exterior. É igualmente um trabalho muito importante o treino e a avaliação dos condutores das viaturas de Bombeiros, as quais são normalmente veículos motorizados pesados, de forma que os mesmos sabem utilizar os respectivos equipamentos e estratégias.

O outro aspecto a que o C.B. presta grande atenção é a manutenção e reparação, nos períodos fixos, das viaturas para o uso urgente, substituindo as viaturas velhas e prevenindo a ocorrência de avarias inesperadas. Nos últimos dois ou três anos, através da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, o Corpo de Bombeiros tem comprado serviços de manutenção aos fornecedores dos veículos, conseguindo, deste modo, assistências técnicas muito mais frequentes e atempadas, as quais permitem o prolongamento do tempo de utilização dos respectivos veículos. Consideramos que este é um melhoramento feito em relação à manutenção e reparação das viaturas de Bombeiros.

Vamos continuar a reforçar os técnicos e ferramentas de resgate destinadas às cidades, adquirindo equipamentos modernizados de resgate e destinados à extinção de incêndios, assim como equipamento para a sondagem de produtos químicos. São também trabalhos que pretendemos desenvolver, o reforço da capacidade dos grupos operacionais, a utilização combinatória de pequenas viaturas de Bombeiros auto-bomba-tanque e motas para a extinção de incêndios nas ruelas e travessas das antigas zonas urbanísticas, e a elaboração de projectos para serem aplicados nas situações de emergência.

Reitero que a fiscalização contra incêndios, a organização das palestras de educação e sensibilização, a realização das acções de simulação de incêndios, assim como outras actividades destinadas à divulgação das mensagens contra incêndio, são trabalhos desenvolvidos para a implementação da política de “Primeiro a prevenção e depois a extinção de incêndios”.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang prestou atenção à evolução dos trabalhos da instalação do sistema de CCTV. A propósito disso, queria explicar que o respectivo assunto é acompanhado pelos colegas na área dos Transportes e Obras Públicas, e concretamente pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas. Trata-se de um costume do Governo da RAEM, sendo a adjudicação de todas as obras grandes da responsabilidade da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas.

Segundo o projecto que explicámos inclusivamente no caderno de encargos do respectivo concurso público, vão ser instaladas, em três fases diferentes, quatrocentas e vinte e nove câmaras do sistema electrónico de vigilância, sendo as câmaras da primeira fase instaladas nos postos fronteiriços, as da segunda fase nas principais vias rodoviárias, e as da terceira fase nos pontos críticos de segurança. Planeámos instalar o centro de controlo provisório do sistema de CCTV no quinto andar da sede do Corpo de Polícia de Segurança Pública, plano esse que já foi autorizado. Depois da

consulta das opiniões da Polícia, dos Serviços de Alfândega, da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, e do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, também elaborámos uma lei para a regulamentação dos assuntos referentes à instalação e utilização das câmaras do sistema de CCTV, o qual está a ser apreciado pelo respectivo órgão público, e será entregue à Assembleia Legislativa provavelmente nos meados do próximo ano. Espero que naquela altura os Srs. Deputados possam apoiar o respectivo diploma legal. Antes da conclusão das referidas tarefas de instalação do novo sistema, para facilitar os trabalhos de regulamentação do trânsito, realizados pelos agentes do CPSP, podemos utilizar o antigo sistema da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, cujos sinais são enviados para o centro do controlo do CPSP. É de saber que as câmaras do sistema de CCTV da DSAT estão instaladas nas três pontes, nas avenidas e estradas principais, assim como nos postos fronteiriços, nomeadamente nos cais e no aeroporto, e portanto, podemos ter conhecimento dos acidentes de viação na altura da sua ocorrência.

Antes da conclusão dos trabalhos de instalação das novas câmaras do sistema de CCTV, vamos continuar a utilizar meios tradicionais para a prevenção (patrulha) e combate (investigação) à criminalidade, de modo a garantir a segurança pública do Território. Em relação ao Grupo de Prevenção da Criminalidade nos Edifícios, mencionado pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang, forneço as seguintes informações: este Grupo foi criado no início do ano corrente, tendo entrado em funcionamento em 18 de Janeiro. Actualmente o referido Grupo é coordenado por um subdirector responsável pelos trabalhos de investigação criminal, sendo formado por outros dez membros, provenientes das várias divisões de investigação de crimes da Polícia Judiciária, os quais são divididos em duas equipas e trabalham no mencionado Grupo em regime de acumulação de funções.

Depois da sua criação, o Grupo de Prevenção da Criminalidade nos Edifícios realizou três tipos de trabalhos. Com vista a divulgar a própria existência do Grupo, o objectivo da sua criação e o modo do seu funcionamento, nos primeiros seis meses, a Direcção da Polícia Judiciária, os membros do Grupo e a Divisão de Ligação entre Polícia e Comunidade e Relações Públicas realizaram seis reuniões com diferentes associações privadas, tendo recolhido informações sobre crimes ocorridos nos respectivos edifícios e sobre problemas existentes quanto à segurança pública, ouvidas as opiniões dos participantes e respondido às suas perguntas sobre as medidas concretas da execução da Lei.

Um dos trabalhos habitualmente realizados pelo Grupo de Prevenção da Criminalidade nos Edifícios é a recepção das denúncias e opiniões dos habitantes através das linhas abertas especialmente instaladas, tendo atendido, na primeira metade do ano corrente, vinte casos de participação ou de expressão de opiniões. Para além disso, o mesmo Grupo ainda realizou, nos períodos fixos, fiscalização aos edifícios residenciais. Nos primeiros seis meses após a sua criação, foram realizadas onze acções de fiscalização, tendo visitado dez conjuntos de edifícios (setenta e sete blocos na totalidade). Dentre as onze acções, quatro vezes foram acções de fiscalização avisadas com antecedência, nas quais se explicou o âmbito de trabalho do referido Grupo aos funcionários e responsáveis das companhias de administração de propriedades, tendo sido distribuídos folhetos com as respectivas informações, cinco vezes foram fiscalizações inesperadas, e duas vezes foram realizadas por causa de ter recebido denúncias. Na primeira metade do ano de 2010 o mencionado Grupo recebeu duas participações das pensões ilegais e uma participação sobre «cantina de droga», tendo

sido criados processos para estes casos, processos esses que foram entregues aos respectivos órgãos para a averiguação.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam mencionou o problema de crimes ligados a drogas e crimes informáticos, cometidos pelos jovens, falando igualmente dos trabalhos da Comissão de Luta contra a Droga. Em jeito de informação, explico que dentre os membros da referida Comissão, há representantes das Forças de Segurança. Portanto, garante-se uma boa comunicação entre as FSM e a mesma Comissão. No respeitante aos novos tipos de drogas, a Polícia Judiciária presta sempre muita atenção aos novos produtos surgidos no mercado, analisando a sua composição nomeadamente com o auxílio dos Serviços de Saúde, e incluindo-os, caso necessário, na lista de proibição através da promulgação de novas normas jurídicas.

O número de crimes cometidos pelos jovens, registado no período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente (setenta e nove), diminuiu em comparação com o ano passado, em que foram registados oitenta e quatro casos de delinquência juvenil que envolveram cento e cinquenta e quatro jovens, e que são sobretudo crimes de ofensas corporais, crimes de furto e de roubo. Para o controlo da delinquência juvenil, acredito que é mais importante a educação e a prevenção, criando nos jovens uma concepção de vida correcta e juízos de valores correctos, assim como ajudando-os a resolver os problemas com que se deparam durante o processo de crescimento, e sensibilizando-os para as consequências de praticar crimes. Por outro lado, penso que é igualmente importante desenvolver o policiamento comunitário, cooperando com as escolas e associações privadas, construindo inclusivamente a rede de comunicação de agentes sociais que trabalhem nas escolas, de modo a prevenir a delinquência juvenil. Os agentes das FSM costumam patrulhar nos lugares públicos onde os jovens se costumam reunir, nomeadamente nas lojas nocturnas, tratando dos casos de desaparecimento ou de abandono de casa dos jovens, e ajudando os jovens desviados a ter uma nova vida aplicando as medidas de advertência policial, previstas no Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores. As FSM vão prestar grande atenção ao problema de abuso de medicamentos pelos jovens, realizando fiscalização nos postos fronteiriços, reforçando a cooperação com os órgãos policiais do Interior da China, e proporcionando serviços de extensão aos jovens necessitados.

O outro assunto de que queria informar é que o Corpo de Polícia de Segurança Pública costuma realizar acções para combater as actividades de prostituição, sendo proibida a distribuição dos folhetos com conteúdo pornográfico, acção essa que será acusada do crime de lenocínio. A polícia também vai fazer mais patrulhas e fiscalizações nos pontos críticos de segurança, com o objectivo e purificar o ambiente das zonas comunitárias.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam sugeriu o reforço da educação e sensibilização para a importância da prevenção contra incêndio. Sublinho que o Corpo de Bombeiros tem muito gosto de organizar palestras nas escolas ou nas instalações do C.B., nomeadamente no Museu dos Bombeiros, de modo a que os estudantes possam obter conhecimentos sobre a história dos serviços de bombeiros e a evolução dos equipamentos utilizados para a extinção de incêndios. As simulações de incêndios são outras actividades que o Corpo de Bombeiros pode ajudar a concretizar.

Segundo o Sr. Ma Io Weng, o Comandante do Corpo de Bombeiros, o C.B. tem realizado os trabalhos acima referidos. Claro que se as escolas acharem que há necessidades, podemos reforçar os

respectivos serviços.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

São bastante extensas as Linhas de Acção Governativa na área da Segurança, as quais contêm cinquenta e quatro páginas. Sendo assim, tenho uma pequena sugestão. Seria muito bom se a apresentação das LAG na área da Segurança estivesse precedida de uma introdução e um índice, tal com têm feito outros secretários na realização da mesma actividade, de modo a facilitar a leitura do referido documento. Esta é apenas uma pequena opinião minha submetida à consideração do Sr. Secretário.

O primeiro tema sobre as LAG que queria abordar tem a ver com a optimização da imagem de Macau, que se pretende assumir como uma cidade mundial de turismo e de lazer, e tem procurado desenvolvimento no sector das convenções e exposições e nas indústrias culturais e criativas. Para isso, os sectores de venda a retalho e das convenções e exposições organizam e implementam muitos projectos de formação, com vista a melhorar a qualidade dos seus funcionários.

Neste ponto queria mencionar alguns conhecimentos que tenho relativamente à importância da imagem dos polícias de linha da frente para uma cidade turística. Sabe-se que as cidades do mundo que vivem sobretudo do turismo, descobriram há muito tempo que os agentes de linha da frente que têm contactos directos com os turistas, são factores importantes para a criação, nos visitantes, da primeira boa impressão sobre a cidade em causa. Tendo isto em consideração, muitas cidades põem, no uniforme dos polícias que prestam serviços nos pontos turísticos, símbolos, tais como broches/emblemas, que indiquem as línguas que sabem falar, medida essa que pode ser conveniente aos turistas estrangeiros.

Acho que se trata de uma estratégia que a RAEM deve adoptar, indicando no uniforme dos agentes policiais a sua capacidade linguística. Por outro lado, é também importante organizar mais cursos de línguas, de modo que os polícias tenham capacidade linguística suficiente para ajudar os turistas necessitados. Para estimular o entusiasmo de aprendizagem de línguas do pessoal das FSM, sugiro que se tomem medidas compensatórias, nomeadamente medidas de subida do índice dos agentes de linha da frente que falem bem outras línguas.

Para além das línguas, os polícias que trabalham na linha da frente também devem ter conhecimento dos costumes, da cultura e da religião dos países estrangeiros, de modo a que os mesmos agentes saibam ter o respectivo respeito no contacto com turistas provenientes de diferentes países e regiões. Neste sentido, é igualmente necessária a realização de cursos ou palestras que possam fornecer informações úteis.

Ainda em relação à qualidade dos serviços prestados pelos agentes de linha da frente, foram recolhidas as seguintes opiniões dos cidadãos, os quais se queixaram da atitude e da linguagem utilizada

pelos mesmos agentes, as quais, segundo reflectiram os respectivos residentes, eram demasiado rudes e com falta de educação. Espero que as autoridades possam prestar atenção a este aspecto, educando os polícias e fiscalizando os seus comportamentos, evitando a tomada de atitude agressiva e a utilização da linguagem grosseira pelos agentes na execução da legislação, sensibilizando-os para a importância de manter boa comunicação com a população, e de controlar bem a sua atitude.

Na página n.º 167 do Relatório das Linhas de Acção Governativa está indicado que as FSM criarão condições necessárias, nomeadamente através da realização de cursos de formação, para assegurar a conduta moral e a boa educação dos seus agentes. Queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer mais informações sobre este aspecto.

O segundo aspecto que queria mencionar é o problema da longa duração do processo de participação, a qual tem impedido, segundo as queixas apresentadas, muitos residentes de cumprir as suas obrigações de cidadão, e de ser denunciador e testemunha dos crimes cuja ocorrência presenciaram. Por causa do processo de participação que é demasiadamente complicado, muitos actos ilícitos não podem ser penalizados, prejudicando, de um modo geral, o efeito das acções de combate à criminalidade.

De facto, se o processo de participação demorar demasiado tempo, naturalmente muitos cidadãos escolhem abandonar a ideia de participar, porque não têm tempo suficiente para tratar do assunto. Queria aproveitar esta ocasião para perguntar ao Sr. Secretário se acha que o problema que acabei de mencionar é um problema geral que existe na realidade, e se as autoridades vão fazer os respectivos melhoramentos, caso a resposta para a última pergunta for positiva.

Ainda em relação ao processo de participação, tenho a seguinte preocupação: devido ao estatuto de Macau de cidade internacional, dentre as pessoas que fazem participação nos serviços policiais, há, de certeza, indivíduos, quer sejam residentes, quer sejam turistas, que não falam chinês. Não sei se o facto de estes indivíduos não falarem chinês constitui algum problema para a Polícia, que pode não dispôr de agentes suficientes que dominem línguas estrangeiras. Queria saber também se o processo de participação se torna ainda mais longo por causa da questão da língua.

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2011, há referências bastante pormenorizadas sobre as medidas tomadas para a educação e reintegração dos presos detidos no Estabelecimento Prisional de Macau. Estes indivíduos podem ter cometido crimes graves, mas ninguém é malfeitor logo após o nascimento. Existem de certeza factores sociais que os levaram finalmente à via da criminalidade. Espero que as FSM possam cooperar com outros departamentos, no sentido de compreender os factores sociais profundos que os conduziram aos desvios.

Na minha opinião, mais importante do que a punição dos indivíduos que cometeram erros, deve-se proceder ao melhoramento do ambiente da sociedade, de modo a evitar o desvio dos cidadãos, prevenindo a ocorrência de mais crimes. Dentre as medidas registadas na página n.º 163 das LAG, destinadas a ajudar a reinserção dos prisioneiros, fala-se de continuar a organizar Feiras de Artesanato Produzido pelos Prisioneiros, assim como concurso de desenho de *T-shirt*, destinado ao mesmo público, actividades essas que podem contribuir para uma melhor compreensão e aceitação pela sociedade dos respectivos indivíduos.

Penso que a tolerância e confiança da sociedade seriam a força maior que encoraja a reintegração dos prisioneiros na vida social normal. Aprecio e apoio esta política, esperando que as mesmas actividades possam continuar a ser realizadas, pois representam, além de mais, uma das vias para o melhor entendimento dos mencionados indivíduos.

Há pouco, alguns colegas mostraram a preocupação com a criminalidade informática, cometida inclusivamente pelos jovens. Com efeito, hoje em dia, é fantástico o mundo da *internet*, no qual podemos obter informações em qualquer altura, e independentemente do lugar onde nos situamos. A par destas conveniências, porém, muitas vezes temos de sacrificar parte da nossa privacidade, para além de estarmos constantemente sujeitos aos ataques de *hacker*, de vírus, e de burla na rede.

São numerosos os modelos de burla através da *internet*. É lamentável que alguns cidadãos não saibam procurar auxílio segundo vias legítimas, quando os seus direitos, interesses e privacidade forem prejudicados, ou no caso de serem vítimas dos crimes de burla através da *internet*. O comportamento destes cidadãos acaba por fornecer um espaço maior para o desenvolvimento da referida modalidade criminosa. A propósito disso, queria pedir ao Sr. Secretário para nos informar das medidas preventivas que se tomarão no próximo ano, destinadas à protecção dos cidadãos contra a criminalidade informática que está em expansão.

Foram publicadas em Outubro do ano corrente, notícias sobre a reforma da estrutura orgânica da Polícia Judiciária, criando novas divisões (Divisão de Investigação de Crimes Informáticos e Divisão de Informática Forense), responsáveis pela recolha de provas para o combate à criminalidade informática.

Trata-se de uma medida tomada para combater os crimes de burla, as ameaças de *hacker*, e a propagação de vírus na *internet*. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar como exercem as novas divisões da P.J. as suas funções, e como é a situação actual da criminalidade informática, fornecendo dados concretos.

Segundo informações publicadas, com o alargamento do número de departamentos e divisões de seis departamentos (onze divisões) para sete departamentos (vinte divisões), a modificação da estrutura orgânica da Polícia Judiciária implica o aumento de quinhentos funcionários, sendo que o preenchimento do quadro da P.J. concluirá dentro de cinco anos.

Estamos curiosos com o modo utilizado para o recrutamento destes quinhentos funcionários, os quais representam um número bastante grande, pois na nossa impressão, os agentes da Polícia Judiciária são os que dominam mais conhecimentos específicos. Será feito um recrutamento central na área da Segurança? Esperamos que o Sr. Secretário nos possa dizer alguma coisa sobre este assunto.

Segundo o relatório de 2009 sobre os recursos humanos da Administração Pública, a secretaria da Segurança é a secretaria com maior mobilidade dos funcionários. Queria perguntar ao Sr. Secretário se foi realizada investigação para perceber as razões que levaram à desvinculação frequente dos agentes das FSM. Perante a carência dos recursos humanos da RAEM, quais são as medidas que as autoridades vão tomar para aumentar a atracção dos respectivos postos? Pensaram em criar um regime de promoção mais razoável para manter os funcionários no seu posto?

Preparei-me para expressar opiniões sobre os trabalhos do Corpo de Bombeiros. No entanto, como alguns colegas abordaram o mesmo assunto e o Sr. Secretário também deu as respectivas respostas, não vou fazer repetições. Aqui só manifesto o meu desejo do reforço dos trabalhos da prevenção contra incêndio, ficando todos os cidadãos sensibilizados para a importância desta tarefa.

Tenho ainda um pouco de tempo, vou aproveitá-lo para mencionar um fenómeno que tem a ver com o trânsito de Macau, para o qual alguns cidadãos chamaram a atenção. Tendo em consideração a ocorrência frequente de engarrafamentos na cidade de Macau, determina-se, na Lei do Trânsito Rodoviário, que seja proibido que os veículos parem nos cruzamentos, na zona com quadrados amarelos, de modo a evitar que as estradas sejam bloqueadas. No entanto, poucos condutores respeitam esta regra e a existência das zonas com quadrados amarelos não consegue produzir o efeito que se pretende ter. Apelo para a execução mais rígida da respectiva lei, e queria pedir ao Sr. Secretário para exprimir a sua opinião relativa a este assunto.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário, em primeiro lugar queria abordar a questão dos trabalhadores não residentes e trabalhadores ilegais, os quais têm prejudicado as oportunidades de emprego dos trabalhadores residentes. Para proteger os seus direitos e interesses, os trabalhadores locais realizaram, após a implantação da RAEM, várias manifestações, em que a Polícia utilizou jatos de água e feriu alguns jornalistas, tendo um agente disparado para o ar, e tendo ferido um transeunte inocente.

Quando abordamos o problema dos trabalhadores não residentes e trabalhadores ilegais, naturalmente responsabilizamos a Secretaria para a Economia e Finanças e a Secretaria para a Segurança, respectivamente. De Janeiro a Setembro do ano corrente, as FSM realizaram duas mil oitocentas e quatro vezes fiscalizações e só detiveram seicentos e tal trabalhadores ilegais, o que revela que existem problemas nas políticas e estratégias de combate a indivíduos que trabalham ilegalmente. Realço que esta falha existe já há muito tempo, porém, nunca foi efectuada reforma para o melhoramento. Se nos primeiros nove meses deste ano foram realizadas duas mil oitocentas e quatro acções de fiscalização, num dia os polícias foram pelo menos dez vezes a lugares diferentes com a finalidade de apanhar trabalhadores ilegais. A explicação do Sr. Secretário mostrou que, no entanto, nestas dez fiscalizações só três foram acções com alvos fixos, sendo as restantes setes acções realizadas com a esperança de conseguir encontrar, por acaso, trabalhadores ilegais, desejo esse que, porém, normalmente não era satisfeito. O outro problema é que dentre os poucos trabalhadores ilegais detidos, só uma parte muito reduzida é acusada, tendo sido os outros soltos por causa da falta de provas. Assim, os polícias precisam de se esforçar outra vez para apanhar outros trabalhadores ilegais. Tudo isto dá aos cidadãos a impressão de que há insuficiência de meios para a execução da Lei. Perante esta situação, no ano corrente apresentámos várias interpelações escritas, para as quais o director da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais atribuiu finalmente resposta segundo a directriz do Chefe do Executivo. Na resposta atribuída, o director da DSAL esclareceu que os vinte e nove funcionários do respectivo departamento da sua Direcção dos Serviços não têm a competência de detectar e apanhar

trabalhadores ilegais, tal como têm os agentes policiais, limitando-se os primeiros a prestar serviços de atribuir multas, cumprindo desta forma a responsabilidade de protecção dos trabalhadores locais. Conforme a resposta do director da DSAL, é da responsabilidade dos Serviços de Alfândega, da Polícia Judiciária e do CPSP, a solução dos problemas de os trabalhadores não residentes autorizados para trabalhar noutras áreas passarem a prestar serviços nos casinos ou a ser condutores, de os continentais trabalharem como guias nas camionetas das agências de viagens, de grupos de residentes do interior da China irem de barco da China a Coloane, e marcharem para os estaleiros onde trabalham ilegalmente, e de os residentes continentais desembarcarem no cais do Porto Interior para depois irem vender flores, trabalharem como porteiros ou empregados de balcão. Depois da recepção desta resposta, apresentei outra interpelação escrita para saber qual é o órgão governamental responsável pela coordenação dos respectivos trabalhos. Assim, depois de pedir o parecer das FSM e segundo a directriz do Chefe do Executivo, a DSAL respondeu, em Julho deste ano, à minha pergunta.

Nesta resposta o Sr. Director esclareceu que, muito embora a DSAJ tire à sorte, de vez em quando, para decidir o alvo da fiscalização, ela não é o órgão governamental que coordena as acções de combate a trabalhadores ilegais. É de saber que segundo a estrutura orgânica do Corpo de Polícia de Segurança Pública, o CPSP dispõe de um departamento específico, responsável pelos trabalhos de combate a trabalhadores ilegais. Este departamento vai tomar, conforme a competência que lhe é distribuída, acções policiais para reprimir os mencionados actos ilícitos. O problema é que as acções realizadas não têm conseguido efeitos suficientemente positivos. Perante a expansão das actividades dos trabalhadores ilegais, a polícia continua a assumir uma atitude passiva, mantendo-se com um olho fechado.

Quando os deputados da Assembleia Legislativa perceberam que, mesmo no caso da detenção de trabalhadores ilegais, as respectivas entidades patronais podem estar livres de responsabilidade por falta de provas suficientes, ou nem sequer se podem identificar as entidades patronais, insistiram na necessidade de melhoramento dos meios utilizados para a execução da Lei, assim como da optimização dos diplomas legais. Os mesmos deputados querem igualmente saber se foram apresentadas sugestões destinadas ao melhoramento da situação.

Na reunião de hoje, o Sr. Secretário forneceu muitos dados na sua resposta, não tendo respondido, todavia, às perguntas acima referidas. Sei que a razão que levou a que o Sr. Secretário não mencionasse este aspecto é que, na realidade, ninguém é responsável pelo respectivo trabalho. Na última vez em que veio à Assembleia Legislativa, o Sr. Secretário informou-nos de que o Departamento de Informações do CPSP vai realizar os trabalhos relativos ao combate a trabalhadores ilegais.

Queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer sobre o Departamento de Informações em especial, e no CPSP em geral, qual é o número de agentes responsáveis especificamente pelos trabalhos de combate a trabalhadores ilegais, bem como qual é a organização interna do grupo com a respectiva competência. O Departamento de Informações é o órgão específico criado para a recolha de informações relativas a trabalhadores ilegais? Ou ele é ainda responsável por muitos outros assuntos?

Se o combate a trabalhadores ilegais for apenas um dos numerosos

trabalhos que o Departamento de Informações precisa de realizar, pergunto como é que ele pode ter capacidade para planear a reforma de medidas e de diplomas legais, destinada ao melhoramento dos trabalhos de combate a trabalhadores ilegais. Nesta situação, talvez seja necessário que os Serviços de Polícia Unitários tomem conta do respectivo assunto, uma vez que quando a DSAL não tinha maneiras para fugir às perguntas, disse que afinal eram as FSM que precisavam de assumir as responsabilidades.

Sugeri a transmissão, no local de fiscalização onde há trabalhadores ilegais, de informações secretas fornecidas pelos trabalhadores residentes, através dos líderes e representantes dos sindicatos, ou através dos deputados da Assembleia Legislativa, de modo a capturar os respectivos indivíduos com sucesso. Contudo, até agora, o Governo continua a dizer que é preciso proceder às ponderações cuidadosas sobre o respectivo assunto.

Da mesma maneira, as FSM deram resposta de que precisavam de estudar, com cuidado, a sugestão da criação do regime de atribuição de prémio aos fornecedores de informações para a detenção de trabalhadores ilegais, uma vez que era complicada a respectiva operação. É da preferência das FSM encorajar os cidadãos a fazer denúncias, realizando acções de sensibilização. No entanto, não estamos a ver campanhas de divulgação de mensagens sobre o combate a trabalhadores ilegais. Qual é o órgão governamental responsável pela organização das campanhas de sensibilização? É a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, ou as FSM como entidade responsável pela coordenação dos trabalhos de combate a trabalhadores ilegais? Queria saber quais são os projectos para o desenvolvimento do respectivo trabalho.

Em seguida queria apresentar um exemplo muito simples sobre a carência de informações referentes à denúncia de trabalhadores ilegais. Na página electrónica da DSAL, anuncia-se que os cidadãos que queiram denunciar a existência de trabalhadores ilegais, devem telefonar para o Corpo de Polícia de Segurança Pública (n.º de telefone: 28573333), para a própria DSAL (n.º de telefone: 28338808), ou para os Serviços de Alfândega (n.º de telefone: 28559944). Espero que não me tenha enganado, e peço ao Governo para fazer a rectificação no caso de engano. Aqui queria sugerir ao Sr. Secretário que aproveitasse a oportunidade para fornecer, aos cidadãos de Macau, informações relativas ao combate a trabalhadores ilegais, explicitando em que situação é que se deve telefonar para o CPSP, para o DSAL, e para os Serviços de Alfândega, respectivamente. No caso de o cidadão querer fornecer informações, apresentando-se pessoalmente nos serviços públicos, onde é que ele deve ir? Ele pode ir a qualquer dos serviços acima referidos? Que eu saiba, não houve acções de divulgação destas informações. Para evitar situações de atribuição de responsabilidade a outrem, é preciso um mecanismo central responsável pelo tratamento das participações. Sinceramente, não estou a ver nenhum melhoramento, nomeadamente no que diz respeito à realização de campanhas de divulgação de mensagens, e quanto à criação de mecanismo, que permita a participação dos deputados ou dos representantes dos sindicatos nas acções de combate a trabalhadores ilegais, através da transmissão, no local da fiscalização, das informações fornecidas pelos trabalhadores residentes, de modo a garantir a eficácia das mesmas acções.

Reivindico a solução do problema da impossibilidade frequente de identificar e acusar as entidades patronais que empreguem trabalhadores ilegais. Perante o facto de termos detectado a prática de actos ilícitos, mas não dispormos de meios para os penalizar, é

evidente que é preciso preencher as lacunas existentes na execução da lei ou nos próprios diplomas legais. É necessária também a criação de um órgão próprio para o acompanhamento do respectivo assunto, nomeadamente para fazer estudos do problema, elaborar estratégias e medidas dissuasivas para melhor combater os trabalhadores ilegais. Como por exemplo, para reprimir as actividades dos trabalhadores que se desenvolvem nos estaleiros a partir das sete horas e meia da noite (antes das dezanove horas e trinta trabalham os trabalhadores não residentes), é preciso um órgão específico que trate de uma série de assuntos, nomeadamente de recepção de informações da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte, e a transmissão destas informações aos respectivos serviços policiais, os quais, com o conhecimento do número de estaleiros existentes e a localização dos estaleiros em que as obras continuem durante a noite, podem fazer fiscalizações, depois de anoitecer, aos respectivos estaleiros. Assim, com medo de serem apanhados, os trabalhadores ilegais não se atreverão a trabalhar mais nos estaleiros, conseguindo a respectiva medida produzir o efeito dissuasivo. Se as FSM não tomam nenhuma medida como agora faz, inevitavelmente os cidadãos queixam-se do incumprimento das funções pela Polícia no combate a trabalhadores ilegais, sendo as contradições sociais abafadas simplesmente pela política de atribuição de subsídios aos cidadãos.

A criação de um órgão específico, responsável pelo assunto em discussão, e ao qual se atribua o poder de coordenação trans-departamental, permite ainda a motivação do entusiasmo dos respectivos funcionários, os quais podem conquistar o mérito pessoal reconhecido, assim como obter oportunidades de serem louvados ou promovidos a cargos superiores, no caso de conseguirem bons resultados no combate a trabalhadores ilegais, o que não deve ser muito difícil, pois os trabalhadores ilegais não são uns malfeteiros perigosos. Espero que desta vez, esta minha sugestão possa ser aceite pelo Governo, de modo que se possam melhorar os trabalhos de combater trabalhadores ilegais.

Quando aponto para as falhas existentes no trabalho referido, não pretendo, de maneira nenhuma, culpabilizar os agentes que trabalham duramente, tendo prestado grande esforço para fazer fiscalizações. Não sugiro castigá-los. O que recomendo é reformar o respectivo regime, no sentido de conseguir produzir o efeito dissuasivo ou apanhar os trabalhadores ilegais com sucesso. Se este objectivo puder ser atingido, os cidadãos ficam contentes, e os respectivos agentes também conseguem méritos.

Ainda tenho um pouco de tempo, queria aproveitá-lo para dar atenção à questão do recrutamento e promoção do pessoal das FSM. Segundo o projecto da área da Administração e Justiça, no ano corrente vai-se começar a implementar uma série de regimes de coordenação central, nomeadamente em termos de recrutamento, de promoção, de investigação disciplinar e conciliação. Queria saber se o referido projecto vai incluir o pessoal das FSM no âmbito da sua gestão. Queria saber qual é a respectiva política. No que diz respeito à promoção, queria transmitir ao Sr. Secretário algumas opiniões dos polícias jovens de linha da frente. Tendo em consideração as quatro variáveis importantes para a promoção (número de anos de prestação de serviços, habilitações académicas, louvores e notas obtidas em termos de comportamento), estes agentes jovens queriam saber quais são os cursos que são considerados úteis para a promoção, assim como se existe um mecanismo de supervisão para verificar se os cursos que contribuíram para a promoção são reconhecidos pela Polícia para a mesma finalidade. Acho que esta é uma questão a que precisamos de prestar atenção, pois o que está em causa é a justiça

na concorrência. Queria saber como é compreendida a mesma questão na perspectiva do Sr. Secretário.

Para os mesmos agentes jovens, não é justa a atribuição de louvores e notas de comportamento. Estes polícias acham que normalmente os agentes civis têm mais facilidade do que os agentes militarizados em obter louvores e notas altas, uma vez que estão mais próximos dos chefes, os quais trabalham geralmente nos escritórios. Segundo contaram os referidos polícias, poucos chefes trabalham na linha da frente. Depois de ficarem formados na Escola Superior das FSM, os oficiais trabalham muitas vezes nos escritórios. Sendo assim, os agentes de linha da frente recebem poucas vezes louvores.

Com a acumulação, a insatisfação dos polícias de linha da frente é cada vez maior, problema esse que se tem agravado por causa do regime de formação de oficiais, criado no tempo da Administração Portuguesa e concretamente no período de transição. De acordo com este regime, indivíduos não pertencentes às FSM (isto é, que não têm conhecimentos dos assuntos policiais) podem tornar-se oficiais depois de tirar o respectivo curso na Escola Superior das FSM. Será que este regime continua a ser adequado quase onze anos após a transferência da soberania de Macau? Talvez seja melhor reservar as vagas de oficiais para a promoção dos agentes com experiência e mérito. Espero que o Sr. Secretário possa ponderar com seriedade a necessidade da reforma do referido regime, e que nos ofereça dados sobre a comparação entre os agentes militarizados e agentes civis em termos de louvores e notas de comportamento.

Tenho aqui dois documentos para apresentar ao Sr. Secretário para o seu conhecimento. Num documento estão registadas as opiniões dos agentes jovens de linha da frente, sendo o outro a resposta sobre a questão dos trabalhadores ilegais que a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais deu, depois de pedir parecer ao Gabinete do Secretário para a Segurança, à interpelação escrita dos deputados.

Presidente: Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Na discussão das Linhas de Acção Governativa, realizada em Março na Assembleia Legislativa, o Sr. Secretário falou da intensificação da estratégia de polícia reforçada científico-tecnologicamente, de modo a melhorar a eficiência no trabalho e a reduzir os custos de aplicação da lei.

A mesma estratégia continuou a ser adoptada nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011. O Governo Central elaborou a estratégia de estreitamento da cooperação entre a Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, sendo a Ilha da Montanha uma zona exemplar da cooperação em promoção. Neste contexto, a RAEM precisa de recursos humanos suficientes para apoiar os trabalhos que visam a afirmação de Macau como centro mundial de turismo e de lazer, a participação activa de Macau na cooperação regional (inclusivamente no desenvolvimento da Ilha da Montanha), o processo da internacionalização da RAEM, e a construção de Macau como plataforma internacional.

As dificuldades com que as FSM se têm deparado no recrutamento

de novos agentes demonstraram a necessidade do reforço da capacidade táctico-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias, do melhoramento da eficiência no trabalho, e do reforço constante de formação e introdução de profissionais de alta qualidade. A realização, há poucos dias e perto do Lote TN27 da Taipa, da acção de simulação de acidente de fuga de gás, reflectiu a determinação das FSM de reforçar a capacidade de reacção no caso de acidentes e desastres, de modo a melhor acompanhar o desenvolvimento da nova zona urbanística de COTAI. É de aplaudir este pensamento prospectivo das FSM de prevenção dos possíveis perigos futuros. Peço ao Sr. Secretário e aos seus colaboradores que continuem a esforçar-se no sentido de melhor servir a população de Macau.

Tenho ainda várias opiniões referentes às Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área da Segurança. Em primeiro lugar, queria mencionar a política de gestão científica e optimização administrativa. Nas LAG na área da Segurança de 2011, anuncia-se a instalação de equipamentos automatizados de passagem de fronteiras com funções e eficiência reforçadas, os quais permitirão a verificação automática, com mais conveniência e eficiência, da identidade dos viajantes. Segundo o que é indicado nas mesmas LAG, o número de passagens automáticas aumentará para cento e setenta e um, de modo a permitir a passagem das fronteiras mais rápidas pelos viajantes. Para o melhor aproveitamento dos equipamentos acima referidos, tem sido realizada a recolha de dados de identificação pessoal, a partir de 10 de Dezembro do ano passado e da altura de Junho ou Julho do ano corrente, de modo a permitir a utilização das passagens automáticas aos residentes permanentes de Hong Kong e aos trabalhadores não residentes/titulares de documentos que fornecem autorização especial para permanência, respectivamente.

Antes da utilização das passagens automáticas, os trabalhadores não residentes, sobretudo os que residem em Zhuhai, costumavam demorar muito tempo (de trinta a quarenta e cinco minutos nos dias normais, uma hora nos feriados e férias) na passagem das fronteiras. Depois da implementação da mencionada medida, o tempo necessário reduziu para cinco minutos, ficando a vida dos referidos indivíduos bastante facilitada.

Trata-se de uma medida decorrente nomeadamente da cooperação com o governo de outras regiões, e que beneficia diferentes grupos de indivíduos, inclusivamente os habitantes de Macau, os quais precisam de esperar muito menos tempo na passagem de fronteiras. Esta experiência de sucesso deve ser aplicada em outras áreas.

Nota-se na adopção desta medida a transformação do pensamento. Para além do melhoramento do *hardware*, concretizado através da amplificação do edifício do Serviço de Migração nos postos fronteiriços, e da instalação de equipamentos necessários, ainda é preciso proceder ao melhoramento do *software*, optimizando o processo e simplificando as formalidades. A combinação do aperfeiçoamento do *hardware* e do *software*, pode contribuir para a multiplicação dos efeitos positivos. A mesma experiência pode ser aplicada nomeadamente no tratamento dos processos de requerimento de importação de trabalhadores não residentes, assim como no tratamento das requisições de renovação da respectiva autorização. Com a subida constante do número de processos de requerimento, o aumento de balcões e funcionários não é o meio eficiente para poder satisfazer as necessidades.

Perante esta situação, sugiro a recorrência a meios electrónicos, os

quais podem ajudar a encurtar o tempo necessário para o tratamento de requisições. Na passagem das fronteiras podemos ver a vantagem da utilização das passagens electrónicas, as quais contribuíram para o melhoramento da imagem de Macau como cidade internacional turística, beneficiando trabalhadores não residentes, estudantes, residentes de Macau e turistas que vêm visitar a RAEM.

É de saber que nalguns países, é necessário mais de uma hora para a passagem das fronteiras, o que dá uma primeira imagem péssima aos visitantes. Nas Linhas de Acção Governativa de 2011, na área da Segurança, menciona-se a importância da atitude e da eficiência dos agentes do Serviço de Migração que atendem os passageiros, e que com vista a criar uma imagem positiva de Macau, precisam de dar aos turistas uma primeira e última impressão boa, fornecendo-lhes serviços migratórios satisfatórios. O conteúdo acima referido das LAG reflecte o profundo conhecimento que o Sr. Secretário e as demais autoridades têm sobre a importância da qualidade dos serviços de migração. A redução do tempo de espera para a passagem das fronteiras nos diversos postos fronteiriços e nos cais é, sem dúvida, fundamental para o desenvolvimento das actividades turísticas do Território, e portanto, contribui positivamente para a afirmação do estatuto de Macau como centro mundial de turismo e de lazer.

O estreitamento das relações entre Guangdong, Hong Kong e Macau começou a intensificar-se desde Outubro do ano passado, tendo os residentes de Hong Kong que vêm a Macau e os residentes de Macau que vão a Hong Kong as mesmas facilidades em termos da passagem das fronteiras, dispondo do sistema de auto-passagem. A abertura durante vinte e quatro horas do futuro posto fronteiriço da Ilha da Montanha e o fornecimento dos serviços de transporte colectivo, vão colocar um desafio sério aos serviços de migração. Portanto, as FSM precisam de renovar o pensamento para estar a par de uma nova era da ligação sem brechas entre a RAEM e o Interior da China.

Sendo assim, espero que o Sr. Secretário e os seus colaboradores possam procurar o novo melhoramento com base no sistema de auto-passagem, instalado nomeadamente no posto fronteiriço das Portas do Cerco, de modo a melhor articular-se com a nova situação da cooperação regional, não desmerecendo a confiança depositada pelas várias camadas da sociedade. Sem dúvida, só com uma maior eficiência e ideias mais novas é que se pode levar a cabo, com a utilização de equipamentos electrónicos para o exame automático de dados de identidade, a faina de facilitação da passagem nas fronteiras, faina essa que, surge com a criação do novo porto da Ilha da Montanha como modelo pioneiro definido pelo Governo Central.

Em segundo lugar, queria prestar atenção ao objectivo de optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios, mencionada igualmente nas Linhas de Acção Governativa de 2011. Tal como é indicado nas LAG, a sustentabilidade de um ambiente favorável ao desenvolvimento passa igualmente por prevenir a ocorrência de acidentes graves, sejam de origem social, natural ou tecnológica, e anular ou limitar os seus efeitos danosos, o que coloca sérios desafios ao corpo de Bombeiros. Com o desenvolvimento do sector das convenções e exposições, assim como o aumento gradual da importância de Macau na intensificação da cooperação regional, vão-se realizar no Território cada vez mais actividades de grande escala, inclusivamente actividades de importância internacional. Com vista a prevenir a sobrecarga do trânsito aquando da realização de actividades importantes, especialmente nos feriados e festividades e na visita a Macau de

altos dirigentes nacionais, o Departamento de Trânsito do CPSP precisa de reorganizar a distribuição do pessoal para a coordenação do trânsito. Sugiro a emissão, nas ocasiões acima referidas, de mensagens sobre a situação do trânsito para o telemóvel dos condutores ou através da rádio, de modo que os cidadãos possam colaborar, evitando a concentração de veículos motorizados nos locais com muito movimento. Compreendo que nas visitas de altos dirigentes nacionais, não convém fazer a divulgação das respectivas notícias. Porém, noutras situações é possível a adopção da medida que sugeri, a qual pode contribuir para a prevenção da confusão no trânsito, assim como para a redução de agentes necessários para a coordenação do trânsito.

Nas LAG ainda há referências sobre uma série de medidas desenhadas para resolver os possíveis problemas do trânsito decorrentes das obras do metro ligeiro. Com vista a fazer frente aos acidentes que podem acontecer, foram convidados peritos das repartições da Segurança do Interior da China para vir a Macau partilhar as suas experiências com os respectivos serviços públicos do Território nas conferências com tema de serviços de socorro e emergência durante a época da realização das obras do sistema de transporte colectivo de grande escala. O Corpo de Bombeiros adquiriu catorze motas com equipamentos específicos para a extinção de incêndios, as quais têm a vantagem de chegar rapidamente ao local do incêndio mesmo na situação de engarrafamento. Estas medidas foram criadas com renovação de ideias e com visão perspectiva, dando importância à segurança dos cidadãos. Espero que na sua concretização o CPSP possa cooperar com os serviços governamentais com fins correlativos, nomeadamente com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, o que considero fundamental para a obtenção do sucesso na realização dos respectivos trabalhos.

Em terceiro lugar queria abordar a questão da protecção do direito de propriedade intelectual segundo a Lei, a qual é uma tarefa importante no âmbito da diversificação adequada da economia de Macau, para além de se constituir como uma obrigação a nível internacional. Para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, que é um dos objectivos definidos pelo Governo da RAEM nas Linhas de Acção Governativa de 2011, e mencionado com ênfase pelo Sr. Secretário na apresentação que fez na semana passada (para a sua promoção foi criado o Conselho para as Indústrias Culturais). A disputa sobre os serviços das antenas comuns e serviços prestados pela TV Cabo Macau, S.A. não só tem a ver com causas históricas, mas também implica a questão do direito de propriedade intelectual. Se não houver protecção deste direito, como se pode falar do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas? Se o direito de autor e o direito de patentes não estiverem protegidos, quem é que vai dedicar-se às actividades culturais e criativas, para depois o seu produto de nova concepção ou a sua obra cultural ser copiados com facilidade? Na qualidade de órgão governamental responsável pela execução dos respectivos diplomas legais, os Serviços de alfândega desempenham uma função muito importante na protecção do direito de propriedade intelectual e das indústrias culturais e criativas, muito embora o registo deste direito seja feito na Direcção dos Serviços de Economia. É da nossa expectativa que os Serviços de alfândega possam apoiar o Conselho para as Indústrias Culturais em termos do estudo dos respectivos diplomas legais, das acções de combate à violação do direito de autor e do direito de patentes, assim como da protecção destes direitos, de forma a que o mesmo Conselho possa cumprir melhor as suas funções. Espero igualmente que o Sr. Secretário dê explicações referentes aos três aspectos acima abordados.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Depois de ler as Linhas de Acção Governativa na área da Segurança e ouvir a apresentação do Sr. Secretário, tenho a sensação de que a população de Macau pode ficar descansada, porque todos os aspectos desta área foram analisados e foram encontradas estratégias e medidas para fazer frente aos problemas existentes. No entanto, sabemos que para concretizar o que está no papel, é preciso o esforço do pessoal das FSM. Sendo assim, logo vou fazer algumas sugestões sobre a atenção que precisa de ser atribuída aos agentes das Forças de Segurança. Antes disso, vou fazer várias perguntas ao Sr. Secretário e espero poder obter a sua resposta.

A primeira pergunta é a seguinte: como é que se pode continuar a melhorar a qualidade do pessoal das FSM, o qual, segundo os cidadãos, agora possui melhores habilitações académicas e tem melhor qualidade em geral.

Ao mesmo tempo que elogio a estratégia mencionada pelo Sr. Secretário de prender criminosos fortes com a acção conjunta de várias polícias, queria perguntar quando é que os agentes militarizados podem ter melhores equipamentos. Esta é a minha segunda pergunta.

Ultimamente tem-se ouvido muitos agentes militarizados falar em reforma. Assim, a minha terceira pergunta é sobre a adopção de medidas para o reforço de entusiasmo dos respectivos agentes. Queria perguntar se há necessidade de reforma do regime de promoção.

Em relação à primeira pergunta, acho fundamental a estratégia que o Sr. Secretário mencionou, de reforço da capacidade táctico-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias. De facto, segundo a opinião dos cidadãos, há necessidade de melhoramento dos equipamentos dos agentes militarizados, opinião essa que transmiti na reunião da Assembleia Legislativa no início do ano corrente. Para além disso, sugiro que se crie um centro de apoio linguístico, destinado a apoiar os agentes de linha da frente quando têm dificuldades em comunicar em determinadas línguas.

Ficámos contentes ao verificarmos que os agentes têm já melhores habilitações académicas e são mais eficientes. Quando passamos pelos pontos turísticos, muitas vezes podemos ver turistas a pedir informações sobre o caminho aos polícias, os quais, como pessoas de confiança num lugar estranho aos turistas, têm normalmente uma atitude muito boa, esforçando-se a dar as respectivas indicações, utilizando inclusivamente linguagem gestual, ficando os turistas satisfeitos com os serviços prestados.

Trata-se, sem dúvida, de um progresso significativo das Forças de Segurança, o qual contribui para o melhoramento da imagem de Macau, reflectindo a confiança e a boa impressão que os turistas e os residentes locais têm sobre os polícias.

Como sabem todos, no 12º Plano Quinquenal Chinês, é definido o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, com o seu estatuto de plataforma comercial. Para atingir este objectivo, Macau precisa de melhorar a sua qualidade em diversos aspectos, necessidade essa que, aliás, é apontada pelo primeiro-ministro do Governo Central *Wen Jiabao*. Com efeito, só quando a RAEM tiver verdadeiramente as características próprias de um centro internacional, é que as pessoas de diferentes países e regiões do mundo têm mais confiança em vir a Macau viajar e fazer negócios.

Um dos aspectos que requerem melhoramento é precisamente o aperfeiçoamento da capacidade linguística dos agentes das FSM. Nos acidentes ou nas situações de perigo, as pessoas a quem os turistas vão pedir ajuda são os polícias. Sendo Macau visitado por turistas provenientes de países diferentes, talvez seja melhor que os agentes das FSM saibam falar árabe, russo e línguas de África, para além de falarem também inglês.

Assim, queria pedir ao Sr. Secretário para dizer à Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, que não é suficiente formar apenas bilingues chinês-português, mas que os funcionários públicos, sobretudo os de linha da frente, precisam de ser multilingues. A propósito, queria perguntar ao Sr. Secretário quantos agentes chineses das FSM falam muito bem português. Faço esta pergunta porque tanto o chinês, como o português, são línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau. Sendo Macau a plataforma comercial entre a China e os países de língua oficial portuguesa, funcionando ainda como um centro de formação que organiza cursos de curta duração aos funcionários públicos, técnicos e agentes das respectivas áreas dos Países de Língua Portuguesa e de Macau, no futuro próximo vêm de certeza muitos residentes dos referidos países a Macau, com vista a fazer negócios ou a participar nos cursos, para além de fazerem turismo. O facto de os nossos polícias não falarem ou não falarem bem português, constituirá uma vergonha muito grande para a RAEM como um centro de intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Pelo exposto, é fundamental formar polícias, especialmente polícias de linha da frente, que saibam falar várias línguas. Queria também aproveitar esta oportunidade para exprimir a opinião de que os cursos de formação muitas vezes têm como público-alvo agentes que desempenham cargos superiores, havendo pouca atenção e poucos estímulos atribuídos aos polícias de linha da frente, situação essa que, aliás, foi mencionada há pouco por um colega. Aqui não vou repetir.

Sugiro que, antes de os nossos agentes possuírem capacidades linguísticas suficientes, se estabeleça um centro que forneça, através do sistema electrónico de comunicação, apoios de tradução durante vinte e quatro horas, de modo que os polícias de linha da frente possam pedir ajuda quando tiverem dificuldade em comunicar com o público, o que é bom tanto para os agentes do CPSP, como para os turistas, especialmente no caso de emergência ou de acidente. Como o que está em causa é a vida humana, espero que o Sr. Secretário possa considerar a minha sugestão. Há pouco, houve um colega que manifestou a mesma preocupação quando apontou para a grande demora na participação dos casos.

No que diz respeito à segunda pergunta, queria dizer que é eficaz a estratégia, mencionada pelo Sr. Secretário, de prender criminosos fortes com a acção conjunta de vários polícias, eficácia essa que é provada por vários casos criminais ocorridos ultimamente, e em que vários polícias lutaram em conjunto contra o suspeito. Como por exemplo, num caso que ocorreu na zona central, um estrangeiro não

colaborou na operação *stop*. Ouvi dizer que perante esta situação, diversos agentes lutaram contra o referido estrangeiro, e no fim conseguiram prendê-lo, tendo ferido um ou dois agentes, com alguns equipamentos estragados.

O que mencionei é apenas um dos exemplos do sucesso na utilização da estratégia de prender criminosos fortes com a acção conjunta de vários polícias. Os agentes cumprem as ordens com fidelidade. No entanto, os familiares dos polícias de linha da frente estão muito preocupados com a sua segurança física, pedindo-lhes sempre para deixarem o emprego, porque acham que nem todas as vezes têm a sorte de sair ilesos nas lutas. Actualmente, a frase que se costuma dizer entre os agentes das FSM para o cumprimento no encontro já não é “Já tomaste a refeição?”, mas sim “Quando é que te vais reformar?”. O facto é que os agentes, sobretudo os de linha da frente, estão muito insatisfeitos com as condições de trabalho. Eles patrulham muitas vezes sozinhos, sendo muito raro ter a oportunidade de patrulhar acompanhados por um colega. Sendo assim, perguntamos como se utiliza a estratégia de prender criminosos fortes com a acção conjunta de vários polícias. Hoje em dia, os agentes não só estão sujeitos a grande perigo, mas também são criticados constantemente. Tomando como exemplo os polícias de trânsito, se eles não aplicarem multas, serão acusados por falha no cumprimento das funções; mas se aplicarem multas, são criticados por terem sido antipáticos, injustos e terem abusado do poder, uma vez que aplicaram multas a um condutor e não a outro, enquanto que o outro condutor se tinha ido embora, guiando o seu veículo. Não sei se o Sr. Secretário já uma vez deu importância aos sentimentos dos seus inferiores, tentando incutir-lhes ânimo para com o trabalho. Relativamente à questão dos equipamentos, ainda me lembro de que nas discussões sobre as LAG, realizadas no início do ano corrente, o Sr. Secretário falou da modernização da Polícia e da intensificação da estratégia de polícia reforçada científico-tecnologicamente, tendo realçado que não se ia introduzir armas de electrochoque. A realidade é que perante os suspeitos estrangeiros com centenas de libras, a única estratégia seria a acção conjunta de vários polícias, a qual, como referi, é bastante eficaz e tem conseguido efeitos bastante positivos.

Nas discussões sobre as LAG, realizadas no início do ano corrente, apontámos para a necessidade de reforçar os equipamentos dos agentes das FSM, de modo a proteger a segurança física dos mesmos e dos cidadãos, assim como combater os crimes graves com eficácia. Naquela altura, o Sr. Secretário disse que o Governo lançou, nos últimos anos, bastantes recursos para renovar os equipamentos das FSM, os quais são bastante modernizados, tendo apresentado o exemplo do Grupo de Operações Especiais, o qual, segundo afirmou o Sr. Secretário, tem a mesma qualidade que o das unidades análogas europeias, o que se verificou nos intercâmbios realizados junto dos respectivos órgãos da Europa. Sendo cidadãos, não sabemos até que grau é que são bons os equipamentos pesados das FSM, que podem constituir um tipo de segredo militar. No entanto, pode-se verificar, com facilidade, que o impermeável dos agentes de linha da frente é de muito má qualidade, o qual é feito de material que não permite a circulação do ar, e deixa entrar água na ligação das diferentes peças de tecido. Este é um problema que prejudica a saúde dos polícias enquanto cumprem as suas funções, e cuja solução tem sido reclamada durante vários anos. Devemos promover a ideia de gestão com primazia das pessoas. Agora é normal a utilização de um material chamado “*Gore-Tex*”, é impermeável e ao mesmo tempo permite a circulação do ar. Perguntamos por que é que não se utiliza este material para produzir o impermeável dos agentes de linha da frente. Para além disso, ainda queria chamar a atenção para a

sujeição destes agentes à grande poluição do ar de Macau, cujo índice ultrapassa 300 (o índice de 100 mostra já ligeiro grau da poluição do ar) em 5% dos dias durante um ano. Pergunto ao Sr. Secretário se os dirigentes das FSM já uma vez prestaram atenção a este problema que influencia muito negativamente a saúde dos polícias que trabalham na linha da frente.

Tendo em consideração a grande pressão a que estão sujeitos os agentes que trabalham fora do escritório, assim como a grande quantidade de trabalho que os cansam todos os dias, queria pedir ao Sr. Secretário para introduzir modificações no Decreto-Lei n.º 66/94/M, intitulado “Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau”, e concretamente no seu artigo n.º 27, fornecendo aos agentes de linha da frente mais subsídios que os beneficiem directamente, de modo a incutir-lhes ânimo para alcançar maiores sucessos.

Em último lugar, queria fazer algumas sugestões que visam a manutenção, no seu posto, dos polícias experientes, os quais são preciosos nomeadamente para ajudar os colegas que acabam de sair da escola, ensinando-lhes conhecimentos muito úteis na investigação de casos e na captura dos criminosos, os quais muitas vezes não se aprendem nas aulas. Com o apoio dos agentes com ricas experiências, os novos agentes podem cometer menos erros, o que é muito importante, porque o que está em causa é a vida humana.

Como se trata de uma questão abordada, há pouco, por alguns colegas, vou ser conciso. Tomando como exemplo os chefes que estão na camada superior das carreiras de base, estes são muitas vezes agentes bastantes novos em termos da idade, e que têm ainda capacidade para trabalhar, bem como possuem ricas experiências. Pergunto por que é que não lhes proporcionam cursos de formação específicos, para que possam seguir carreiras superiores, medida essa que é adoptada em muitos países estrangeiros, nomeadamente em Portugal. O que sugiro é, no fundo, a articulação das carreiras de base com as carreiras superiores, de modo a criar mais espaços para a promoção dos chefes que estão na camada superior das carreiras de base, evitando a perda destes profissionais experientes. Assim, os agentes que têm muitas experiências e têm ainda capacidade para trabalhar, podem ter oportunidade de desempenhar cargos de sub-comissário ou comissário, continuando a dar contribuição à sociedade. Queria ainda aproveitar a ocasião para dar atenção ao fenómeno da nova distribuição do pessoal que se tem verificado ultimamente, tendo sido alguns chefes do departamento mandados trabalhar em diferentes departamentos. Queria perguntar quais foram as razões e critérios que levaram à nova distribuição do trabalho. Queria saber também se foram realizadas avaliações para perceber quais foram os efeitos conseguidos.

Ainda tenho um pouco de tempo, vou aproveitá-lo para mencionar mais dois assuntos. Primeiro queria sugerir que se mandem mais polícias à paisana às zonas onde se costuma reunir grande quantidade de turistas. Assim, por um lado, podem-se conseguir mais informações secretas, as quais são importantes para a captura de criminosos com sucesso. Por outro lado, pode-se formar mais polícias à paisana, bem como estimular os agentes a sair do escritório, e a ser mais activos na detecção das actividades ilícitas. O outro assunto que queria abordar tem a ver com a multa dos casos de conduzir a velocidade mais alta do que aquela que é permitida. Li no jornal que está avariada a máquina que costuma ser utilizada para tirar fotos aos veículos que circulem mais rapidamente do que é permitido, e que é controlada pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Suspeito que os condutores multados no

mesmo período podem ser inocentes, se as fotografias tiradas pela referida máquina não são confiáveis. Nisto queria referir um caso que ocorreu em Hong Kong, e em que um rico foi multado, tendo sido acusado de ter conduzido a velocidade demasiado alta, tendo o polícia tirado a respectiva fotografia. O rico não acreditou na máquina utilizada pelo referido polícia, tendo contratado um advogado para tratar do assunto. Finalmente foi provada a inocência do rico. Não penso que no nosso caso os condutores multados devam contratar um advogado, queria apenas chamar a atenção para o seguinte: o facto de a respectiva máquina ficar frequentemente no estado de avaria, pode levar à desconfiança dos cidadãos na justiça da multa aplicada pelo CPSP.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Em primeiro lugar queria expressar algumas opiniões pessoais em relação à redacção das Linhas de Acção Governativa de 2011, na área da Segurança, a qual parece diferente, no que diz respeito ao seu conteúdo e à forma de redigir, não só das versões dos anos passados, mas também dos textos preparados por outras Secretarias. Não sei se isto tem a ver com as necessidades de sigilo e as instruções de trabalho, próprias da área da Segurança.

Em relação a esta especificidade da Secretaria para a Segurança, os deputados da Assembleia Legislativa trocaram opiniões, sentindo difícil fazer comentários referentes às Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança. Eu também me sinto com falta de capacidade, sem estratégia para lidar com o respectivo assunto, ainda que esteja com vontade de contribuir para o melhoramento, apresentando opiniões e sugestões. Queria apontar especialmente para a segunda parte do texto, em que há referências aos trabalhos sobre todos os aspectos a serem tratados na área da Segurança. Como por exemplo, na página n.º 153 do texto, escreve-se o seguinte: serão compradas vassouras-de-bruxa para apagar incêndios nas florestas das Ilhas.

O outro exemplo seria “o aceleramento do processo de apreciação e autorização dos planos contra incêndios, de modo a favorecer a implementação das políticas da habitação pública”. Ficámos surpreendidos com a redacção do texto, que não tem as características das Linhas de Acção Governativa. Em termos do conteúdo, o que se refere nos dois excertos supramencionados não pode ser considerado políticas orientadoras.

Se o texto das Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, parece uma conta corrente, o redactor do texto é mais fraco do que o vendedor ambulante que vende espetadas de carneiro, o qual sabe ainda ligar as fatias de carne com um espeto, de modo que o cliente possa comer com mais facilidade. Sugiro ao Sr. Secretário que no próximo ano arranje outra pessoa para elaborar o texto das LAG.

Convém lembrar-se das características das linhas de acção governativa, as quais apontam para o alvo que se pretende alcançar com esforço, assim como para as medidas que precisam de ser tomadas para o melhoramento do trabalho. As linhas de acção governativa devem ser definidas tendo em mira um objectivo

definido, sendo elas umas políticas com valor real, baseadas em princípios reconhecidos, possuindo igualmente a qualidade de manuseabilidade e prospectividade. A definição das linhas de acção governativa consiste nas seguintes etapas: discussão dos problemas existentes, estudo das teorias relacionadas, procura das soluções possíveis, integração das forças construtivas, e a tomada das medidas concretas para a implementação das políticas definidas. Para dizer com franqueza, em 2010, a situação de segurança pública da sociedade de Macau é relativamente estável, tendo-se registado bastantes melhoramentos na área da Segurança, e não tendo os cidadãos grandes queixas a fazer, tal como afirmou o Sr. Secretário. Na minha opinião, existem sempre problemas sociais, nomeadamente crimes, os quais, tal como a pobreza, não podem ser extintos em qualquer sociedade do mundo e em qualquer época da história. Devemos é ter a coragem de reconhecer a nossa insuficiência, arrançando soluções para os problemas existentes na medida em que for possível, e evitando o acúmulo de conflitos sociais, as quais podem conduzir à irrupção de grandes problemas.

As respectivas tarefas têm que ser realizadas com ordem e com rigor. Temos que ser cautelosos pois para garantir a segurança pública de uma sociedade é preciso prestar esforço durante longo espaço de tempo. Assim, passo a passo, pode-se criar um ambiente de boa qualidade para os residentes locais.

Em seguida queria mencionar algumas frases feitas chinesas, as quais surgiram como cristalização das experiências de vida, reflectindo as regras dos fenómenos naturais e humanos. Dizem os chineses: “Para abafar a desordem social, tem que se resolver o problema de pobreza; com vista a administrar bem um país ou uma região, a primeira coisa a fazer é ter bons dirigentes governamentais; a garantia para a segurança pública é, sem dúvida, polícias competentes e honestos”. Nas Linhas de Acção Governativa, o Sr. Secretário sublinhou a importância da gestão científica, tendo apontando para a necessidade de optimização da administração, insistindo no reforço da capacidade táctico-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias, e anunciando o objectivo de melhoramento da qualidade do pessoal das Forças de Segurança. Para concretizar estas finalidades, os oficiais que ocupam os cargos de direcção superior precisam de servir como exemplos, sendo aplicados, honestos, altruístas, respeitadores das regras e da lei, seguindo sempre os princípios orientadores e elaborando com esforço planos para o melhoramento. Se assim forem, acredito que os FSM terão um novo aspecto no futuro não longínquo.

Sr. Secretário, na minha opinião, no planeamento dos trabalhos do próximo ano, é preciso prestar atenção a vários aspectos, os quais são precisamente o melhoramento da qualidade dos trabalhos da execução da Lei, realizados pelos agentes das FSM, uma relação mais harmoniosa entre a Polícia e a população, e a criação de uma imagem mais positiva das Forças de Segurança, uma vez que é exactamente nestes pontos que os cidadãos, que são cada vez mais exigentes para com os polícias, manifestaram a maior insatisfação.

No fundo, tudo o que acabei de referir gira à volta de uma questão fundamental, que é a construção de uma equipa de agentes com qualidade. Sendo especiais e duros os trabalhos policiais, nomeadamente os trabalhos do próximo ano (o que se pode ver nas LAG de 2011), temos de dar importância a uma gestão personalizada do pessoal, o qual é a garantia para a concretização das LAG com sucesso. A propósito disso, tenho as seguintes sugestões.

A primeira sugestão é a adopção de medidas para o fornecimento

de regalias aos agentes das FSM, de modo a reforçar o sentido de solidariedade, assim como a criar uma equipa de polícias honestos, honrados, e de boa qualidade na execução dos trabalhos. Com vista a criar aos polícias um bom ambiente de trabalho e de vida, é preciso levar em frente as seguintes tarefas:

1) Crie-se o hábito de os dirigentes de diferentes camadas da hierarquia visitarem a família dos inferiores, sobretudo aqueles que conquistaram méritos, que se feriram na execução das tarefas, e que têm dificuldades económicas, de modo que os mesmos possam sentir o carinho e a atenção dos superiores, reforçando, assim, o sentido de pertença dos agentes para com as FSM. 2) Aperfeiçoe-se constantemente o regime de seguros, de exames médicos e de gozo de férias, criando para cada um dos agentes o seu dossier de saúde, autorizando o gozo de férias, garantindo-lhes descanso necessário, assim como eliminando as suas preocupações com os possíveis problemas de saúde. 3) Preste-se uma atenção especial à criação de modelos de entre os polícias de base, atribuindo elogios e recompensas para incutir o ânimo dos agentes de linha da frente. 4) Organizem-se mais actividades de confederação, anime-se a atmosfera do ambiente de trabalho e reforce-se a comunicação e a união do pessoal das FSM.

A segunda sugestão é a implementação do princípio da primazia das pessoas. Isto é, não só é importante a recompensa material, mas também são fundamentais o respeito pela dignidade humana dos agentes (respeito pela sua pessoa, pelo seu carácter e pelo seu trabalho), e a atenção que lhes é atribuída espiritualmente. Sob princípio do cumprimento rigoroso das respectivas normas jurídicas e da disciplina, deixe-se cada polícia desenvolver a sua inteligência, tomando iniciativas na realização das tarefas. Em resumo, deve-se fazer uma gestão personalizada do pessoal. E só assim é que os agentes podem trabalhar com satisfação, acrescentando brilho à equipa de agentes das FSM.

A terceira sugestão tem a ver com a qualidade do desenho de regimes e mecanismos, o qual se deve basear na realidade e na cientificidade, devendo igualmente ser razoável e manuseável. As regras e regimes mal desenhados ferem o entusiasmo dos agentes, causam conflitos internos e bloqueiam o próprio desenvolvimento, o que é muito triste.

Queria ainda abordar uma questão que tem chamado muita atenção, a qual é precisamente a questão da verificação da identidade dos viajantes que passam a fronteira entre a RAEM e o Interior da China. Queria saber qual é evolução dos referidos trabalhos, e se está decidido o modelo de exame de dados de identidade, ou seja, faz-se uma verificação ou dupla-verificação na passagem das fronteiras. Segundo saiba, as respectivas repartições do Interior da China têm prestado muita atenção ao estudo do mencionado assunto. Acho que as FSM também devem incluir a discussão desta matéria na ordem do dia, pois é significativa para o estreitamento da cooperação regional. Espero que a seguir, o Sr. Secretário possa fornecer informações relacionadas com o assunto em referência.

Sr. Secretário, não sei fazer comentários sobre as Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, tendo apresentado algumas opiniões e sugestões como resultado da minha observação das realidades de Macau, e baseando-me na compreensão que tenho, referente aos agentes das FSM. Ao submeter estas opiniões e sugestões à apreciação do Sr. Secretário, peço-lhe desculpa por me ter metido no trabalho alheio excedendo a minha competência.

Obrigado.

Presidente: Mais cinco deputados pronunciaram-se. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar resposta. Depois se ainda sobrar tempo, vou pedir a outros deputados para exprimir as suas opiniões. Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng sugeriu acrescentar a respectiva introdução e índice no Relatório das Linhas de Acção Governativa na área da Segurança, assim como colocar, no uniforme dos polícias que prestam serviços nos pontos turísticos, símbolos que indiquem as línguas que sabem falar. Vamos ponderar a possibilidade de adopção destas sugestões. O facto é que actualmente, agentes que sabem falar português têm no uniforme insígnia que indica esta capacidade.

No que diz respeito à atribuição do subsídio para estimular o entusiasmo de aprendizagem de línguas do pessoal, já elaborámos a respectiva proposta segundo as opiniões dos directores dos vários serviços das FSM e já a submetemos à apreciação superior. Esperamos que os agentes de linha da frente possam executar a Lei com boa educação, utilizando linguagem delicada. Para atingir esta finalidade, a Escola Superior das FSM vai organizar mais cursos e palestras, de modo a criar nos agentes boa educação e boa conduta moral.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng apontou também para a longa duração do processo de participação, a qual tem sido um tema de discussão durante vários anos nomeadamente na Assembleia Legislativa. Vou analisar este problema dividindo o referido processo em duas partes: a parte do processo administrativo e a parte que implica o Código de Processo Penal. Em termos do processo administrativo, a polícia pode adoptar medidas necessárias para acelerar o respectivo processo, de modo a facilitar a vida dos cidadãos. Todavia, na parte que implica o Código de Processo Penal, um dos principais cinco códigos da RARM, os serviços policiais não têm outra maneira senão cumpri-lo.

Na parte administrativa, foram realizados muitos melhoramentos ouvindo as opiniões dos residentes: aumentou-se o número dos agentes que preenchem a carreira de base das FSM, de modo a permitir a existência de mais chefes, subchefes e guardas que trabalham nos Piquetes. Nos últimos anos, foram realizados numerosos cursos de formação, inclusivamente cursos de formação com a finalidade de promoção. Assim, em cada ano foram promovidos cerca de trinta agentes a cargo de chefe, cerca de cinquenta a cargo de subchefe. Há cerca de cento e trinta guardas que trabalham nos Piquetes, que é o lugar onde se faz a participação. Com isto queria dizer que há recursos humanos suficientes para assegurar a prestação dos serviços em discussão.

A partir de Maio de 2011, vamos elevar os requisitos para o ingresso na carreira das FSM, sendo um dos requisitos o décimo segundo ano de escolaridade, o que representa uma medida adoptada para melhorar a qualidade do pessoal das FSM.

Outros melhoramentos realizados foram os seguintes: os casos criminais ocorridos na rua passam a ser tratados directamente pelos agentes da Polícia Judiciária, de modo a simplificar o processo; adoptou-se um regime flexível no horário de audição dos

testemunhos das vítimas e das testemunhas; todos os piquetes dos postos policiais funcionam durante vinte e quatro horas, sendo atribuído o título para os casos de perda de documentos de identificação dentro de vinte minutos a contar a partir do momento da sua participação. Pedimos igualmente aos agentes para manter a maior transparência possível na execução da Lei, explicando aos cidadãos as normas jurídicas e as etapas que se precisam de seguir na execução da Lei, de modo a evitar conflitos e mal-entendidos desnecessários. Nos casos especiais em que a parte precisa de prestar mais tempo para o acompanhamento, os agentes devem explicar-lhe a situação, de modo a obter a sua compreensão. É de saber que, o tempo necessário para a participação e para a prestação do testemunho, varia conforme situações concretas, tendo a ver inclusivamente com o número de casos a serem tratados na altura. Espero que os cidadãos possam compreender e colaborar. O Grupo de consulta sobre as políticas e interacção, vinculado ao Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública, começou, em 2009, a debruçar-se sobre os estudos relativos à optimização do processo de participação de casos. Depois da troca de opiniões com os respectivos serviços públicos, assim como da recolha de opiniões públicas, o referido Grupo apresentou uma série de sugestões para a optimização do respectivo trabalho, as quais foram concretizadas devidamente pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública e pela Polícia Judiciária. É de saber que é de doze a totalidade do número de melhoramentos relativos ao processo de participação, realizados no ano corrente pelo CPSP e pela P.J., cinco dos quais foram da responsabilidade do CPSP, tendo sido sete levados a cabo pela P.J. São os seguintes os melhoramentos feitos pelo CPSP para o aceleramento do processo de participação: No comissariado policial n.º 2, prestar-se-á o serviço *one-stop* na recepção de participações, o qual permite a audição de testemunhos no momento da participação. Depois do tratamento de todas as formalidades de participação, a Polícia dará ao participante um talão em que estão registados o número do caso participado, o número de telefone do investigador responsável pelo caso, assim como outras informações úteis, de modo que o participante possa pedir informações sobre o respectivo caso; Os casos com mais urgência serão enviados para o comissariado policial n.º 2, onde se realizam as formalidades de participação;

3) Os polícias de linha da frente serão informados de que, ao passarem a pasta de um caso aos agentes da Polícia Judiciária, devem deixar os cidadãos saber por que é preciso fazer a entrega do caso, com vista a evitar mal-entendido desnecessário;

4) Procura-se o melhoramento geral da qualidade do pessoal das Forças de Segurança, recrutando-se mais polícias de base, promovendo-se investigadores com experiências, reforçando-se a formação profissional dos agentes policiais, e preenchendo-se as vagas existentes no quadro das FSM;

5) Reforçar-se-ão a comunicação e cooperação com as associações privadas e com as escolas locais, realizando campanhas de sensibilização, e procurando o melhor efeito na prevenção e combate à criminalidade através da cooperação entre a Polícia e a população. A Polícia Judiciária, por sua vez, levou a cabo sete tarefas que visam o melhoramento quanto ao processo de participação, as quais menciono seguidamente. Far-se-á a simplificação das formalidades necessárias para a requisição de certificado de participação, podendo o participante do caso fazer o respectivo pedido logo depois da audição de testemunhos, mesmo fora dos horários de expediente (segundo o que foi anunciado no comunicado publicado pela Polícia Judiciária). Com vista a facilitar a vida dos cidadãos, a partir de 1 de

Outubro do ano corrente, os participantes dos casos podem requisitar o certificado de participação para a finalidade de pedir a nova emissão de documento de identificação ou pedir indemnização às companhias de seguros, nos horários de expediente, junto do Núcleo de Apoio Administrativo da Sede e da Delegação do COTAI, assim como dos Piquetes do Departamento de Investigação de Crimes relacionados com o Jogo e Económicos). Recentemente foi contratado um grupo de funcionários, responsáveis pela recolha de impressões digitais, tarefa essa que é indispensável para a investigação de alguns casos, nomeadamente para os casos de furto. Antigamente havia falta de pessoal para a realização do respectivo trabalho. Actualmente, dispondo de dois grupos de investigadores que realizam trabalhos relativos à recolha de provas, a Polícia Judiciária pode levar os trabalhos de investigação em frente com mais rapidez. A Polícia Judiciária fornece igualmente ao participante um talão em que estão registados o número do processo do respectivo caso e o número de telefone do investigador responsável pelo caso, de modo que o participante possa pedir informações sobre o caso participado. O tratamento das formalidades para a anulação dos processados que envolvem crimes semi-públicos, pode ser feito fora dos horários de expediente.

A Autoridade Policial continua a fornecer formações profissionais ao seu pessoal no sentido de elevar o nível da qualidade profissional do pessoal e continua a manter a cooperação com as associações privadas e escolas locais para a realização de acções de educação e de divulgação das mensagens de prevenção e combate à criminalidade. Reforçar-se-á a formação dos agentes das FSM, melhorando a sua qualidade profissional.

Nos cursos de formação, serão introduzidos nos agentes conhecimentos sobre o Direito, de modo que eles tenham capacidade de distinguir processos civis dos processos criminais na recepção de participações. Por outro lado, também é preciso melhorar a sua capacidade de redacção, fornecendo mais exemplos para os ajudar.

Sublinho que na Polícia Judiciária há um grupo de tradutores chinês-inglês de grande qualidade.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng abordou ainda a questão da criminalidade informática. Em seguida forneço alguns dados sobre este tipo de criminalidade: Com a popularização da *internet*, até os estudantes do ensino primário têm o hábito de utilizar as informações divulgadas na rede, o que tem levado à subida do número dos respectivos crimes. De Janeiro a Setembro do ano corrente, foram detectados sessenta e sete casos de criminalidade informática, tendo sido enviados para o Ministério Público quatro suspeitos (três masculinos e um feminino) que estavam sujeitos a medidas de coacção, assim como outros cinco suspeitos masculinos, os quais foram detidos. As modalidades mais comuns da criminalidade informática são burla (quarenta casos, para os quais foram criados inquéritos), a difamação e a injúria (nove casos), a ameaça, o acesso ilegítimo a sistema informático, a obtenção, utilização ou disponibilização ilegítima de dados informáticos (oito casos).

Nos últimos anos, com vista a prevenir e combater a criminalidade informática, a Polícia Judiciária tem tomado uma série de medidas, tendo criado a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos e tendo recrutado e formado profissionais para a investigação dos referidos crimes, mandando inclusivamente agentes para participar nos respectivos cursos de formação organizados pelas instituições dos lugares exteriores, de modo a melhorar os seus conhecimentos

específicos sobre a criminalidade informática.

Com a entrada em vigor da Lei de combate à criminalidade informática, a Polícia Judiciária, que possui um grupo de investigadores conhecedores de técnicas informáticas, tem cumprido rigorosamente as suas funções de execução da Lei no âmbito das suas competências. Quando for necessário, a P.J., que insiste em melhorar o conhecimento informático e jurídico do seu pessoal, pedirá, através da Interpol, a ajuda dos respectivos serviços das regiões vizinhas. Com vista a conhecer situações mais recentes relativas aos crimes ocorridos na rede, a Polícia Judiciária ainda mantém a comunicação estreita com as empresas de telecomunicações e de gestão da rede, desencadeando o processo de investigação obtendo, segundo a lei e dos órgãos judiciais, o mandado que atribui a respectiva autorização. Por outro lado, a P.J. continua a reforçar as actividades que visam a prevenção da criminalidade informática, organizando conferências e divulgando as respectivas mensagens no Boletim da Polícia Judiciária e na Revista “Investigação e Sistema Jurídico”, melhorando o conhecimento dos cidadãos e sobretudo dos jovens dos crimes informáticos, de modo que se saiba utilizar correctamente o computador e se evitem os possíveis prejuízos.

Ultimamente tem-se realizado reforma da estrutura orgânica da Polícia Judiciária, tendo sido criadas duas divisões novas: a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos e a Divisão de Informática Forense, as quais podem contribuir para melhor combater os crimes informáticos, nomeadamente através da recolha de provas que se apresentem aos órgãos judiciais para apoiar as respectivas acusações. Depois da reorganização, vão-se criar mais quinhentas e três vagas no quadro da Polícia Judiciária, as quais serão preenchidas dentro de cinco anos. Dentre as quinhentas e três pessoas, cerca de trezentas e cinquenta são investigadores. Isto quer dizer que em cada ano é preciso recrutar setenta agentes novos, aproximadamente, o que é possível segundo o nosso conhecimento sobre o mercado de recursos humanos.

No que diz respeito ao recrutamento central de funcionários públicos, informo de que só os funcionários das carreiras gerais (isto é, os técnicos de apoio, os técnicos e os técnicos superiores), é que são recrutados através do regime central de recrutamento. Visto que existem, como por exemplo, no CPSP e na P.J., dois tipos de carreiras, só os agentes das carreiras gerais, ou seja, os agentes civis, é que são recrutados através do regime central.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng chamou a atenção para o desrespeito da Lei do Trânsito Rodoviário pelos condutores, os quais param o seu veículo nos cruzamentos, na zona com quadrados amarelos. Agradeço a opinião do mesmo deputado. O Departamento de Trânsito vai prestar mais atenção multando os respectivos condutores, de modo a manter a fluidez do trânsito nos cruzamentos.

Quanto ao problema de trabalhadores ilegais, os agentes do Corpo de Polícia de Segurança Pública realizaram, há pouco tempo, acções de combate nos grandes casinos das Ilhas, em que se obtiveram bons resultados, o que demonstrou que o CPSP tem prestado atenção ao referido problema. Tal como informei, distinguem-se dois tipos de fiscalizações para o combate a trabalhadores ilegais: fiscalizações gerais e fiscalizações com alvos previstos. Esclareço que o número total de fiscalizações, realizadas de Janeiro a Setembro de 2010, foi de setecentos e setenta e nove, tendo detido seiscentos e quarenta e quatro trabalhadores ilegais. Em cada acção de fiscalização os agentes costumavam examinar vários locais. Portanto,

evidentemente o número de locais fiscalizados foi mais do que setecentos e setenta e nove, que é o número de fiscalizações realizadas no ano corrente.

Agradeço a atenção prestada pelos Srs. Deputados aos trabalhos de combate a trabalhadores ilegais e as sugestões apresentadas para o melhoramento. Na realidade, o Corpo de Polícia de Segurança Pública, os Serviços de Alfândega e a Polícia Judiciária têm competências diferentes no combate a trabalhadores ilegais. Tomando como exemplo o caso de CPSP, cujo Departamento de Informações, e concretamente o Comissariado de Assuntos Gerais, é responsável pelo respectivo trabalho. No caso de falta do pessoal, pode-se pedir apoio à Unidade Tática de Intervenção da Polícia através do Comandante do CPSP. Tendo o Corpo de Polícia de Segurança Pública muitas competências, tais como a prestação de serviços de migração, a regulamentação do trânsito, a patrulha, a realização dos trabalhos próprios do Grupo de Intervenção e do Grupo de Operações Especiais, temos que gerir bem os quatro mil e tal agentes do CPSP, de modo a assegurar os trabalhos de várias áreas. Queria dizer com isto que não podemos dar atenção exclusivamente a um aspecto.

Tendo em consideração os recursos humanos disponíveis, acho que estamos a fazer o melhor possível para satisfazer as diversas necessidades. Quando recebemos informações, vamos actuar para a detenção dos trabalhadores ilegais. Os Serviços de Alfândega concentram a sua atenção na fiscalização de trabalhadores ilegais nas margens do rio e nas zonas litorais. Isto não quer dizer que não haja cooperação entre diferentes órgãos das FSM. Como por exemplo, se a Polícia Judiciária descobrir, nos casinos, trabalhadores ilegais, de certeza vai informar os agentes do CPSP, os quais tomam as respectivas acções, de modo a garantir as oportunidades de emprego dos residentes de Macau, objectivo esse que julgamos que se pode atingir.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong sugeriu a atribuição de prémios pecuniários aos fornecedores de informações secretas. Depois da ponderação, preferimos adoptar a medida de melhoramento da consciência cívica dos residentes, de modo que estes denunciem as actividades dos trabalhadores ilegais.

O mesmo deputado sugeriu também que os representantes dos sindicatos e os deputados participassem nas acções de fiscalização, transmitindo aos agentes as informações fornecidas pelos trabalhadores residentes que se encontrem a prestar serviços no local fiscalizado. Chamo a atenção para a distinção entre as funções dos órgãos executivos e dos órgãos legislativos, bem como para a existência dos perigos em cada uma das acções. Sendo assim, não acho conveniente a participação dos representantes dos sindicatos e dos deputados nas acções de fiscalização.

Temos tomado medidas dissuasivas, como por exemplo, depois da detenção de trabalhadores ilegais, cujos dados de identificação serão enviados aos respectivos órgãos e às repartições de segurança pública do Interior da China, de modo que os mesmos indivíduos não possam conseguir autorizações necessárias para poder vir outra vez a Macau.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong prestou igualmente atenção ao regime de recrutamento central. Tal como expliquei há pouco, os funcionários das FSM das carreiras gerais são recrutados através do regime central, ao passo que os agentes das carreiras especiais, pertencentes aos órgãos policiais, ao Corpo de Bombeiros, aos

Serviços de Alfândega e ao Estabelecimento Prisional são recrutados pelas entidades governamentais a que pertencem.

No respeitante ao regime de promoção, baseado nas quatro variáveis importantes (número de anos de prestação de serviços, habilitações académicas, louvores e notas obtidas em termos de comportamento), o que posso explicar é que cada órgão das FSM é responsável pelo exame das habilitações académicas dos seus funcionários. Se houver dúvidas sobre as habilitações académicas de um determinado agente, pode-se fazer a respectiva denúncia junto do órgão de polícia criminal.

O Curso ministrado pela Escola Superior das FSM, cujos graduados ocuparão o cargo de sub-comissário, está aberto aos cidadãos de Macau que não tenham conhecimentos dos assuntos policiais, sendo metade de vagas reservadas aos agentes no activo das FSM.

O Sr. Deputado Sio Chi Vai falou da intensificação da estratégia de polícia reforçada científico-tecnologicamente e da optimização administrativa. É de saber que as repartições de Segurança Pública do Interior da China tencionam fazer a electrificação do salvo-conduto de dupla viagem, projecto esse que será apoiado pela secção de informática do Serviço de Migração e da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança. A implementação deste projecto permitirá a utilização das passagens automáticas pelos titulares do referido documento, diminuindo, em grande medida, o tempo de espera para a passagem das fronteiras.

Em relação à questão da abertura, durante vinte e quatro horas, do posto fronteiriço da Ilha da Montanha, vamos cooperar com a repartição de Segurança Pública do Interior da China, qualquer que seja a sua decisão em termos de verificação da identidade dos viajantes num dos postos fronteiriços ou em ambos os postos fronteiriços. Só precisamos de vários dias para os trabalhos de preparação, realizados pelo CPSP e pelos Serviços de Alfândega, podemos começar a prestar serviços de migração no referido posto fronteiriço. Esta é a promessa que fazemos.

O Sr. Deputado Sio Chi Vai prestou atenção ao objectivo de optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios, definidos nas Linhas de Acção Governativa de 2011. O mesmo deputado sugeriu a emissão, nas ocasiões especiais, das mensagens sobre a situação do trânsito para o telemóvel dos condutores ou através da rádio, de modo a evitar os grandes engarrafamentos. Vou transmitir esta sugestão que considero útil à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, que é o órgão governamental responsável pela realização da referida tarefa. Na realidade, agora na rede podemos ver a situação do trânsito em vários pontos de Macau, designadamente no cruzamento da Avenida de Almeida Ribeiro com a Avenida da Praia Grande, no cruzamento da Rua do Campo com a Avenida Infante D. Henrique, e nas estradas próximas do Terminal do Porto Exterior.

Concordo com a opinião do Sr. Deputado Sio Chi Vai sobre a necessidade da protecção do direito de propriedade intelectual. É de saber que os serviços de Alfândega têm prestado grande atenção ao referido trabalho, realizando activamente acções de combate a actividades de pirataria, cooperando com o titular dos direitos autorais. Nos meados deste mês, os representantes dos serviços de Alfândega apresentaram-se na reunião do Conselho para as Indústrias Culturais, em que os mesmos representantes mencionaram as funções dos Serviços de Alfândega no respeitante à protecção do

direito de propriedade intelectual, responderam às perguntas dos membros do Conselho, ouviram o relatório sobre os trabalhos realizados pelo referido Conselho no passado e no presente, assim como sobre os problemas existentes na execução da Lei, tendo trocado opiniões com os membros do mesmo Conselho. Ficou claro, nesta reunião, que os Serviços de Alfândega vão continuar a manter a ligação e comunicação com o mencionado Conselho, cooperando com ele na protecção do direito de propriedade intelectual.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun abordou a questão do melhoramento da qualidade dos polícias. Os meios que costumamos adoptar para esta finalidade são a formação, gestão, intercâmbio com o exterior, regime de recompensa e de penalização, e regime de promoção. Tomando como exemplo o Corpo de Polícia de Segurança Pública, houve três chefes do CPSP, agentes que estavam na camada superior das carreiras de base, que foram premiados e promovidos a sub-comissários das carreiras superiores. No que diz respeito ao melhoramento dos equipamentos e aos apoios prestados aos polícias de linha da frente, temos graduados de serviço e graduados de serviço superiores, os quais são responsáveis pelos trabalhos de apoio. Quanto à criação de um centro de apoio linguístico através do sistema electrónico de comunicação, vamos considerar esta possibilidade.

Segundo o antigo regime de atribuição do prémio de antiguidade, cada dez anos de serviços efectivos eram calculados como catorze anos ou doze anos (a partir de 1 de Janeiro de 1986). Sendo assim, alguns agentes com cerca de cinquenta anos têm já trinta e seis anos de antiguidade e podem reformar-se.

De acordo com a forma de cálculo que acabei de apresentar, os agentes que ingressaram na carreira em 1983, terão, no próximo ano, trinta e seis anos de antiguidade, isto é, satisfazem o requisito previsto no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública, podendo, portanto, reformar-se. No primeiro ano em que foi Secretário para a Segurança, assinei pedidos de reforma dos agentes que ingressaram na carreira em 1973. Num abrir e fechar de olhos, vou assinar pedidos dos que ingressaram na carreira em 1983.

Tendo em vista o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de Turismo e lazer, prestamos muita atenção à qualidade de agentes que patrulham na rua, nomeadamente à sua capacidade linguística. Em relação à pergunta apresentada pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun sobre o número de agentes que dominam a língua portuguesa, agora não tenho na mão os respectivos dados, mais tarde mandá-los-ei por escrito.

Com a internacionalização do Território, há cada vez mais turistas estrangeiros que visitam a RAEM, em comparação com os quais, os agentes de Macau são mais pequenos. Por causa disso, temos de prestar mais atenção ao reforço de formação e de treino, de modo a aumentar a força física e a melhorar as técnicas de luta dos polícias das FSM.

Quem consulte os respectivos registos, constatará com facilidade que os casos de morte na execução das tarefas são relativamente raros nos polícias de Macau do que nas regiões vizinhas. Penso que não há grande razão para a preocupação dos familiares dos agentes, os quais podem ficar descansados.

É verdade que os equipamentos do Grupo de Operações Especiais têm a mesma qualidade que os das unidades análogas dos países membros da União Europeia. Em relação à qualidade de

impermeáveis dos agentes de linha da frente, vamos acompanhar o mesmo assunto, de modo a fornecer melhores equipamentos aos polícias que trabalham fora nos dias de chuva.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun prestou ainda atenção ao aumento de subsídios dos agentes de linha da frente. Informo de que já foram elaboradas, pelos directores de vários órgãos das FSM, propostas sobre este assunto, as quais foram submetidas à entidade responsável para o respectivo acompanhamento.

A redistribuição do pessoal respeita, em primeiro lugar, as necessidades do trabalho, tendo em consideração também o comportamento, os talentos específicos e o estado de saúde de cada um dos funcionários. Enfim, todas as mudanças serão feitas para o benefício dos interesses públicos. Podemos considerar igualmente a possibilidade da adopção da sugestão de mandar mais polícias à paisana patrulhar nas zonas com concentração de turistas.

Devido às características físicas e químicas do ambiente (de influência marítima, de elevada amplitude térmica, com ventos fortes e tufões) em que estão colocados os aparelhos electrónicos de vigilância da velocidade de circulação dos veículos motorizados nas três pontes, naturalmente estes aparelhos podem ficar danificados. Costumamos prestar muita atenção aos trabalhos de manutenção, procurando consertá-los o mais rapidamente possível nos casos de avaria. Os colegas do Departamento de Trânsito vão verificar a qualidade das fotografias antes de aplicação da multa. No caso de as fotografias serem pouco claras, os agentes não vão tomar acções e os cidadãos podem ficar descansados.

O Sr. Deputado Fong Chi Keong criticou a forma da redacção das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2011, na área da Segurança. Vamos analisar o respectivo assunto, agradecendo aqui a sua opinião.

Achamos óptima a criação do regime de visita dos superiores a casa dos inferiores. Vamos pensar nas formas possíveis para a concretização desta ideia.

No respeitante ao aperfeiçoamento do regime de seguros, sabemos que os funcionários públicos dispõem do Regime de Previdência, quanto aos exames médicos, os Serviços de Saúde prestam serviços semelhantes a todos os funcionários públicos da RAEM. Vamos acompanhar a questão do gozo de férias. Obrigado pela atenção do Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Reitero que vamos atribuir louvores aos agentes de base, caso tenham dado contribuições para a manutenção da segurança pública do Território.

Respeitamos a dignidade humana de todos os agentes das FSM, sejam os que ocupam cargos superiores, sejam os de camadas inferiores, pois vamos seguir o princípio de primazia de pessoas.

Por fim, declaro a nossa atitude de cooperação com as respectivas repartições do Interior da China, seja qual for a sua decisão sobre o processo de verificação da identidade dos passageiros. Neste momento, ainda estão em fase de discussão os assuntos referentes à abertura dos postos fronteiriços durante vinte e quatro horas, não estando decidida a adopção do modelo de exame de dados de identidade apenas num posto fronteiriço para os actos da passagem das fronteiras.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem. O Sr. Secretário já respondeu a todas as perguntas. Podemos terminar a reunião cinco minutos mais cedo. Amanhã os outros oito deputados vão pronunciar-se sobre a mesma questão. Declaro encerrada a sessão de hoje.

(Interrupção)

(Sessão de 30 de Novembro)

Presidente: Sr. Secretário e as demais autoridades presentes.

Srs. Deputados

Vamos continuar a discussão das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área da Segurança. Primeiro vou passar a dar a palavra à Sra. Deputada Chan Mei Yi.

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Quando verificamos a segurança pública do Território no início da segunda dezena de anos após a transferência da soberania de Macau, não podemos negar o melhoramento nítido, obtido nos dez anos passados, o que se deve ao esforço de todo o pessoal das Forças de Segurança, assim como ao apoio prestado pelo Governo Central da RPC. A sociedade da RAEM evolui constantemente, sendo cada vez mais exigentes os cidadãos para com os agentes das FSM, os quais estão sujeitos a grandes pressões de trabalho provenientes do estreitamento da cooperação entre a Província de Guangdong, Hong Kong e Macau e o consequente aumento de passageiros. No 12º Plano Quinquenal Chinês está definido o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e de lazer, cuja concretização depende, em grande medida, da manutenção da estabilidade da segurança pública do Território.

Para levar a cabo, com sucesso, a grande quantidade de trabalho na área da Segurança, é fundamental reforçar o ânimo e o espírito da equipa dos agentes das FSM. A propósito disso, queria analisar o assunto mencionado na página n.º 145 das LAG, sobre a realização de estudos, pelas Forças e Serviços de Segurança, em matéria da necessidade dos recursos humanos a curto, médio e longo prazo, de modo a garantir reservas suficientes para a execução das tarefas das diversas camadas das FSM, inclusivamente a camada da direcção. Para isso, é indispensável o Recrutamento do pessoal para frequentar o Curso de Formação de Oficiais, para cuja ingressão existem duas vias: a de concorrência no estatuto de cidadãos normais, e a de selecção dos agentes ao activo pelos superiores, estando todos os candidatos sujeitos às provas culturais e físicas.

Em comparação com os jovens que acabam de sair da escola, os agentes no activo das FSM, que se esqueceram da maior parte dos conhecimentos adquiridos nas escolas secundárias e são menos jovens, têm menos vantagens na concorrência com os recém-graduados no ensino secundário.

Peço ao Sr. Secretário para considerar a possibilidade de introduzir modificações no respectivo exame, de modo que a experiência de trabalho dos agentes seja contada como factor favorável para a

admissão, dando equilíbrio, deste modo, a duas realidades verificadas nos candidatos do referido curso. Sugiro ainda que se faça a distribuição de quotas entre agentes de categorias diferentes, de modo a dar mais oportunidades aos agentes de camada intermédia e agentes experientes, os quais podem obter melhoramentos durante os quatro anos do curso, para ter depois as qualidades necessárias para desempenhar cargos superiores.

Actualmente, os agentes das FSM costumam ter habilitações literárias bastante altas, sendo muitos portadores do diploma do ensino secundário, da licenciatura ou de graus ainda superiores. Portanto, na minha opinião, é mais justo promover agentes a posições superiores depois da frequência do Curso de Formação de Oficiais do que a promoção sem exame. Contudo, limitados pela existência de uma relação fixa de vagas, atribuídas aos candidatos provenientes de vias diferentes, muitos agentes experientes e com habilitações literárias bastante elevadas, inclusivamente os bombeiros, não conseguem entrar no respectivo curso. Esta situação inibe o ânimo dos agentes, para além de criar conflitos entre os inferiores experientes e os superiores formados no referido curso, e que mandam sem experiência de trabalho.

Ontem ouvi o Sr. Secretário falar da prestação de serviços policiais de melhor qualidade. Aqui queria transmitir algumas opiniões e reclamações que os cidadãos apresentaram, nomeadamente através da rádio. Parte das reclamações tem a ver com a aplicação de multas pelos polícia de trânsito.

É correcto que os agentes do Departamento de Trânsito cumpram as suas funções segundo a Lei. No entanto, na inexistência, em Macau, de lugares de estacionamento suficientes, peço aos agentes para serem mais delicados para com os cidadãos, muitos dos quais transgrediram as regras da Lei do Trânsito Rodoviário porque não tinham outra escolha. Penso que a tomada de uma atitude mais simpática pelos polícia na execução da Lei, pode contribuir para a harmonização da relação entre a polícia e a população, diminuindo a insatisfação dos residentes, assim como os conflitos sociais que ponham em causa a tranquilidade da sociedade. Vi que o Sr. Secretário está a franzir as sobrancelhas. Claro que a falta de lugares de estacionamento é um problema da área dos Transportes e Obras Públicas. Como os agentes das FSM conhecem muito bem os problemas referentes ao trânsito, sugiro que o Sr. Secretário tome a iniciativa de reflectir a situação real ao Secretário para os Transportes e Obras Públicas Lau Si Io.

Na realidade, há muitas queixas contra os agentes do Departamento de Trânsito, no entanto, sem a colaboração de órgãos governamentais de outras áreas, o referido problema não pode ser resolvido. No próximo ano vão ser realizadas obras de esgoto na Avenida Horta e Costa e nas proximidades do Mercado Vermelho, onde costuma haver muito movimento e são escassos os parques de estacionamento. Perante o agravamento da situação, julgo que o Sr. Secretário tem a necessidade de conversar com o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, com vista a trocar opiniões sobre as possibilidades de conciliar as contradições entre os polícia e os cidadãos.

Em seguida queria mencionar as pressões a que estão sujeitos os agentes, e que têm a ver com as contradições entre os mesmos e os cidadãos. Os polícia que trabalham na linha da frente são muitas vezes alvos de queixas apresentadas pelos residentes, as quais levam à criação do processo, e nas situações piores, o respectivo agente é castigado. Acho óptimo o regime de premiar os bons

comportamentos e castigar os comportamentos pouco adequados. Contudo, também é importante a manutenção da saúde psicológica e o estímulo do ânimo dos polícias. Queria perguntar quais são os apoios fornecidos aos agentes para ajudar a atenuar as suas pressões psicológicas? Penso que os superiores precisam de prestar mais atenção aos seus inferiores, procurando compreender as suas dificuldades e dando-lhes encorajamentos. Às vezes também é necessário aconselhamento psicológico. A situação seria mais complicada se a pressão viesse exactamente do seu chefe. Que eu saiba, é insuficiente a atenção dada aos polícias que precisam de receber tratamentos psíquicos. Actualmente, o que se costuma fazer é os polícias que acham que têm problemas psicológicos irem ter com os agentes de aconselhamento psicológico. Acho que os dirigentes das várias camadas das FSM devem tomar acções mais activas, informando os agentes de aconselhamento psicológico da existência de polícias com problemas psicológicos, para que estes lhes dêem a respectiva atenção. Penso que muitos polícias com problemas pessoais, familiares ou económicos não costumam confessá-los aos agentes de aconselhamento psicológico. Sendo assim, a falta de tratamento leva muitas vezes ao agravamento dos problemas psicológicos.

Na página n.º 148 das LAG, na área da Segurança, há referência sobre a prestação de serviços de aconselhamento psicológico aos agentes das FSM e aos seus familiares. Possuindo as FSM oito mil e tal funcionários, quantos agentes de aconselhamento psicológico existem para a prestação dos respectivos serviços? É suficiente a quantidade destes agentes? Quais foram os efeitos conseguidos após a iniciação dos referidos serviços? Nas LAG também se menciona a criação da página electrónica denominada de “Estação de Reabastecimento Espiritual”, em que os agentes com problemas psicológicos podem partilhar com os colegas os seus problemas e sentimentos, assim como as reacções com o tratamento psíquico. Queria também saber se esta estratégia está a produzir efeito positivo. Na página n.º 145 das LAG, o Sr. Secretário falou da criação das novas carreiras para os agentes militarizados e civis, assim como do novo regime de avaliação. A propósito disso, queria prestar atenção à discrepância existente entre os agentes recrutados pelas próprias FSM e os agentes civis recrutados pelo regime central coordenado pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública. Tomando como exemplo o Serviço de Migração, onde trabalham os dois tipos de agentes, os quais estão sujeitos a normas diferentes que visam a regulamentação das actividades dos funcionários públicos, tendo também competências diferentes na execução da Lei. Queria saber se há cursos específicos, destinados à formação dos agentes civis, recrutados pelo regime central e alheios dos trabalhos das FSM. Sei que no futuro vai haver uma generalização do regime de recrutamento central. Queria ouvir a explicação do Sr. Secretário sobre as medidas que vão ser tomadas para fazer frente à nova situação, nomeadamente para incentivar a cooperação de dois tipos de agentes.

O Serviço de Migração de Hong Kong é responsável pela emissão de documentos de identidade, de permanência e de viagens. Acho muito boa esta experiência, a qual pode servir como exemplo para a RAEM, no sentido de poupança de recursos, aumento de eficiência dos órgãos governamentais e de facilitar a vida dos residentes locais e viajantes. Talvez o Sr. Secretário possa ponderar a possibilidade da adopção desta medida.

O outro assunto a que queria prestar atenção é o agravamento da criminalidade ligada à venda e ao consumo de drogas. Na apresentação de ontem, o Sr. Secretário falou da redução em 8,7% do

número total de crimes ocorridos no período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente relativamente ao período homólogo do ano passado, assim como da redução em 15,3% dos crimes que envolvem utilização da violência. Ao invés, segundo os dados fornecidos pelo Arquivo Central de Toxicodependentes, na primeira metade do ano passado, foram registados 417 toxicodependentes, ao passo que na segunda metade do mesmo ano, o número desceu até 383. Na primeira metade do ano corrente, o número de toxicodependentes ascendeu outra vez, tendo-se registado 454 toxicodependentes, o que corresponde a um aumento de 10% em relação ao período homólogo do ano passado.

Ouvimos falar muito dos esforços prestados pelos Serviços de Alfândega, pela polícia judiciária, e pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública para combater crimes ligados a drogas. No entanto, tal como referi, a situação do consumo de drogas continua a ser grave. Queria perguntar se as FSM dispõem de agentes suficientes para fazer frente a esta situação. Sei que o piso inferior junto ao Lago Sai Van se transformou num ponto problemático onde, à noite, se reúnem jovens que consomem drogas. Não sei se os polícias vão fazer mais patrulhas, sobretudo aos pontos críticos onde costumam ocorrer os crimes em referência.

Na página n.º 136 das LAG, regista-se a política de atribuição de maior atenção aos jovens, protegendo-os das acções ilícitas dos malfetores. Que eu saiba, é muito grave a situação da utilização de violência no *campus* das escolas. Chamo a atenção para a tendência da invasão das seitas contra as escolas, assim como para o fenómeno de os estudantes serem obrigados a aderir às seitas. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as medidas tomadas para travar o crescimento dos referidos crimes. Sei que na legislação da RAEM não há leis que permitam as actividades de agentes secretos, isto é, polícias disfarçados de delinquentes, infiltrados nas seitas. Senão, talvez seja necessário mandar polícias destes estudar nas escolas, com vista a detectar as actividades das seitas. Mesmo que se consiga identificar os membros das seitas que accionam nas escolas, por causa da existência das zonas cinzentas na legislação, não é fácil puni-los. Não sei se a polícia tem realizado acções de divulgação das respectivas mensagens, de modo a aconselhar os estudantes, informando-os do que devem fazer quando forem perturbados na escola pelos membros das seitas. O que acontece é que estes casos só são revelados e tratados pelos polícias quando os estudantes colocam na rede as respectivas imagens e contam o que ocorreu. Espero que o Sr. Secretário possa arranjar soluções para a prevenção dos mesmos problemas.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Queria abordar várias questões, algumas das quais já foram mencionadas ontem por alguns colegas. Em primeiro lugar queria prestar atenção ao problema da delinquência juvenil, sobre o qual foram apresentadas, ontem, diversas perguntas. Em resposta a essas perguntas, o Sr. Secretário disse que já foram mandados mais agentes patrulhar nos estabelecimentos onde costumam ocorrer crimes, de modo a prevenir a ocorrência da referida modalidade da criminalidade. O primeiro-ministro *Wen Jiabao* disse muito bem: o modelo económico de Macau e a existência de determinados

sectores favorecem a geração de crimes. Sendo assim, a Polícia da RAEM tem grande responsabilidade de executar a Lei com força e rigor, para além de que tem que se aperfeiçoar o sistema jurídico do Território.

A meu ver, para além de patrulhas, as FSM ainda podem cooperar com os operadores dos estabelecimentos de diversões que sejam cidadãos que respeitam a Lei, de modo a criar um mecanismo de comunicação, prevenindo e combatendo a delinquência juvenil. Queria saber se a Polícia tem tomado medidas para desenvolver estas colaborações.

Também queria prestar atenção à execução da Lei n.º 2/2007, intitulada “Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores”, a qual já entrou em vigor há vários anos. De entre as medidas tutelares educativas nela previstas, a advertência policial é a medida menos pesada. Queria perguntar ao Governo se já avaliou o efeito conseguido pela implementação desta medida, quais são as dificuldades encontradas pelos agentes de linha da frente na realização dos respectivos trabalhos, se é necessário fazer aperfeiçoamentos da Lei mencionada, e se foram tomadas medidas para a formação do pessoal responsável pela concretização da advertência policial, de forma a otimizar a qualidade dos seus trabalhos.

Queria chamar a atenção para a necessidade de consciencialização da importância da Protecção de dados pessoais. Segundo as notícias publicadas nos jornais, e de acordo com o que observei na rede, muitos cidadãos, sobretudo os jovens, não têm muito cuidado na protecção dos dados privados, carregando as suas fotografias e as fotografias dos amigos na página electrónica, sem terem pedido antes o respectivo consentimento. Visto que na rede social divulgam-se muitas informações, queria perguntar ao Sr. Secretário se o Governo tem tomado medida para a prevenção da criminalidade informática. Queria sugerir igualmente que se aproveitem as referidas informações para tornar os trabalhos de prevenção e de combate à criminalidade mais eficientes, para além de divulgar as respectivas mensagens através da rede. Queria pedir ao Sr. Secretário que explicasse quais são as acções realizadas pela Polícia para melhor aproveitar o espaço da rede.

Outro aspecto também de grande importância é a cooperação entre a Polícia e as escolas locais. Concordo com a opinião do Sr. Secretário sobre os meios utilizados para a prevenção e combate à delinquência juvenil, aderindo-se nomeadamente à sua ideia de primazia da educação. De facto, para prevenir o descaminho dos jovens, é fundamental criar neles concepção de vida e juízos de valores correctos, assim como prestar-lhes atenção, ajudando-os a resolver os problemas com que se deparam no processo de crescimento. Talvez alguns trabalhos possam ser realizados pelos órgãos governamentais da área dos Assuntos Sociais e Cultura. Acho que é absolutamente positiva a criação, sugerida pelo Sr. Secretário, do mecanismo de comunicação com os agentes sociais que trabalham nas escolas, de modo a prevenir a ocorrência de crimes cometidos pelos jovens. As experiências passadas demonstram que os agentes sociais nas escolas conseguem normalmente grande confiança dos estudantes, os quais costumam contar aos referidos profissionais problemas existentes na escola e na família, tendo revelado, assim, muitos assuntos problemáticos que precisam de ser tratados nomeadamente pela Polícia. É indubitavelmente útil a função específica dos auxiliares sociais nas escolas, os quais têm ajudado a polícia a tomar acções para a prevenção e combate à delinquência juvenil. Queria, porém, chamar a atenção para a

necessidade de manutenção do estatuto independente dos agentes sociais mencionados, os quais, pertencendo às associações privadas, guardam muito bem o segredo dos estudantes, razão pela qual, conseguem grande confiança dos alvos do serviço. Sendo assim, a cooperação da Polícia com os agentes sociais só pode ser desencadeada com respeito pelos princípios de independência e confidencialidade, os quais orientam os trabalhos dos mencionados profissionais, bem como garantem a eficácia dos serviços prestados. Queria perguntar se o Sr. Secretário já ponderou este aspecto, e já encontrou solução para conciliar as duas necessidades (isto é, a independência e confidencialidade dos trabalhos dos agentes sociais, por um lado e por outro, a sua colaboração com a polícia) que em princípio são contraditórias.

A propósito dos trabalhos desenvolvidos para a prevenção e combate à criminalidade no *campus* das escolas, ainda queria chamar a atenção para o facto de os estudantes, inclusivamente os desviados, as vítimas, e as testemunhas, serem objectos de protecção pela polícia. Queria perguntar ao Sr. Secretário se tem definido políticas que visem o encorajamento de cooperação dos estudantes com a polícia no sentido da prevenção da criminalidade, e se existe um mecanismo eficiente de protecção dos estudantes, de modo que quando os mesmos colaboram com a polícia, cumprindo a sua obrigação de cidadão, não precisem de estar preocupados com as consequências negativas. Para além disso, aponto para a necessidade de aprender com a lição da RAEHK, não revelando o nome das escolas que cooperam com a polícia no combate dos crimes nelas ocorridos. Caso contrário, as escolas podem ficar embaraçadas perante o público por causa da divulgação das mensagens sobre a existência, no seu *campus*, de elementos ilícitos que praticam actos criminosos. Queria perguntar também ao Sr. Secretário se existe mecanismo que possa prevenir a ocorrência da situação desagradável como a que acabei de referir.

A questão que vou abordar em seguida tem a ver precisamente com a reinserção social dos criminosos. Ultimamente têm havido muitas notícias sobre o protesto manifestado pelos habitantes da zona da areia preta contra a nova medida de fornecimento do serviço de Metadona no Centro de Saúde da Areia Preta. Acho compreensível a preocupação dos habitantes com a influência negativa que a nova medida pode exercer sobre a segurança pública da zona e sobre o crescimento saudável das crianças. É natural que os residentes não queiram a frequência do centro de saúde localizado na zona que habitam pelos consumidores de drogas. No entanto, o Centro de Saúde da Areia Preta não é o único lugar onde se fornece serviço de Metadona. De facto, o mesmo serviço também é prestado nas instalações situadas na zona central, à volta das quais há hospital, edifícios residenciais, escolas, cinema, parque, centros comerciais e serviços governamentais. Sugiro que as FSM publiquem dados em matéria de crimes ocorridos nas proximidades das instalações que prestam o respectivo serviço, inclusivamente crimes cometidos pelos consumidores de drogas, assim como o número de reclamações sobre problemas de segurança pública, apresentadas pelos habitantes que moram perto, de modo a aliviar a preocupação dos residentes da zona da areia preta. A mencionada atitude de rejeição pode reflectir, de certo modo, a não aceitação da reintegração dos criminosos pela população local. Sugiro ao Estabelecimento Prisional de Macau que faça a divulgação de mensagens sobre as actividades desenvolvidas pelos prisioneiros, que visam a aquisição de novas habilidades, bem como os respectivos sucessos obtidos, de modo a incutir o sentimento de simpatia aos cidadãos, os quais passarão a aceitar a reinserção na sociedade dos indivíduos que cometeram crimes.

Com vista a facilitar a passagem das fronteiras pelos estudantes com idade inferior a doze anos, foi criada uma passagem específica, uma vez que à hora de ponta são numerosos os passageiros que passam as fronteiras. No entanto, parece-me que os estudantes mais crescidos começam as aulas mais cedo do que os mais novos. Sendo assim, queria perguntar qual é o critério em que se baseia a adopção da referida medida. Com a implementação da educação gratuita durante quinze anos, os jovens com dezoito ou dezanove anos normalmente estão a estudar nas escolas secundárias, tendo os estudantes universitários de vinte a vinte e quatro anos. Queria chamar a atenção para a necessidade de prestar atenção também a estudantes destas faixas etárias na adopção de medidas para facilitar a utilização do respectivo serviço.

No ano passado, ao responder às perguntas apresentadas pelos deputados, o Sr. Secretário disse que no caso das FSM, havia necessidade de recrutar mais 10% de agentes, e que para compensar a falta dos recursos humanos, se ia fazer a electrónicação na prestação dos serviços, sobretudo serviços de verificação dos dados de identidade dos passageiros que querem passar as fronteiras. Na Linha de Acção Governativa do ano corrente, também há referências sobre a instalação de mais auto-passagens nos postos fronteiriços das Portas do Cerco e de Flor de Lótus (na Ponte Flor de Lótus, no Cotai), e nos Terminais do Porto Exterior e na Taipa, assim como sobre a instalação dos mesmos equipamentos electrónicos no Aeroporto Internacional no próximo ano. Depois da concretização dos respectivos projectos elaborados para o ano de 2011, será atingido o objectivo de substituição da mão-de-obra pelos equipamentos electrónicos, definido pelo Sr. Secretário? Também queria saber se há uma relação fixa definida entre o exame dos dados de identidade pelos equipamentos electrónicos e pelos agentes do Serviço de Migração.

A cidade de Macau desenvolve-se rapidamente, tendo-se construído cada vez mais edifícios, cuja altura tende a aumentar progressivamente, o que exige a introdução das modificações no Regulamento de Segurança contra Incêndios. Sendo arquitecto, sei que o projecto de construção de um edifício em termo de prevenção de incêndios precisa de obter a autorização tanto da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, como do Corpo de Bombeiros. Existem, desde sempre, dificuldades em conciliar as opiniões das referidas entidades públicas, dificuldades essas que, devem ter levado ao atraso da conclusão dos trabalhos de revisão e modificação do mencionado Regulamento. A propósito disso, queríamos que o Sr. Secretário e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas possam ser mais realistas, concentrando a atenção em resolver primeiro os problemas que têm a ver com o desenho da estrutura de edifícios, tais como o tamanho da divisão para o isolamento do fogo e a distância do corredor para a saída das pessoas do edifício no caso de incêndio, de modo que os arquitectos, que já esperam muito tempo para a promulgação do novo Regulamento, possam avançar com os seus trabalhos segundo novas regras.

Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Caros colegas

Antes de expressar as minhas opiniões sobre as Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, queria fazer alguns acompanhamentos sobre a intervenção feita ontem por dois colegas, sobre a distribuição, nas proximidades dos casinos, das fotografias de raparigas sensuais vestidas com pouca roupa, e dos folhetos de publicidade sobre os serviços de massagem. Sendo professor durante muitos anos, também estou preocupado com a influência nociva exercida pelos referidos folhetos e fotografias sobre os jovens de Macau, preocupação essa que manifestaram os colegas que se pronunciaram ontem. Tenho aqui vários exemplares destas fotografias e folhetos, que os cidadãos me entregaram para eu mencionar a situação ao Sr. Secretário, pedindo-lhe para tomar acções contra as referidas actividades, de modo a salvaguardar a imagem de Macau. Em resposta às respectivas perguntas, o Sr. Secretário prometeu mandar agentes combater as mesmas actividades. Queria aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para algumas publicidades que podemos encontrar em jornais locais, as quais, sob disfarce de promoção das actividades de diversões e de lazer como objectivo definido pelo Governo Central, vendem os mesmos produtos que as fotografias e folhetos, utilizando meios mais sofisticados. A diferença entre os dois casos reside no facto de que os clientes potenciais das fotografias e dos folhetos são homens solteiros, ao passo que as publicidades nos jornais querem atrair a atenção de leitores de diferentes faixas etárias. Não sei quais são as estratégias que o Sr. Secretário vai adoptar para reprimir as actividades pornográficas. Será que vai mandar, por exemplo, agentes fazer fiscalização aos respectivos estabelecimentos de diversões e de lazer? Agora peço aos funcionários da Assembleia Legislativa para entregarem ao Sr. Secretário jornais com as referidas publicidades (tapei o nome dos jornais) e as referidas fotografias e folhetos, para os devidos acompanhamentos. Obrigado.

Há pouco, um colega criticou a redacção do ano corrente, das Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, apontando para a diferença entre o texto da área da Segurança e os das outras áreas, sugerindo inclusivamente a mudança do redactor no próximo ano. Talvez seja verdade o que disse, no entanto, acho que o redactor pode estar inocente. Diferentes dos dirigentes de outras áreas, os dirigentes da área da Segurança pegam mais nas armas de fogo do que nas canetas. Sendo assim, quando o redactor colocou no papel as ideias narradas pelos dirigentes, obteve um texto parecido com um auto. Tendo conseguido resumir as ideias em dez pontos essenciais dos trabalhos que se pretendem realizar no ano de 2011 (trabalho esse que não deve ser nada fácil), o redactor já cumpriu as suas funções. Na minha opinião, o presente texto pode reflectir as características das FSM, por isso, penso que não há necessidade de mudar o redactor no próximo ano. Aliás, precisamos de ser justos para com o redactor.

A propósito da justiça, queria transmitir aqui algumas opiniões dos agentes que se esforçam por conseguir a promoção. O Sr. Secretário falou ontem do curso organizado pela Escola Superior que permite a ascensão ao cargo de sub-comissário. Que eu saiba, para além deste curso bastante exigente que dura quatro anos, há ainda outro curso que dura quatro meses, e que permite a ascensão de guarda da 2.^a classe a guarda da 1.^a classe (normalmente é preciso prestar vinte anos de serviço para chegar a esta categoria), aos agentes que tenham prestado determinado número de anos de serviço e que tenham conseguido determinadas notas na classificação. Acho muito boa a existência deste curso, o qual pode encorajar os agentes a prestar mais esforço no trabalho. No entanto, estes dois cursos têm um defeito que é o seguinte: os alunos não têm oportunidades de fazer exames suplementares ou voltar a fazer a(s) disciplina(s) em

que obtêm nota negativa, enquanto que basta ter uma negativa, não concluirão o curso que frequentam. Sr. Secretário, os agentes que procuram ser promovidos de guarda da 2.ª classe a guarda da 1.ª classe, já saíram da escola há muitos anos. O Sr. Secretário não acha que se deve ter em consideração esta característica dos respectivos agentes, estabelecendo regras mais razoáveis, menos rígidas do que as do curso que dá para o desempenho do cargo de sub-comissário? Aqui queria pedir ao Sr. Secretário que ponderasse a possibilidade da modificação das regras do referido curso, de modo a aliviar as pressões a que estão sujeitos os seus alunos.

Em relação às Linhas de Acção Governativa, tenho as seguintes opiniões. São bastante abrangentes as quinze medidas desenhadas para o melhoramento do trânsito e para a optimização da sua regulamentação. Fazem falta, no entanto, medidas para a implementação do artigo n.º 16 da Lei do Trânsito Rodoviário, que proíbe a utilização do telefone portátil aquando da condução, sendo os transgressores multados em seiscentas patacas. Na primeira consulta pública da referida Lei, muitos cidadãos apoiaram a definição do artigo n.º 16, achando que era muito perigoso falar ao telefone portátil enquanto se conduz. Segundo os dados publicados pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública sobre o número de casos de transgressão do mencionado artigo da Lei do Trânsito Rodoviário, de Janeiro a Agosto do ano corrente, 302 condutores de automóveis e 125 condutores de motas foram multados, o que representa uma redução bastante acentuada em comparação com o período homólogo do ano passado, em que 399 condutores de automóveis e 156 condutores de motas transgrediram a referida regra. Observando estes dados, admite-se que os condutores estão a ter uma atitude mais respeitosa pelo artigo n.º 16 da Lei do Trânsito Rodoviário, conclusão essa que, porém, não corresponde àquilo que verificamos nas estradas. Com efeito, actualmente, o problema de os condutores utilizarem telefone portátil é ainda mais grave do que na altura em que a Lei do Trânsito Rodoviário foi promulgada. Não sei se os agentes de trânsito são suficientes e se os equipamentos são suficientemente modernos para poder detectar os casos da transgressão. Se os transgressores não costumam ser acusados, é natural que a respectiva norma não possa produzir o efeito dissuasivo. Queria perguntar se o Governo vai melhorar os equipamentos ou tomar outras medidas eficientes, de modo a reforçar os trabalhos de acusação dos transgressores do referido artigo, criando nos condutores o hábito de utilizar a função de mãos-livres quando falam ao telefone conduzindo.

Queria também apontar para o abuso verificado na execução da Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau. O Sr. Secretário chama a atenção, nas Linhas de Acção Governativa, para a necessidade de prevenção da ocorrência de problemas e perigos. Apoio esta ideia e a execução da Lei pelo Governo da RAEM com eficiência. No entanto, é indispensável também a precisão na recolha de informações e na análise da situação, de modo a executar a Lei com razão e adequação. Nas visitas das personalidades importantes a Macau, os agentes das FSM, sobretudo os dirigentes das camadas superiores, precisam de manter a calma, evitando o pânico que perturba a execução correcta da Lei de Bases da Segurança Interna, assim como a suspeita não fundamentada de indivíduos inocentes. Enquanto as regras de migração da RAEM estão a par dos sistemas estabelecidos noutros países e regiões do mundo, a aplicação destas regras também deve ter a qualidade internacional. Em relação a este aspecto, não vou mencionar aqui casos concretos, nem comentários publicados nos jornais, nem um incidente não conhecido pelo público, porque a vítima não queria revelar a verdade, que podia fazer com que o

Governo da RAEM, inclusivamente o Sr. Secretário, perdesse a face. Se o Sr. Secretário não tiver conhecimento deste incidente, vou contar-lho depois da reunião com certa desilusão. Contudo, se o Sr. Secretário tivesse conhecimento do assunto, mas não tivesse explicado aos seus inferiores as falhas que tiveram, o meu desapontamento seria ainda maior.

A estrutura da Secretaria para a Segurança é igualmente um assunto que merece a nossa atenção. Antes da transferência da soberania de Macau, foi criada a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, a qual o Sr. Secretário conhece muito bem. Depois do retorno de Macau à Pátria, foram também criados, segundo indica a Lei Básica, os Serviços de Alfândega, o Estabelecimento Prisional, e os Serviços de Polícia Unitários que coordena as actividades da Polícia Judiciária e do Corpo de Polícia de Segurança Pública. Se o abastecimento de todos os equipamentos e materiais necessários para os numerosos órgãos das FSM é da responsabilidade da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, talvez não seja fácil, para a DSFS, cumprir a respectiva função de um modo satisfatório, uma vez que os órgãos das FSM têm necessidades diferenciadas, parte das quais são urgentes. Queria pedir ao Sr. Secretário para avaliar a qualidade dos serviços logísticos, realizados pela DSFS, ponderando a necessidade de deixar os órgãos das FSM partilhar parte destes trabalhos, de modo a conseguir uma maior eficiência.

Antes de terminar a minha intervenção, ainda queria abordar mais dois assuntos, uma vez que não vamos ter outra oportunidade de nos pronunciarmos. Em primeiro lugar, queria exprimir a opinião de que o Governo precisa de reforçar a capacidade dos funcionários encarregados de gerir as relações públicas, questão essa que foi analisada ontem por uma colega. Tomando como exemplo o incidente em que um polícia passeou conduzindo um automóvel das FSM e teve acidente, como o assunto não foi esclarecido atempada e adequadamente pelo porta-voz das FSM, aumentou-se o impacto do incidente. O outro exemplo tem a ver com a morte de um prisioneiro no Estabelecimento Prisional de Macau. Quando os jornalistas pediram informações sobre o assunto, o responsável do referido órgão governamental disse que se tratava de pormenores que não se podiam revelar (depois de chegar a casa, vi a notícia sobre o incidente na televisão de Hong Kong, tendo lido, mais tarde, as respectivas notícias nos jornais de Macau). Acho que temos que aumentar a transparência na administração pública. De facto, não parece inteligente a adopção de uma atitude de querer esconder algo. O Governo precisa de criar um mecanismo de porta-voz que forneça ao público informações que se possam revelar. Por outro lado, é igualmente fundamental o melhoramento das capacidades e das técnicas de relações públicas dos respectivos funcionários, de modo que os mesmos possam cumprir as suas funções com qualidade profissional.

Em segundo lugar queria prestar atenção à saúde dos agentes, a qual é tão importante para o sucesso na execução das tarefas como o entusiasmo pelo trabalho. Antigamente havia um campo de futebol próprio para os agentes, o qual já deixou de existir. Segundo revelam as respectivas informações, o Serviço de Migração tem um campo desportivo, o qual, porém, é próximo da Central de Incineração, que parece não satisfaz os requisitos definidos pela União Europeia. Assim, o ar inspirado pelos polícias que praticam desporto no referido campo é de qualidade duvidosa. Queria perguntar ao Sr. Secretário se é possível fornecer aos seus inferiores um campo com condições onde possam praticar desporto. O outro assunto muito importante a que devemos prestar atenção é a saúde dos dirigentes das FSM, os quais não podem ser de má qualidade, de fraca

capacidade, de pouca eficiência, mas de alto custo. Para os casos graves é preciso tomar acções necessárias, mesmo que sejam colegas durante muitos anos, uma vez que só assim é que as FSM se podem desenvolver normalmente e os polícias não pensam sempre na reforma. Se todos os chefes puderem ser bons exemplos, que são imitados pelos seus subordinados, temos uma equipa policial de alta qualidade, de forte capacidade, de grande eficiência, e que corresponda à expectativa dos cidadãos.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Antes de exprimir as minhas opiniões em relação às Linhas de Acção Governativa, queria pedir ao Sr. Secretário para não aprender com o Director do Gabinete de Comunicação Social, Chan Chi Ping, o qual, em resposta às perguntas dos jornalistas sobre as onze milhões de patacas gastas na organização da «Exposição Comemorativa do 10.º Aniversário do Estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau em Macau», disse que deixava a população fazer a avaliação do respectivo trabalho. Queria saber se os recursos públicos gastos podem ser recuperados caso os cidadãos não estejam satisfeitos com a qualidade da respectiva exposição. Em seguida vou expor os meus pontos de vista sobre as LAG, na área da Segurança.

A primeira questão é sobre o tamanho do quadro das Forças de Segurança. Até ao mês passado, o número total dos agentes das FSM é de 8548, número esse que corresponde a um aumento de 5% em comparação com o período homólogo do ano passado. Tendo o Território quinhentos e cinquenta mil habitantes, em cada cem mil residentes há 1554 agentes. Na Bulgária, país europeu com a maior taxa de polícias per capita, em cada cem mil residentes há 828 agentes. Em Hong Kong, cuja dimensão é trinta e seis vezes a de Macau, recebendo todos os anos dezenas de milhões de visitantes em média, em cada cem mil residentes há 700 agentes. É de sessenta mil pessoas o número total de funcionários públicos de Singapura, onde há também casinos e residem cinco milhões de pessoas. Mesmo que estas sessenta mil pessoas fossem todos polícias, é mais baixa do que a de Macau a proporção entre o número total de habitantes e os agentes da área da Segurança.

Tal como indiquei, em Macau regista-se a maior taxa no mundo, na relação entre o número da população e o do pessoal das forças de segurança, tendo sido recrutados quase anualmente novos agentes, durante onze anos após a transferência da soberania de Macau. Mesmo assim, na rua não se vêem muitos polícias, nomeadamente nos pontos turísticos tais como na zona das Ruínas de S. Paulo e na Avenida de Almeida Ribeiro. Os cidadãos dizem que nos últimos anos tem sido registado um aumento de ladrões, alguns dos quais podem ser reconhecidos facilmente pelos empregados e patrões das lojas. Mas os polícias não têm conhecimento desta situação. E para evitar complicações, normalmente as lojas não participam a denúncia. Acho que há problemas na definição da estrutura do quadro e no aproveitamento dos recursos humanos. O que aconteceu é que antes do recrutamento de novos agentes, foram promovidos oficiais para o preenchimento do quadro. Com a existência de um grupo de polícias quase na idade de reforma, os quais deixaram de trabalhar na linha da frente, agrava-se a situação de muitos agentes

para poucos trabalhos.

Apelo para uma utilização mais científica dos recursos humanos. Visto que o custo de formar um polícia é muito mais alto do que formar um trabalhador sem habilitações próprias, cujo índice é de 100 pontos, não se deve mandar um polícia (cujo índice é de 260 pontos, no mínimo) fazer trabalhos de um trabalhador sem habilitações próprias, nomeadamente nos grandes eventos, tais como o Grande Prémio.

Uma das razões que levaram ao alargamento constante do quadro das FSM é a permanência dos oficiais da camada média no escritório, os quais não querem levar os inferiores para a linha da frente. Sendo assim, há cada vez mais agentes que ficam no escritório. Quando há falta de pessoal para trabalhar na base, alarga-se o quadro e recrutam-se novos agentes. A outra falha é o facto de o agente responsável pela compra dos equipamentos da linha da frente nunca ter trabalhado na base, portanto, não é pessoa ideal para a realização da respectiva tarefa.

É fácil justificar o aumento do quadro: as razões normalmente apresentadas, não só na Assembleia Legislativa, mas também noutras ocasiões, são o facto de Macau ser uma cidade com abundância de casinos, e a vinda anual de dezenas de milhões de turistas ao Território. Todavia, estas razões só podem servir para enganar as crianças. Sugiro que as autoridades observem a experiência de outros países e regiões no mundo que também tenham casinos e muitos turistas.

Actualmente, nalgumas províncias do Interior da China, os postos policiais passam a ser dirigidos directamente pelas repartições de segurança pública, tendo sido eliminados os ramos intermediários e poupados bastantes recursos públicos, experiência essa que penso que devemos aprender. Com efeito, no caso das FSM, há necessidade de promoção de uma organização focada na gestão vertical e de simplificação da estrutura do quadro. Neste momento é preciso recrutar mais 614 agentes para o Estabelecimento Prisional, sendo exagerada a relação entre o número de guardas e o de prisioneiros.

A mesma necessidade é registada igualmente no Corpo de Bombeiros, que possui já mil e cento e tal agentes, assim como no Serviço de Migração. Se não prestarmos atenção a este problema e deixarmos-lo crescer incontrolavelmente, no futuro vai constituir um peso insuportável para a RAEM. Queria perguntar ao Sr. Secretário se acha que a formação do quadro das FSM e o mecanismo desenhado para o aproveitamento dos recursos humanos correspondem às normas científicas. Na sua opinião, quais são os problemas existentes e como se podem resolver estes problemas.

O alargamento do quadro das FSM ainda traz grandes despesas, as quais crescem todos os anos. As despesas previstas para o próximo ano são mais de quatro biliões e cem milhões de patacas, as quais representam um aumento de 10% em relação ao ano corrente. Só as despesas para a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança quase atingem dois biliões e quatrocentos milhões de patacas. As despesas para o vencimento do pessoal do quadro são mais de dois biliões e cem milhões de patacas. Um bilião e trezentos milhões de patacas são para as despesas fixas, sendo duzentos e quarenta milhões de patacas para os subsídios de férias e de Natal. As despesas para o vencimento do pessoal além do quadro são quase noventa milhões de patacas. Para além disso, ainda há duzentos e setenta e seis milhões de patacas para a aquisição de bens e cento e

vinte milhões de patacas para o vencimento de trabalhadores eventuais. É compreensível o aumento das despesas para o pagamento do vencimento do pessoal, decorrente do ajustamento dos subsídios e das carreiras, problema esse que só pode ser resolvido através da reforma da estrutura das FSM. A aquisição dos bens é outra questão que requer melhoramento. O que se tem verificado é a compra de equipamentos ultrapassados, feita pelos funcionários que talvez nem saibam utilizá-los. Como por exemplo, há vários anos foram adquiridas espingardas semi-automáticas de modelo antigo que apenas podem disparar um único tiro de cada vez que o gatilho é premido, as quais foram enviadas para a escola para a utilidade de ensino; há ainda os walkie-talkies que muitas vezes não permitem a comunicação; as novas auto-passagens instaladas nos postos fronteiriços eram ultrapassadas (depois fez-se a troca de produtos, mas não sei se isto implicou algum prejuízo monetário); em vez de motos chopper, as motos utilizadas pelos polícias de trânsito são motos de corrida, que não são adequadas para o cumprimento das respectivas funções, pois os agentes que trabalham durante muitas horas conduzindo estas motos ficam muito cansados. Estas são consequências de que são os funcionários desconhecedores das necessidades reais que fazem as compras dos equipamentos. Para além disso, há também problemas na distribuição dos trabalhos, sendo os agentes treinados para trabalhar na linha da frente mandados fazer coisas sem importância no escritório, causando, desta maneira, desperdícios dos recursos humanos e públicos, podendo ainda conduzir a decisões incorrectas. Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento desta situação e quais são as medidas que vai tomar para a solução dos problemas existentes. O Sr. Secretário também vai pedir aos cidadãos para fazer a avaliação e comentário?

É preciso também prestar atenção às despesas diversas e verificar se há decisões que causem desperdícios. Para a detenção dos indivíduos de permanência ilegal, no Comissariado Policial n.º 2, foram criadas celas com trinta e duas vagas. As refeições dos detidos, a maioria dos quais são provenientes dos países do Sul da Ásia, são preparadas por um hotel que fica perto. Custando cada refeição quarenta patacas, as despesas de alimentação para cada indivíduo detido são cento e vinte patacas por dia. Estes indivíduos de permanência ilegal costumam ficar detidos durante vários meses, gozando ar condicionado e gastando muito dinheiro na alimentação. Não sei se esta situação pode ser considerada um tipo de desperdício porque sei que os residentes continentais que permanecem ilegalmente em Macau são detidos no Comissariado Policial n.º 3, tomando refeições preparadas pela cantina. O Sr. Secretário podia explicar por que é que há esta diferença no tratamento de indivíduos de permanência ilegal?

Em seguida vou abordar a questão do recrutamento e da promoção dos agentes das FSM. Fala-se do recrutamento central dos funcionários públicos desde há seis anos. Queria saber quando é que o mesmo sistema é utilizado para o recrutamento dos agentes das FSM, os quais ocupam uma percentagem de 40% em relação à totalidade dos funcionários públicos da RAEM. É fundamental simplificar a estrutura orgânica das FSM, evitando o aumento excessivo do número do pessoal. É importante também o melhoramento do regime da promoção, o qual é sempre criticado pela população de Macau. Com efeito, um regime que presta grande importância ao número de anos de serviço, a atribuição da pouca importância aos agentes talentosos e a gestão do pessoal de um modo pouco científico, são causas para o baixo ânimo dos agentes das FSM durante longo espaço de tempo.

Segundo o regime actual, não é importante o comportamento dos agentes na linha da frente. Quem é promovido são normalmente os agentes com muitos anos de serviço e que frequentaram o curso da Escola Superior das FSM, ao passo que os agentes que trabalham sempre na linha da frente e que são promovidos ao cargo de comissário ou sub-comissário, assim como o pessoal da base que obtiveram “louvores”, quase nunca têm oportunidades de promoção a cargos superiores. Sendo assim, há muitas insatisfações e baixo ânimo. Queria perguntar ao Sr. Secretário se este regime precisa de ser modificado.

Ainda existe o problema do mecanismo de nomeação, em que os oficiais podem passar, de repente, a ocupar cargos muito superiores. Devido à falta de transparência deste mecanismo, normalmente as decisões não conseguem a aceitação dos cidadãos. Queria perguntar ao Sr. Secretário qual é o seu comentário sobre o referido mecanismo.

A integridade da Polícia de Macau é outra questão que merece a nossa atenção. É de saber que nos últimos cinco anos tem descido constantemente o índice atribuído pela Transparência Internacional a Macau. Recebi reclamações feitas pelos estrangeiros, os quais, para poderem visitar, fora do horário determinado, um prisioneiro detido no Estabelecimento Prisional de Macau, precisavam de pagar cinco mil patacas. Se estas pessoas puderam contar-me a história, também podiam contá-la a outras pessoas, prejudicando, assim, a imagem de Macau. Tendo em conta a questão da segurança física do respectivo prisioneiro, não posso revelar aqui informações muito concretas. Se o Sr. Secretário quiser, posso contar-lhe os pormenores noutra ocasião mais adequada. Mesmo que seja inegável que há melhoramento da situação da corrupção depois da transferência da soberania de Macau, persistem alguns vícios, e merecem a nossa reflexão os resultados da avaliação feita pela Transparência Internacional nos últimos anos.

O último assunto que queria abordar tem a ver com a aplicação de multas aos condutores. Li no jornal a notícia de que no período compreendido entre Janeiro e Outubro do ano corrente, foram atribuídas 286.876 multas aos condutores que transgrediram as regras previstas na Lei do Trânsito Rodoviário (Segundo os dados publicados, de Janeiro a Setembro do ano corrente há em Macau 193.966 veículos motorizados). O que é que estes dados podem revelar? Depois de ler a notícia, senti-me mal e fiquei a pensar durante vários dias. Parece-me que os referidos dados foram publicados com a intenção de ostentar o sucesso conseguido na execução da mencionada Lei, assim como de mostrar os esforços prestados pelos polícias e o melhoramento do trânsito. Na minha opinião, como em Macau há grande falta de parques de estacionamento, se se mandarem todos os polícias para a rua, é possível que se atribuam um milhão de multas durante um ano. Como por exemplo, na margem das estradas fora das escolas existe sempre linha amarela. Assim, são multados carros que levam as crianças para a escola e que vão buscar as crianças à escola. Por causa disso, os cidadãos estão muito insatisfeitos e há muitas reclamações contra os polícias. Mas os agentes também têm as suas dificuldades, uma vez que se os superiores descobrirem que eles não aplicam multas, castigá-los-ão. Às vezes, os agentes que trabalham nos escritórios vão prestar serviços na rua nos dias de folga, e o serviço mais simples é aplicar multas. Sei que quando os agentes utilizam os veículos motorizados das FSM, é preciso ter os quilómetros percorridos registados. Queria aproveitar esta ocasião para perguntar ao Sr. Secretário qual é a sua opinião em relação ao acidente de viação que envolve um agente bêbedo que foi passear com a namorada, guiando o veículo das FSM.

Sr. Secretário, apresentei uma série de perguntas. Espero que o Sr. Secretário possa dar as respectivas respostas, não pedindo simplesmente aos cidadãos para fazerem o comentário.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

O Primeiro assunto a que queria prestar atenção tem a ver com a necessidade do melhoramento dos trabalhos migratórios, os quais são bastante importantes, já que o número de passageiros que passam as fronteiras tem subido constantemente. Segundo os dados publicados, de Janeiro a Setembro do ano corrente, houve oitenta e quatro milhões de pessoas em média que utilizaram os serviços prestados nos postos fronteiriços. Nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, foi previsto o objectivo de prestação, com atitude acolhedora, de serviços eficientes, de modo a que os cidadãos e visitantes entrem e saiam de Macau rápida, conveniente e seguramente. No mesmo documento, ainda se menciona que nos planos de trabalho para o novo ano, o Serviço de Migração define uma série de indicadores de desempenho, actualizando o compromisso de serviço.

Queria aproveitar esta ocasião para pedir a explicação do Sr. Secretário sobre o conteúdo dos indicadores de desempenho, assim como o compromisso de serviço actualizado. Queríamos saber como é que as autoridades vão reforçar a gestão científica dos trabalhos desenvolvidos no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, como vão melhorar as capacidades de tratamento das situações de emergência, e como aperfeiçoarão a qualidade dos serviços prestados, optimizando a técnica de atendimento. Reconheço os esforços realizados pelas FSM para fornecer melhores serviços migratórios no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. No entanto, actualmente nos dias de feriados e férias, os residentes e viajantes ainda precisam de esperar muito tempo para passar as fronteiras. Segundo o relatório de uma investigação realizada pela Associação das Ciências Económicas de Macau no início do ano corrente, muitos turistas que vieram visitar Macau disseram que o tempo necessário para passar as fronteiras é mais do que a expectativa inicial.

Com o estreitamento constante da cooperação entre as diferentes zonas da Região do Delta do Rio das Pérolas, bem como com o desencadeamento das obras de construção de infra-estruturas de grande escala que ligarão as diversas zonas da referida Região, a circulação das mercadorias e passageiros vai-se intensificar certamente, nomeadamente por causa da fusão de Macau com as cidades e vilas vizinhas e da maior facilidade conseguida em termos dos meios de transporte proporcionados. Com vista a fornecer serviços migratórios mais eficientes no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, sugiro o prolongamento do tempo de abertura do Posto Fronteiriço Flor de Lótus (na Ponte Flor de Lótus), de modo que tenha o mesmo horário de abertura que o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, para além da abertura dos postos fronteiriços durante vinte e quatro horas. Sabemos que as FSM não têm poder para decidir estes assuntos, o que sugerimos é a negociação e comunicação com as respectivas repartições do Interior da China. Penso que com o esforço do Governo da RAEM, é possível conseguir a autorização do Governo Central no que diz respeito aos

assuntos que acabei de sugerir, de modo a facilitar a passagem das fronteiras. A propósito disso, queria saber qual é a opinião do Sr. Secretário, e se o Governo da RAEM já fez a respectiva sugestão às respectivas repartições do Governo Central.

O segundo assunto que queria abordar tem a ver com a optimização da distribuição dos recursos humanos. Com o desenvolvimento rápido da economia e da sociedade nos últimos anos, apareceram em Macau novas modalidades de criminalidade, as quais colocam novos desafios aos trabalhos da área da Segurança, fazendo aumentar a quantidade de trabalho aos agentes das FSM. Nas novas Linhas de Acção Governativa, é previsto que as FSM se vão articular com os trabalhos de elaboração e implementação da Lei da Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento e da Proposta de Lei de Regime de Prevenção e controlo do Tabagismo, apoiando os respectivos serviços governamentais na execução das respectivas disposições legais. Para isso, proceder-se-á à preparação de recursos humanos suficientes, de modo a poderem levar a cabo as tarefas futuras que aumentam por causa do alargamento do âmbito do trabalho das FSM. Para além do aumento do número de agentes, ainda é preciso fazer o planeamento e distribuição dos recursos humanos de modo científico, organizando os respectivos cursos de formação, de forma a que o pessoal possua capacidades para enfrentar os futuros desafios, participando nomeadamente nas acções dos grupos trans-departamentais. Aqui queria pedir ao Sr. Secretário para apresentar as ideias e projectos sobre os trabalhos a serem realizados pelos grupos trans-departamentais.

O terceiro ponto a mencionar é a instalação das câmaras do sistema de vigilância, sobre as quais ontem alguns colegas prestaram atenção e o Sr. Secretário deu respostas pormenorizadas. Segundo indicou o Sr. Secretário, vão ser instaladas, em três fases diferentes, quatrocentas câmaras do sistema electrónico de vigilância, sendo as câmaras da primeira fase instaladas nos postos fronteiriços, as da segunda fase nas principais vias rodoviárias, e as da terceira fase nos pontos críticos de segurança. Também está a ser elaborada uma lei para a regulamentação dos assuntos referentes à instalação e utilização das câmaras do sistema de CCTV, proposta de lei essa que será entregue à Assembleia Legislativa nos meados do próximo ano para a discussão. Tal como a população de Macau, presto mais atenção à instalação das mencionadas câmaras nos pontos críticos de segurança, uma vez que o que está em causa é a segurança dos residentes locais. Queria perguntar ao Sr. Secretário quando é que se vão iniciar os trabalhos de instalação, e se há um calendário concreto para a realização do referido projecto. Pois é da nossa expectativa a conclusão mais rápida possível dos respectivos trabalhos.

A quarta pergunta que queria fazer é a seguinte: por que é que não está previsto, nas LAG de 2011, o aumento de recursos humanos e materiais que visem a prevenção e o combate à criminalidade grave? Segundo as respectivas Linhas de Acção Governativa, as FSM vão ponderar a necessidade de aumento dos recursos humanos para combater eficazmente os pequenos crimes que perturbam a sociedade, tais como o roubo, o furto na rua e na residência dos habitantes. Todavia, quanto à prevenção e ao combate à criminalidade grave, nomeadamente aos crimes organizados transfronteiriços, ao rapto, ao roubo, ao narcotráfico, e ao tráfico de pessoas, fala-se apenas no melhor aproveitamento dos recursos existentes, os quais, não sei se são suficientes, visto que os referidos crimes, sobretudo crimes ligados a drogas, têm tendido a agravar-se nos últimos anos. Queria também perguntar ao Sr. Secretário qual é o conteúdo dos referidos recursos existentes.

A quinta questão a que queria prestar atenção é a da melhoria da gestão interna e optimização administrativa. Segundo as novas LAG na área da Segurança, no próximo ano as FSM vão continuar a adoptar como trabalho principal a melhoria da gestão interna e optimização do procedimento administrativo, seguindo o compromisso de serviço “Integridade e eficiente elite profissional”, de modo a dar resposta às necessidades dos cidadãos, nomeadamente através da implementação da filosofia administrativa dos serviços regionais de “one-stop” nas áreas de serviço relevantes, executando e aumentando o item de “compromisso de serviço”. Ontem o Sr. Secretário mencionou a prestação do serviço de “one-stop” para a audição dos testemunhos. Não sei se noutros serviços também são fornecidas as mesmas facilidades. Se a resposta for negativa, as FSM pensam no alargamento do âmbito de aplicação deste serviço? Para além disso, também queria saber quais são os novos itens de “compromisso de serviço”.

Em sexto lugar, vou focalizar a minha atenção na análise da questão do tratamento de reclamações internas. O Sr. Secretário apontou, nas LAG, para o facto de que nos diferentes órgãos das FSM, há divisões responsáveis pela recolha de denúncias, sugestões e queixas, as quais são entregues ao quadro da direcção dos respectivos órgãos para o acompanhamento. Em relação a este assunto, queria perguntar ao Sr. Secretário se pensa em aprender com a Secretaria para a Administração e Justiça, a qual define, nas LAG para o próximo ano, a criação de uma unidade de competência específica destinada ao tratamento independente das queixas e reclamações dos funcionários públicos. Na minha opinião, faz falta à secretaria para a segurança um mecanismo que vise a mesma finalidade, de modo a garantir uma maior justiça e imparcialidade, assim como diminuir a preocupação com as possíveis vinganças. Não sei se o Sr. Secretário vai considerar esta possibilidade.

A sétima sugestão que vou fazer é o aperfeiçoamento das técnicas e equipamentos das FSM. Sendo Macau uma cidade internacional em franco e rápido desenvolvimento, têm surgido constantemente novas modalidades da criminalidade. Muito embora tenham sido introduzidas novas técnicas e equipamentos, segundo a opinião dos agentes no activo, os equipamentos existentes continuam a ser pouco modernizados, e são insuficientes para as operações de grande escala. Se isto for verdade, as FSM devem pensar em adquirir rapidamente avançadas técnicas e equipamentos, nomeadamente os de investigação criminal e de identificação, de modo a reforçar a capacidade de acção e de investigação.

Nas Linhas de Acção Governativa, as FSM prometeram fazer ajustamento e melhoramento adequados das instalações existentes, aproveitando suficientemente os recursos, que são limitados, para satisfazer as necessidades de aumento de recursos humanos e materiais, optimizando o ambiente do trabalho. Espero que as FSM possam cumprir as suas promessas o mais rapidamente possível, resolvendo o problema de envelhecimento das instalações e actualizando os equipamentos dos agentes. Desta maneira, reforçam-se a capacidade combativa e a qualidade na execução da Lei do pessoal das FSM, de modo a melhor garantir a estabilidade da sociedade da RAEM, protegendo a segurança física e dos bens dos habitantes de Macau. Na introdução das novas técnicas e equipamentos, deve-se fazer ponderação prospectiva, analisando as carências e as necessidades com cuidado, de forma a introduzir equipamentos adequados ao ambiente da RAEM.

Em seguida vou prestar atenção ao problema de os jovens de Macau irem ao Interior da China consumir e vender drogas. Nos

últimos anos, com a intensificação da cooperação regional, fornecem-se cada vez mais facilidades na passagem das fronteiras. Muitos jovens locais aproveitam estas facilidades para irem passear sempre à China Continental, frequentando os *karaokes*, os bares, e outros estabelecimentos de diversões, onde têm contactos com os actos ilícitos de consumo e venda de drogas, assim como com as actividades de prostituição. Sendo imaturos psicologicamente e fáceis de ser aliciados, os indivíduos na referida faixa etária seguem às vezes, assim, um caminho desviado.

Nos últimos anos, têm sido detectados muitos casos de consumo de drogas nos estabelecimentos de diversões do Interior da China que envolveram jovens de Macau, assim como casos de transporte de drogas para o Território para a revenda. Nas LAG em discussão, há referências sobre a realização contínua de acções de fiscalização nos estabelecimentos de diversões ou noutros locais onde os jovens se costumam reunir. Queria perguntar quais são as medidas que o Governo vai tomar para prevenir e reprimir com eficácia o problema do consumo de drogas e a prática de outros actos ilícitos no Interior da China pelos jovens de Macau.

Sei que no ano de 2005 já foram criados o mecanismo de cooperação na prevenção de consumo e venda de drogas, e o mecanismo de comunicação entre a polícia da RAEM e as repartições de segurança pública do Interior da China, que visa a troca de informações secretas sobre os crimes ligados a drogas. Para os respectivos efeitos, todos os meses nos períodos fixos, são trocadas informações sobre a detecção de indivíduos que tenham cometido actos ilícitos de consumo de drogas noutro lado da fronteira, sendo realizadas reuniões, com intervalos irregulares, em que se faz o ponto da situação da ocorrência dos respectivos crimes. Contudo, estas medidas não produziram efeitos satisfatórios, tendo continuado a subir o número de crimes cometidos pelos jovens de Macau que se deslocam ao Interior da China para o consumo de drogas, ou para a compra de drogas que revendem depois em Macau. Queria saber se as autoridades fizeram avaliação dos efeitos conseguidos com a implementação dos referidos mecanismos. Quais são as falhas existentes? Serão tomadas novas medidas para o melhoramento? Queria pedir ao Sr. Secretário para dar as respectivas explicações.

Nas LAG em discussão, foi definido igualmente o objectivo de reforçar a inspecção, detecção e investigação das actividades de tráfico de drogas, de armas e de pessoas, bem como de trabalhadores e imigrantes ilegais, actos ilícitos esses que são frequentemente mencionados, com a excepção dos crimes de tráfico de armas, os quais são referidos pela primeira vez nas Linhas de Acção Governativa. Portanto, queria pedir ao Sr. Secretário que forneça informações sobre esta modalidade de criminalidade, explicitando nomeadamente se ultimamente se tem registado o agravamento deste tipo de crimes, tal como os crimes de tráfico de drogas e de imigração ilegal. Estas são as perguntas que queria fazer.

Presidente: Já cinco deputados se pronunciaram. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar a respectiva resposta. Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Chan Mei Yi abordou a questão dos recursos humanos, das carreiras de base e das carreiras superiores. Reitero que temos uma atitude aberta em relação à reforma do regime de promoção. Tomando como exemplo o regime seguido pelos Serviços

de Alfândega, criados segundo a indicação da Lei Básica, foram introduzidas modificações neste regime que é diferente do das Forças de Segurança (que inclui órgãos tais como o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o Corpo dos Bombeiros, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança e a Escola Superior das FSM). Segundo o regime de promoção dos Serviços de Alfândega, os agentes que estejam na categoria superior (isto é, categoria de chefe) das Carreiras de base, que possuam diploma do ensino superior, e que passem numa avaliação especial, podem frequentar um curso específico para a promoção a subcomissário.

Assim, alguns agentes dos Serviços de Alfândega foram promovidos, há pouco tempo, a cargos de intendente alfandegário, de subintendente alfandegário e de comissário alfandegário. Se as respectivas experiências obtiverem sucesso (note-se que a observação implica tempo), as Forças de Segurança vão estudar a possibilidade de modificar o actual regime de promoção.

A mesma deputada apontou também para a necessidade da prestação de serviços policiais de melhor qualidade, nomeadamente no que diz respeito à aplicação de multas pelos polícias de trânsito. É de saber que foi criado o Conselho Superior de Viação, responsável pelo melhoramento dos serviços públicos prestados em matéria de trânsito, sendo o cargo de presidente do mesmo Conselho desempenhado pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas. O Sr. Director da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e o Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Sio Peng, são membros do Conselho. Sei que o referido Conselho tem realizado reuniões para a elaboração de estratégias que visem o melhoramento do trânsito do Território.

No que diz respeito ao ânimo dos agentes e à prestação dos serviços de aconselhamento psicológico, o que se costuma fazer é que os chefes prestam atenção aos seus inferiores, conversando com eles dando-lhes aconselhamentos quando for necessário, o que é um meio bastante eficiente para o primeiro tratamento, já que os agentes das Forças de Segurança que trabalham na mesma equipa estão juntos durante muito tempo (talvez vejam mais os colegas do que vêem a esposa), tendo criado entre eles um forte laço afectuoso. Como por exemplo, há dois ou três anos, ocorreu, perto do Hotel *New Century*, na Taipa, um caso de ofensa ao corpo de outrem, em que um polícia disparou contra o autor do crime e o feriu. Depois o mesmo agente ficou com problemas psicológicos. Foi o chefe dele que lhe prestou grande apoio e o livrou da pressão psicológica que o atormentava. Claro que os agentes de aconselhamento psicológico da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança também têm grande importância para a solução do respectivo problema.

Os dirigentes da área para a Segurança têm fomentado a comunicação entre agentes de diferentes categorias, procurando detectar os problemas e dificuldades existentes para poderem tomar medidas para os resolver, assim como para prestar apoios necessários, nomeadamente na prestação de aconselhamento psicológico, de modo a aliviar as pressões psicológicas do pessoal das FSM, reforçando a sua solidariedade e a sua capacidade de levar a cabo os trabalhos distribuídos.

Com vista a manter a saúde psicológica dos agentes, temo-los encorajado a frequentar os cursos organizados pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, nos quais se ensinam meios úteis para a atenuação das pressões psicológicas, designadamente as pressões provenientes do trabalho. São fornecidos serviços de aconselhamento psicológico aos agentes

necessitados, pertencentes aos diferentes órgãos das Forças e Serviços de Segurança. Quando os superiores descobrem que os seus subordinados estão com perturbações psicológicas, aconselham-nos a receber tratamentos tomando a iniciativa de conversar com os agentes de aconselhamento psicológico, ou então, com o consentimento prévio das partes, enviam os casos com problemas psicológicos à respectiva unidade da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança para o acompanhamento.

Para o conhecimento dos Srs. Deputados, forneço em seguida dados sobre os trabalhos realizados no ano de 2010 pela Secção de Apoio Médico da Divisão de Serviço de Apoio do Departamento de Apoio Técnico da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança. No período compreendido entre Janeiro e Outubro do ano corrente, foram acompanhados vinte e sete casos novos, tendo sido realizadas trezentas e tal entrevistas. De entre o público que recebeu tratamento, há agentes militarizados ou civis, e familiares dos agentes, do sexo masculino ou feminino, os quais tinham problemas diferenciados tais como problemas na saúde psíquica (doze casos), problemas referentes à família (onze casos), problemas que têm a ver com o estado de ânimo (doze casos), problemas de pressão psicológica (onze casos), para além de problemas emocionais, problemas em matéria do convívio social, problemas ligados à escola, etc. Os dirigentes das diferentes camadas manterão o contacto com os agentes de aconselhamento psicológico, prestando atenção aos efeitos conseguidos com o tratamento e procurando saber se os problemas dos respectivos agentes vão afectar a sua vida e o trabalho.

Com efeito, nos últimos anos, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança tem reforçado o *hardware* e *software* que visam o aperfeiçoamento dos serviços de aconselhamento psicológico, tendo adquirido novos equipamentos, construído o sistema de arquivos dos serviços de apoio, e criado a página electrónica de Estação de Reabastecimento Espiritual, para além de terem sido realizadas, junto dos diversos órgãos das Forças e Serviços de Segurança, campanhas de divulgação dos serviços de aconselhamento psicológico, com vista a eliminar os mal-entendidos dos agentes para com os respectivos serviços, assim como a encorajá-los a tomar a iniciativa de procurar apoio no caso de necessidade. Os serviços prestados pela referida Secção são entrevistas individuais, aconselhamento através do telefone, através da rede, na sala de consulta, e serviços de apoio na situação de crise (a prestação do serviço de aconselhamento psicológico aos agentes afectados pelos incidentes especiais). Os referidos serviços têm sido bem acolhidos pelo seu público-alvo, e têm produzido efeitos bastante positivos na resolução dos problemas psicológicos dos agentes, assim como na manutenção da saúde psicológica dos mesmos. Com o crescimento gradual do número de pedidos de apoio, foram recrutados mais agentes de aconselhamento psicológico para assegurar o fornecimento dos respectivos serviços.

A Sra. Deputada Chan Mei Yi manifestou a preocupação com a coordenação dos trabalhos realizados pelos agentes civis e pelos agentes militarizados do Serviço de Migração. Na realidade não existem problemas neste aspecto. Como por exemplo, no nosso Gabinete, há agentes do Corpo de Polícia de Segurança Pública, agentes civis e militarizados provenientes dos Serviços de Alfândega e de outros órgãos das FSM, os quais trabalham em conjunto harmoniosamente e com respeito mútuo. Em relação à experiência de Hong Kong, cujo Serviço de Migração é responsável pela emissão de documentos de identidade, de permanência e de viagens, penso que Macau é diferente de Hong Kong em termos da história, da característica da sociedade e da população, assim como da

estrutura do Governo e do sistema jurídico. Claro que vamos assumir uma atitude aberta, adoptando o modelo mais adequado para o nosso caso.

Agradeço à Sra. Deputada Chan Mei Yi, que nos forneceu a informação de que perto da Torre de Macau há um ponto problemático de consumo de drogas. Vou pedir ao CPSP e à PJ para tomarem medidas de prevenção e combate, de modo a reprimir as respectivas actividades.

Temos os seguintes dados referentes aos crimes ligados a drogas. De Janeiro a Setembro do ano corrente, foram detectados oitenta e quatro casos de venda de drogas (o que representa uma diminuição de seis casos, isto é, 6,7%, em comparação com o período homólogo do ano passado), cento e oitenta e oito casos de consumo de drogas (o que representa um aumento de onze casos, isto é, 6,2%, em comparação com o período homólogo do ano passado), cento e vinte e três indivíduos envolvidos nos crimes de venda de drogas (o que representa uma diminuição de vinte e três pessoas), duzentos e dezanove indivíduos envolvidos nos crimes de consumo de drogas (o que representa uma diminuição de seis pessoas), tendo sido apreendidos treze mil e tal gramas de drogas, algumas das quais foram transportadas no corpo humano. Foram detectados igualmente bastantes casos de consumo colectivo de drogas nos estabelecimentos de diversões e nos hotéis. Ao passo que a grande diminuição, em comparação com os últimos anos, da quantidade apreendida de Ecstasy, a hetamina, a metanfetamina e a cocaína tornaram-se drogas mais populares na RAEM, sendo a maior parte de indivíduos que consomem cocaína provenientes das regiões vizinhas.

Vamos reforçar os trabalhos de fiscalização aos passageiros no Aeroporto Internacional de Macau, de modo a reprimir as actividades transfronteiriças de transporte e de venda de drogas, as quais se intensificam com a oferta, pelas companhias aéreas, de bilhetes de avião baratos, sobretudo nos voos entre Macau e os países no Sudeste da Ásia. Reforçaremos a cooperação com as respectivas repartições das regiões vizinhas, nomeadamente de Hong Kong e do Interior da China, trocando informações secretas, de modo a combater efectivamente a referida modalidade da criminalidade.

Continuaremos igualmente as acções de fiscalização que se realizam com frequência nos estabelecimentos de diversões onde os jovens se costumam reunir, tais como os centros de máquinas de diversão, os *karaokes* e os cybercafés, prevenindo e combatendo os actos ilícitos de venda e consumo de drogas. Participamos, por outro lado, nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho de Combate à toxic dependência, dirigido pelo Instituto de Acção Social de Macau, reforçando, deste modo, a comunicação dos diferentes órgãos governamentais, recolhendo informações sobre as actividades criminosas de tráfico e de consumo de drogas, e elaborando estratégias para a prevenção e combate da referida criminalidade. Com vista a reprimir o consumo de drogas pelos indivíduos de Macau no Interior da China, a Polícia da RAEM e a da Província de Guangdong assinaram, em 2005, um protocolo sobre a entrega às autoridades da RAEM de indivíduos de Macau que foram detectados a consumir drogas na China Continental, e concretamente na Província de Guangdong. Os respectivos indivíduos serão punidos pelas repartições de segurança pública do Interior da China antes de serem entregues às autoridades de Macau, sendo proibidos de entrar outra vez na China Continental nos três anos que se seguem.

Após a assinatura do referido protocolo, têm sido entregues às FSM residentes de Macau, suspeitos de terem consumido drogas no Interior da China, tendo sido em 8 de Novembro a entrega mais recente, à Polícia Judiciária, dos respectivos indivíduos (seis indivíduos do sexo masculino). Sendo entidade responsável pelos respectivos trabalhos, a Polícia Judiciária tem prestado grande atenção às novas tendências da referida criminalidade. Especialmente depois da promulgação, em 2009, da nova Lei que regulamenta assuntos referentes à prevenção e combate a crimes ligados a drogas, que ocorrem nos *campus* das escolas e que envolvem jovens de Macau, a Divisão de Investigação e Combate ao Tráfico de estupefacientes e o Núcleo de Acompanhamento de Menores da Polícia Judiciária têm-se esforçado por executar a referida Lei, realizando acções de fiscalização inesperadas e nos períodos fixos, examinando os estabelecimentos de diversões onde os jovens se costumam reunir.

Para além disso, ainda foram organizadas, pelo Núcleo de Acompanhamento de Menores da Polícia Judiciária e no período compreendido entre Setembro de 2009 e 1 de Setembro de 2010, sete palestras nas seis escolas do Território, que visavam a educação e sensibilização dos estudantes para o prejuízo que as drogas produzem sobre a saúde, tendo participado nas palestras dois mil e tal estudantes.

A Sra. Deputada Chan Mei Yi também prestou atenção ao problema de delinquência juvenil, em relação a cuja prevenção realço a importância do papel da escola e da família, porque os jovens passam grande espaço de tempo nestes dois lugares. Algumas escolas fazem muito bem em deixar os estudantes permanecer no *campus* depois das aulas, onde podem estudar, jogar à bola ou passear. Espero que outras escolas imitem esta política, fornecendo mais espaço aos estudantes, de modo que estes tenham mais espaço para estudar e descansar.

De Janeiro a Setembro do ano corrente, foram registados setenta e nove crimes cometidos pelos jovens, o que representa uma diminuição ligeira do número destes crimes em comparação com o ano passado (em que se registaram oitenta e quatro casos que envolviam cento e cinquenta e quatro indivíduos). A ofensa ao corpo, o furto e o roubo foram as principais modalidades da delinquência juvenil. Tendo em consideração a especificidade e complexidade desta criminalidade, na sua prevenção atribuímos importância à educação e sensibilização, ajudando os jovens a criar concepção de vida e juízos de valores correctos, assim como a resolver problemas com que se deparam no processo de crescimento.

Para a prevenção da delinquência juvenil, tem-se reforçado o policiamento comunitário e a comunicação entre a Polícia, as escolas, as associações privadas e os agentes sociais que trabalham nas escolas, tendo sido mandados investigadores acompanhar e tratar dos casos de desaparecimento de jovens e de abandono da família pelos jovens. O Corpo de Polícia de Segurança Pública é responsável pela aplicação da medida de advertência segundo a Lei, acompanhando e orientando os jovens desviados, de modo que os mesmos possam emendar os erros para começar uma nova vida.

O abuso de medicamentos pelos jovens é outro problema a que prestamos atenção. Para consciencializar os jovens para os malefícios decorrentes do consumo de drogas, divulgamos as respectivas mensagens através da página electrónica e revistas da Polícia, por um lado e por outro, procedemos à investigação lançando inquéritos, de modo a elaborar planos a longo prazo.

A Sr.^a Deputada Chan chamou mesmo a atenção para a necessidade de consciencialização dos jovens para a importância da Protecção de dados pessoais, nomeadamente quando querem carregar as fotografias na rede. O facto é que a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça está a divulgar as respectivas mensagens, de modo a que os jovens percebam que constitui um acto ilícito, o carregamento de informações na rede sem consentimento das pessoas envolvidas, constitui o crime. Vamos reforçar as acções de divulgação.

Ao apontar para a importância da cooperação entre a Polícia e as escolas, o mesmo deputado chamou a atenção para a necessidade de aprender com a lição da RAEHK e de não divulgação do nome das escolas que cooperem com a polícia no combate dos crimes nelas ocorridos. Vamos ter muito cuidado no cumprimento do dever de sigilo, que é definido no nosso regulamento.

No respeitante ao fornecimento do serviço de Metadona no Centro de Saúde da Areia Preta, trata-se de uma decisão tomada pelos Serviços de Saúde. Caso necessário, vamos mandar mais agentes patrulhar nas proximidades do referido Centro, de modo que os residentes e as lojas daquela zona possam ficar descansados. Não podemos, porém, fornecer dados em matéria de crimes ocorridos nas proximidades das instalações que prestam o respectivo serviço, uma vez que não dispomos deste tipo de informações.

Com vista a facilitar a reintegração dos prisioneiros na sociedade, fornecemos, no Estabelecimento Prisional, cursos universitários gratuitos, assim como outros cursos de carácter técnico profissional, tais como cursos de fabrico de roupa, de calçados, de móveis e de pão, nomeadamente cursos em que se aprendem técnicas de gravura e de tratamentos de beleza, mandando docentes ao Estabelecimento Prisional dar as respectivas aulas. Houve casos de sucesso em que prisioneiros tiraram curso universitário durante o período do cumprimento da pena de prisão.

Sendo uma das medidas adoptadas pelo Serviço de Migração para facilitar a vida da população, começou a estar aberta, a partir de 1 de Setembro, uma passagem específica no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, a qual pode ser utilizada, nos dias úteis, pelos estudantes com idade inferior a onze anos, uma vez que crianças localizadas nesta faixa etária não têm impressões digitais perfeitamente formadas para poderem utilizar as auto-passagens. Este é exactamente o critério para a fixação da idade inferior a onze anos como condição para a utilização da referida passagem específica.

No que diz respeito aos recursos humanos, no caso do Corpo de Polícia de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros, há necessidade de recrutar mais 10% de agentes, de modo a compensar a redução do número do pessoal por razão do carácter administrativo, isto é, redução por causa da reforma (os agentes que tenham prestado trinta e seis anos de serviço têm direito à reforma), da decisão de processos disciplinares, dos problemas familiares ou da passagem para outros serviços públicos.

Pretendemos, de facto, compensar a falta dos recursos humanos através da electrónica na prestação dos serviços. Neste momento, no entanto, ainda não podemos definir a relação entre o exame dos dados de identidade pelos equipamentos electrónicos e pelos agentes do Serviço de Migração, uma vez que é uma novidade a introdução dos respectivos equipamentos electrónicos, cuja vantagem e desvantagem precisamos de um espaço de tempo relativamente

longo para observar.

Realmente, a revisão e modificação do Regulamento de Segurança contra Incêndios, chefiadas pela Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, já demoraram muito tempo. Vou pedir aos representantes do Corpo de Bombeiros para transmitir as opiniões do Sr. Deputado Chui Sai Peng aos respectivos órgãos governamentais nas respectivas reuniões.

Em relação aos folhetos de publicidade sobre os serviços de massagem, mencionados pelo Sr. Deputado Chan Wai Chi, vamos reforçar a fiscalização de modo a prender indivíduos que os distribuam. A propósito disso, queria apontar para a existência da dificuldade na execução desta tarefa, pois o que acontece é que os respectivos indivíduos costumam deitar os folhetos no chão e depois fogem, de modo que os agentes do CPSP não os podem prender para depois os acusarem de terem cometido o crime de lenocínio e os enviarem ao Ministério Público para o acompanhamento. Mas é exactamente este medo que os criminosos têm que mostra que há acções de fiscalização realizadas pelos polícias. Vamos prestar igualmente atenção às publicidades nos jornais, e vamos acusar os casos transgressores da Legislação vigente.

Primeiro queria esclarecer que são diferentes, o curso que permite a ascensão de guarda da 2.^a classe a guarda da 1.^a classe e o curso que permite a ascensão ao cargo de sub-comissário, muito embora os dois cursos partilhem algumas disciplinas comuns e os alunos tenham aulas na mesma instalação escolar. Vamos ponderar a possibilidade de diminuir o peso do exame final para a conclusão dos respectivos cursos.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi prestou atenção à implementação do artigo n.º 16 da Lei do Trânsito Rodoviário. O facto é que temos prestado atenção à realização do referido trabalho, o que é provado pelos seguintes dados: de Janeiro a Outubro do ano corrente, foram multados 364 condutores de automóveis e 158 condutores de motas que falaram ao telefone aquando da condução sem utilizar a função de mãos-livres. Claro que ainda podemos reforçar o mesmo trabalho. Em resposta à pergunta do Sr. Deputado Chan Wai Chi, afirmo que temos equipamento suficiente (que é a mota) para a execução da disposição legal em causa.

No que diz respeito à qualidade da execução da Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau, reitero que na prevenção e combate à criminalidade, a Polícia tem sempre o cuidado da observação da legislação vigente, quer o Código Penal, quer o Código de Processo Penal, quer outras leis penais avulsas. Somos, aliás, vigiados pelas instituições de supervisão externas.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi analisou ainda a estrutura da Secretaria para a Segurança. Na área para a Segurança temos os Serviços de Polícia Unitários, os Serviços de Alfândega, a Polícia Judiciária e o Estabelecimento Prisional, as Forças de Segurança, e o Gabinete Coordenador de Segurança. Os Serviços de Polícia Unitários, os Serviços de Alfândega, a Polícia Judiciária e o Estabelecimento Prisional são órgãos independentes em termos administrativos e financeiros. A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, por sua vez, é responsável pelos assuntos administrativos e financeiros das Forças de Segurança.

Portanto, os órgãos com autonomia administrativa e financeira assumem a responsabilidade de aquisição de equipamentos

necessários, tais como os navios, as armas, as máquinas de raio X e os veículos de raio X, no caso dos Serviços de Alfândega. A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança é responsável pelo abastecimento dos equipamentos e materiais, necessários para o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o Corpo de Bombeiros, a própria Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, a Escola Superior das Forças de Segurança e o Gabinete Coordenador de Segurança.

Relativamente ao reforço da capacidade dos funcionários encarregados da realização de tarefas ligadas às relações públicas, reconheço que temos espaço para o melhoramento. No entanto, na publicação das informações também temos de ter em conta a necessidade de protecção da privacidade, de acordo nomeadamente com a opinião e sugestão do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, por forma a evitar a infracção das normas jurídicas.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi prestou igualmente atenção à necessidade de instalações desportivas onde os agentes possam praticar desporto. Sendo Macau um território pequeno com recursos limitados da terra, talvez não seja má ideia que os polícias utilizem instalações públicas, tais como o Centro Desportivo Olímpico, a Piscina do Carmo, campos de bowling e de badminton.

Não é fácil fazer a comparação da RAEM com outros países e regiões do mundo em termos do número de polícias, tal como fez o Sr. Deputado Chan Meng Kam, uma vez que em Macau, os funcionários do Serviço de Migração estão incluídos no Corpo de Polícia de Segurança Pública, situação essa que talvez não se verifique noutros lugares. É de saber que a mesma diferença também se regista no caso dos Serviços de Alfândega. Sendo assim, sugerimos que não se faça a mesma comparação.

É inevitável que todos os anos as Forças e Serviços de Segurança precisam de recrutar mais agentes. Isto é porque todos os anos há funcionários que pedem a reforma, por um lado e por outro, as necessidades estão a aumentar constantemente. Tomando como exemplo o Corpo de Bombeiros, tem sido registado grande crescimento da utilização do serviço de ambulância, parte da qual é desnecessária. Portanto, o CB está a realizar acções de sensibilização, educando os cidadãos aconselhando-os a evitar o abuso na utilização do mencionado serviço, de modo a fornecer as mesmas oportunidades aos indivíduos verdadeiramente necessitados.

Com a emissão do visto individual, tem-se multiplicado o número de turistas continentais, os quais visitam de certeza as Ruínas de S. Paulo, de modo que a respectiva zona fica sempre cheia de visitantes, especialmente aos fins-de-semana e nos feriados, de tarde. Tanto o CPSP, como a PJ, costumam mandar polícias à paisana patrulhar ali de modo a detectar actos criminosos, tendo detido grupos de ladrões provenientes do Interior da China, que cometiam crimes de furto nos pontos turísticos, o que provou que a Polícia da RAEM tem prestado atenção a este aspecto.

O mesmo deputado abordou também a questão da aquisição dos bens, sobre a qual vou fornecer as seguintes informações. Tomando como exemplo as FSM, a compra de equipamentos é feita pela comissão de compra que se constitui quando surge a respectiva necessidade, sendo a comissão de recepção responsável pela recepção das compras, de modo a assegurar a imparcialidade. Na compra dos equipamentos, a unidade que os utilizará indica a exigência quanto às suas características técnicas, ao passo que a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança trata dos processos

administrativos. Como por exemplo, no caso de o Grupo de Protecção de Altas Entidades e Instalações Importantes da Unidade Táctica de Intervenção da Polícia do CPSP precisa de um veículo à prova de bala, este Grupo vai fazer a descrição do veículo que necessita e a DSFS vai proceder aos processos concretos de compra.

Agradecemos as sugestões do Sr. Deputado Chan Meng Kam, o qual propôs a eliminação de órgãos de gestão intermediários, a gestão vertical e a economia de recursos humanos. Vamos pensar como se pode fazer melhoramentos neste aspecto.

O aumento dos orçamentos, decorrente do desenvolvimento do Território, é geral em todas as áreas do Governo da RAEM, designadamente na área para os Assuntos Sociais e Cultura (para a Saúde, a educação e os benefícios sociais) e na área para os Transportes e Obras Públicas. Isto é, a área para a Segurança não é a única área em que se regista o crescimento das despesas.

No respeitante às espingardas automáticas do modelo MP5, adquiridas há vários anos, são do desenho da Alemanha e de boa qualidade, sendo utilizadas em todos os países e regiões desenvolvidos, inclusivamente na RAEM. Os agentes do Departamento Policial de Macau e do Departamento Policial das Ilhas, estão equipados com estas espingardas, visto que os revólveres não são suficientes para as situações graves.

Sendo Macau uma cidade turística, são bem vindos os turistas provenientes dos diferentes países e regiões do mundo, os quais permanecem ilegalmente no Território se ficarem apaixonados pela RAEM. Os casos graves de permanência ilegal serão entregues ao juiz criminal, segundo cujo mandado podemos enviar os respectivos indivíduos para o Centro de detenção, até haver voo que vá de Macau para o seu país. Devido à ligação de Macau com as normas internacionais, precisamos de tratar os indivíduos de permanência ilegal detidos no Centro de detenção segundo o direito internacional, que determina a dimensão do espaço onde estes indivíduos dormem e realizam outras actividades, tais como ver televisão, assim como o fornecimento do ar condicionado, a existência de equipamentos sanitários e água quente para tomar banho. Como as Forças e Serviços de Segurança não são especializados em preparar refeições, este serviço costuma ser adjudicado para ser realizado pelos hotéis. Talvez este seja o preço que Macau precisa de pagar, para poder assumir-se como um centro mundial de turismo e lazer, que recebe anualmente vinte e tal milhões de turistas, uma pequena parte dos quais permanecem ilegalmente.

Para o efeito da promoção à qual o Sr. Deputado Chan Meng Kam prestou atenção, sublinho que é mais importante o comportamento do que os anos de serviço, sendo o último factor com pouca importância para o referido efeito. O mesmo deputado também acha pouco adequada a promoção de agentes a cargos muito superiores do que os cargos que desempenhavam. No caso de agentes militarizados, estes só podem ser promovidos a categoria imediatamente superior. Portanto, nunca pode acontecer a situação mencionada pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam. Basta observar o uniforme dos agentes para perceber isto.

Reitero que damos grande importância à manutenção da integridade da nossa equipa, questão essa que foi abordada pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam. São os nossos objectivos a melhoria da gestão interna e o cumprimento do compromisso de “Integridade e eficiente elite profissional”. Baseando-se no princípio de primazia das pessoas e de servir o povo, esforçamo-nos por introduzir nas

Forças e Serviços de Segurança o espírito de serventes do povo e a boa disciplina, para além de sermos exigentes para com a conduta moral e comportamento profissional do pessoal. Com vista a alcançar a meta definida, vamos organizar mais cursos, palestras e seminários, de modo a reforçar a educação dos agentes, sensibilizando-os para a importância de cumprimento da lei com rigor e com rectidão.

Para além disso, no recrutamento dos novos agentes, costumamos dar grande importância aos resultados do exame da conduta moral dos candidatos, estando incluídas, no Guia dos agentes, a exigência de comportamentos íntegros. Reforçaremos a respectiva supervisão, construindo um ambiente de trabalho com justiça, premiando os bons comportamentos e castigando os maus, assim como simplificando o processo de formalidades administrativas, de modo a diminuir os actos corruptivos. Continuaremos a colaborar activamente nos trabalhos de investigação desenvolvidos pelo Comissariado contra a Corrupção, aperfeiçoando as orientações para os trabalhos de linha da frente.

Se o Sr. Deputado Chan Meng Kam puder fornecer informações mais concretas, vamos acompanhar o caso mencionado que envolve a recepção de dinheiro, ou seja, “Lai Si”, como condição da permissão da visita, fora do horário determinado, de prisioneiros detidos no Estabelecimento Prisional de Macau.

Relativamente à questão da aplicação de multas, os agentes do Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública executam a Lei segundo a perturbação que os casos de transgressão provocam ao trânsito, mantendo a fluidez do movimento de veículos nas estradas principais, nomeadamente na Avenida Almeida Ribeiro, de modo a proteger a imagem de Macau como um centro mundial de turismo e lazer. Sugerimos também à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego que crie mais parques de estacionamento, e que permita que, depois das vinte horas, os veículos estacionem nas margens das estradas com linhas amarelas, de modo a proporcionar soluções aos condutores na existência no Território da grande falta de parques de estacionamento.

Está a ser averiguado o caso do agente, tanto em termos de procedimento criminal, como em termos de procedimento disciplinar, que conduziu o veículo das FSM em estado de embriaguez e teve um acidente.

A Sra. Deputada Leong On Kei apontou para a necessidade do melhoramento dos trabalhos migratórios. Para a mesma finalidade, temos organizado cursos para a formação dos agentes do Serviço de Migração, nomeadamente cursos sobre as técnicas de recepção e cursos de inglês e de mandarim, de modo a que os turistas fiquem satisfeitos com os serviços fornecidos. Os novos compromissos de serviço têm a ver principalmente com o tempo necessário para o exame dos dados de identidade na passagem das fronteiras, assim como a emissão de uma série de documentos, tais como a emissão das certidões e a atribuição das respostas aos requerimentos de autorização para a residência na RAEM. Em 2010, o Serviço de Migração procedeu à modernização dos trabalhos administrativos, mandando, a partir de Junho do ano corrente, mensagens aos telemóveis dos requerentes, avisando-os do andamento das requisições, sobretudo requisições para a importação de trabalhadores não residentes, para a fixação de residência em Macau pelos estrangeiros e pelos residentes do Interior da China.

Na implementação da política do Governo, o Serviço de Migração

criou o sistema de consulta on-line electrónico e de digitalização dos dados, para a consulta de andamento das requisições submetidas para a emissão do Cartão de Identificação do Trabalhador Não-Residente, sistema esse que entrou em funcionamento em 12 de Dezembro de 2009, de modo a simplificar as formalidades administrativas e a aumentar a transparência e a eficiência dos respectivos trabalhos. Procedeu-se também à criação do sistema electrónico para o tratamento de informações em matéria de “declaração”, apresentada pelos indivíduos de permanência ilegal, assim como para o procedimento no local de detenção. Foi iniciado igualmente o serviço de marcação prévia, de modo a permitir a entrada em Macau de titulares de salvo-conduto singular por outros postos fronteiriços sem ser o das Portas de Cerco. Começou-se, desde o início de Dezembro de 2009, a fazer experiências da prestação do referido serviço, o qual se passou a fornecer regularmente a partir de Fevereiro de 2010, sendo a quota para cada dia de sessenta e duas pessoas. Segundo a nova regra, a atribuição do respectivo documento é feita na parte da manhã no Serviço de Migração.

A Sra. Deputada Leong On Kei chamou a atenção para a grande quantidade de passageiros no Posto fronteiriço das Portas do Cerco aos fins-de-semana e nos feriados. Para fazer frente a esta situação, o Serviço de Migração planeia estender, no próximo ano, a utilização de auto-passagens aos titulares de salvo-conduto de dupla viagem que venham a Macau com fins turísticos ou visitar familiares. Segundo os dados estatísticos, estes indivíduos são bastante numerosos. Esperamos que a implantação, no futuro próximo, desta medida possa atenuar a pressão verificada nos Postos fronteiriços.

Com vista a permitir a utilização das passagens automáticas pelos titulares do salvo-conduto de dupla viagem, as repartições de Segurança Pública do Interior da China estão a tratar dos assuntos referentes à electrónica do referido documento, projecto esse que é apoiado pela secção de informática do Serviço de Migração e da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança. Vamos assinar protocolo com as respectivas repartições da China Continental, comprando equipamentos necessários para a examinação dos futuros cartões electrónicos de salvo-conduto de dupla viagem.

A mesma deputada sugeriu o prolongamento do tempo de abertura do Posto Fronteiriço Flor de Lótus (na Ponte Flor de Lótus), de modo que tenha o mesmo horário de abertura que o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Os serviços de Alfândega e o Corpo de Polícia de Segurança Pública podem apresentar a respectiva sugestão junto das respectivas repartições do Interior da China. No entanto, a decisão final será tomada pelo Governo Central.

No respeitante aos trabalhos trans-departamentais, os polícias colaboram nos trabalhos dos serviços públicos de diferentes áreas, tais como trabalhos que visam a execução da Lei de Regime de Prevenção e controlo do Tabagismo, e os trabalhos referentes ao combate à prestação ilegal de alojamento e a trabalhadores ilegais, para além de cumprir a responsabilidade que lhes é inerente de prevenir e combater a criminalidade. Na realidade, os agentes do CPSP apoiam sempre os trabalhos das outras áreas, como por exemplo, o CPSP mandou agentes para ajudar nos trabalhos de desocupação dos terrenos públicos nas Ilhas, bem como na demolição de barracas na zona norte, de modo a construir habitação pública.

O projecto de instalação das câmaras do Sistema de vídeo vigilância já foi autorizado pelos superiores e foi entregue ao Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas da área de

Transportes e Obras Públicas para o acompanhamento, tendo-se realizado reuniões entre a Polícia e o referido Gabinete, de modo a acertar os pormenores sobre a qualidade das câmaras e os trabalhos de instalação. Foi também autorizada a sugestão de envio dos sinais do Sistema de CCTV ao Centro do Controlo, instalado no quinto andar da sede do CPSP. Claro que esperamos que a instalação das mencionadas câmaras seja o mais rápida possível. Contudo, tudo depende da decisão dos colegas da área de Transportes e Obras Públicas, os quais fazem a distribuição dos recursos humanos e financeiros segundo determinadas prioridades, dando talvez maior importância à construção da habitação pública. Para facilitar os trabalhos de regulamentação do trânsito dos agentes do CPSP, antes da conclusão das referidas tarefas de instalação do novo sistema, utiliza-se o antigo sistema para a vigilância do trânsito rodoviário da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Podemos também reforçar as acções de patrulha sobretudo nos pontos críticos de segurança e de averiguação dos casos criminosos ocorridos, de modo a garantir a segurança pública do Território.

Com vista a combater os crimes ligados a drogas, a Polícia Judiciária, cuja estrutura foi alargada recentemente, pode mandar mais agentes à Divisão de Investigação e Combate ao Tráfico de Estupefacientes, assim como comprar equipamentos necessários, de modo a reforçar as forças combativas contra a mencionada criminalidade.

Em relação à generalização do serviço de “one-stop”, sugerida pela Sra. Deputada Leong On Kei, tenho a seguinte explicação: nem todos os órgãos das Forças e Serviços de Segurança têm a possibilidade de fornecer o referido serviço. Temos de analisar a situação concreta de cada um dos órgãos para decidir como se faz na generalização do regime de agência única.

A Sra. Deputada Leong On Kei focalizou igualmente a sua atenção no tratamento da reclamação interna. As reclamações internas na área de Segurança são tratadas a nível de direcção de serviços: o director vai nomear um instrutor para a averiguação do assunto, que é um agente que desempenha o cargo de chefe, e que não trabalha na mesma unidade a que pertence o agente contra o qual é apresentada a reclamação, de modo a garantir a imparcialidade. Na fase actual, não pretendemos criar um mecanismo independente para o tratamento das reclamações. Vamos observar o funcionamento e o efeito conseguido pelos mecanismos independentes criados pelas secretarias de outras áreas, ponderando a adequação deste tipo de mecanismo para as FSM como entidade que dá grande importância à disciplina. Se os superiores perderem o poder disciplinar, terão dificuldades em garantir o cumprimento das ordens e directrizes de trabalho.

De facto é importante a modernização dos equipamentos dos agentes. Vamos ouvir mais a opinião das entidades que utilizam os respectivos equipamentos, para além de organizarmos mais visitas às exposições realizadas noutros países do mundo, de modo a conhecer melhor os equipamentos modernos existentes. No Interior da China também há muitas exposições de equipamentos policiais ou militares de nível mundial, em que podemos adquirir informações úteis para a compra de equipamentos adequados às realidades de Macau.

Dei explicações, há pouco, sobre a questão do consumo de drogas e aqui não vou repetir. Não tenho dados concretos sobre os crimes de tráfico de armas. Que eu saiba, o número destes crimes é bastante reduzido.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Nestes dois dias os colegas apresentaram opiniões e sugestões sobre muitos aspectos na área da Segurança, não volto a analisar assuntos abordados. Queria apontar simplesmente para o problema de actividades contrabandistas de alimentos frescos.

Segundo refletem o respectivo sector e de acordo com o resultado da investigação realizada em Macau e em Zhuhai, há de facto, nos lugares referidos, grupos ilícitos organizados que se dedicam às actividades contrabandistas de alimentos frescos, grupos esses que empregam grande quantidade de indivíduos que levam os alimentos frescos sem terem sido examinados de Zhuhai para Macau, onde se vendem como produtos importados por vias legítimas, perturbando gravemente a ordem do mercado, para além de pôr em causa a segurança dos alimentos.

Todos os dias de manhã cedo, no Oeste da Praça do Posto Fronteiriço de Gongbei, podem-se verificar grande quantidade de sacos com carnes e aves frescas, legumes e frutas, os quais cobrem uma dimensão de quatrocentos metros quadrados. Os contrabandistas que fingem de passageiros normais, transportam diariamente estas mercadorias (de cada vez transportam uma pequena quantidade) de Gongbei para Macau onde as entregam num lugar determinado. E os camiões que esperam perto vão transportar os alimentos frescos recolhidos para os mercados e estabelecimentos de comida, onde são vendidos ou utilizados como mercadorias examinadas.

É preciso prestar atenção ao facto de que estes grupos contrabandistas estão bastante organizados, cujo tamanho está em constante crescimento, sendo constituídos por um pouco mais de dez pessoas ou até por dezenas de pessoas. Cada grupo é composto por cinco partes, cada uma das quais tem a sua própria função: o abastecedor dos alimentos frescos que trabalha em Zhuhai, o organizador das actividades contrabandistas que controla a situação em Gongbei, os pequenos contrabandistas, o receptor das mercadorias que faz a recolha do contrabando num lugar fixo ou ambulante, o organizador das actividades contrabandistas em Macau, ou seja, o dono do contrabando.

Como podemos observar, as cinco partes dos grupos contrabandistas estão muito bem articuladas, responsáveis pelas actividades de compra, transporte, recolha e venda, respectivamente. Segundo os dados da estatística incompleta, diariamente há quase cem porcos e mil aves, vinte e tal toneladas de legumes e frutas que entram no mercado de Macau, o que representa um aumento espectacular em comparação com a quantidade e várias toneladas em tempo anterior.

Os alimentos frescos que entram no mercado de Macau sem serem examinados pelos Serviços de saúde, constituem um grande perigo que ameaça a saúde dos habitantes locais, pois neste caso é impossível garantir a segurança alimentar. Como o mencionado problema está a agravar-se em cada dia que passa, é urgente a

intervenção do Governo, de modo a reprimir as referidas actividades ilícitas. No entanto, muito embora o respectivo sector tenha ido várias vezes aos Serviços de Alfândega e ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais mencionar o problema, são raras as acções de combate, ao passo que as actividades contrabandistas estão a ocorrer todos os dias.

É grande o prejuízo provocado pelas referidas actividades contrabandistas sobre a exportação e importação legítimas de alimentos frescos do Interior da China para Macau, fazendo diminuir a quantidade da exportação, aumentar as despesas das entidades envolvidas e alargar a amplitude da diferença dos preços entre Macau e o Interior da China. Caso apareçam casos de gripe de aves, gripe de porcos e legumes venenosos, será muito difícil encontrar a origem dos alimentos com problemas, sendo mesmo impossível impedir a importação para Macau de alimentos produzidos nas regiões com epidemias.

Espero que o Governo da RAEM perceba que quanto mais tarde se tomam as acções de combate, tanto mais fracos serão os efeitos conseguidos. Apelo para o reforço dos actos de repressão das referidas actividades ilícitas, assim como para a cooperação entre Macau e a China Continental no combate das mencionadas acções de contrabando. Espero igualmente que o Governo possa tomar medidas eficientes, bloqueando a entrada, no mercado do Território, de alimentos frescos sem serem examinados, de modo a proteger a saúde dos cidadãos de Macau, a manter a ordem do mercado, e a salvaguardar os direitos e interesses dos respectivos operadores.

Obrigado.

Presidente: Bom, vamos descansar trinta minutos. Depois do intervalo os Srs. Deputados vão continuar a pronunciar-se.

(Intervalo)

Presidente: Bom, vamos continuar a discussão sobre as Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança. Sr. Deputado Ung Choi Kun, por favor.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Boa tarde!

Sem dúvida, a área da Segurança é muito importante para a sociedade de Macau. Sendo assim, prestei grande atenção para ler as respectivas LAG, inclusivamente a parte em que se referem os trabalhos realizados no ano corrente, e a parte em que se enunciam os objectivos a alcançar no próximo ano, as quais recebi em ocasiões diferentes.

Não é por acaso que um colega manifestou alguma insatisfação com a redacção do texto das LAG, na área da Segurança. Acho também bastante difícil a compreensão do respectivo texto. Concordo, portanto, com a opinião que o mesmo colega apresentou ontem, sobre a necessidade do melhoramento, no próximo ano, da qualidade da redacção do texto das LAG, acrescentando, por exemplo, um índice para melhor indicar as políticas mencionadas. De facto, o texto em discussão parece uma conta corrente. Ainda assim, pode-se ver que o redactor prestou grande esforço para mencionar os trabalhos realizados e os que se pretendem realizar.

Ainda que exista no texto o defeito de ser demasiado fragmentário, penso que o redactor é perdoável e não devemos levar a questão a sério.

Na reunião de ontem e de hoje, em resposta ao questionamento dos colegas sobre o alargamento do pessoal das Forças e Serviços de Segurança, o Sr. Secretário mencionou as razões que levam à necessidade de recrutar mais agentes, as quais são o desenvolvimento da sociedade de Macau, o aumento de turistas e a reforma dos agentes que têm trinta e seis anos de serviço. Na minha opinião, é importante a manutenção da segurança pública do Território. Porém, não é menos verdade que durante os onze anos da história da RAEM, nunca foram elaboradas políticas para a previsão do número de agentes necessários, o que, no entanto, é indispensável na definição de políticas a curto, médio e longo prazo, referida nas LAG em discussão.

Foi anunciado que a Polícia Judiciária precisa de recrutar mais quinhentos e tal agentes nos futuros cinco anos, o que é compreensível. No entanto, além da PJ, nas LAG não há outras previsões feitas em relação à necessidade de alargamento do pessoal de outros órgãos das FSM. Prestamos atenção a este aspecto porque, até 30 de Setembro do ano corrente, o número total do pessoal das Forças e Serviços de Segurança (8548 pessoas) ocupa uma percentagem de 37,53% em relação à totalidade dos funcionários públicos da RAEM (22.777 pessoas), representando a área da Segurança a área com o número mais elevado de trabalhadores da Administração pública.

Há pouco, o Sr. Deputado Chan Meng Kam manifestou a preocupação com o tamanho do quadro das Forças de Segurança, apontando para o facto de que em cada cem mil residentes há cerca dos 1500 agentes. Em relação a esta opinião do Sr. Deputado Chan Meng Kam, o Sr. Secretário disse que não era justo fazer, desta maneira, a comparação da RAEM com outros países e regiões do mundo em termos do número de polícias, uma vez que em Macau, os funcionários do Serviço de Migração estão incluídos no Corpo de Polícia de Segurança Pública, sendo a situação semelhante registada no caso dos Serviços de Alfândega. Aceito a explicação do Sr. Secretário. No entanto, como na definição de políticas a curto, médio e longo prazo, não estamos a ver previsões sobre o número de agentes necessários para os diversos órgãos das Forças e Serviços de Segurança, queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre este aspecto, de modo a eliminar a nossa preocupação.

O Sr. Secretário informou-nos igualmente de que foi criado o Conselho Superior de Viação, responsável pelo melhoramento dos serviços públicos prestados em matéria de trânsito, sendo o cargo de presidente do mesmo Conselho desempenhado pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, sendo membros do Conselho o Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Sio Peng, o qual tem participado nas respectivas reuniões apresentando as suas opiniões. O Sr. Secretário sublinhou ainda que os agentes do Departamento de Trânsito do CPSP executam a Lei segundo a perturbação que os casos de transgressão provocam ao trânsito, mantendo a fluidez do movimento de veículos nas estradas principais. Acho muito bem esta estratégia, concordando também com a permissão do estacionamento, depois das oito horas da noite, de veículos nas margens das estradas com linhas amarelas, para além de sugerir à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego o aumento do número de parques de estacionamento. Não percebo, no entanto, por que é que numa acção inesperada de fiscalização de trabalhadores ilegais ao estaleiro do Galaxy Casino, S.A., na Taipa,

realizadas recentemente, foram chamados os agentes do Departamento de Trânsito do CPSP, os quais aplicaram multas às numerosas motas estacionadas perto do referido estaleiro.

O Sr. Secretário disse muito bem: os agentes exercem as suas funções segundo a Lei. Concorde totalmente com a sua ideia. No entanto, o Sr. Secretário também falou do princípio da primazia do povo, e da execução da Lei segundo a perturbação que os casos de transgressão provocam ao trânsito. É natural que se apliquem multas aos casos de transgressão das regras previstas na Lei do Trânsito Rodoviário que impeçam a fluidez do movimento dos veículos, o que, porém, não é a situação que se verificava no incidente mencionado. O Sr. Secretário realçou que é mais importante a educação do que a punição. E de acordo com o princípio da primazia das pessoas, questiono se é adequado aplicar uma multa de trezentas patacas aos operários que estacionaram a sua mota no lugar perto do estaleiro, não perturbando o trânsito do lugar. É de saber que estes operários trabalham um dia e ganham apenas esta quantia de dinheiro. Isto quer dizer que com a multa, eles precisaram de trabalhar um dia sem recompensa. Desta maneira, surge de certeza contradição entre a Polícia e a população. Não me oponho contra a execução da Lei, afirmando, contudo, a necessidade de execução da Lei com flexibilidade e segundo situações concretas, o que é fundamental sobretudo na zona norte.

Perante a situação de trânsito que se verifica hoje em Macau, queria ouvir a opinião do Sr. Secretário no que diz respeito às articulações entre o Departamento de Trânsito do CPSP e a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, assim como sugestões referentes à execução da Lei do Trânsito Rodoviário, a qual foi promulgada há vários anos.

Em relação à delinquência juvenil e aos crimes ligados a drogas, temos os seguintes dados estatísticos: de Janeiro a Setembro do ano corrente, registou-se, de facto, a diminuição de 7,8% da taxa de criminalidade. No entanto, houve uma subida de 14,1% do número de jovens envolvidos nos actos ilícitos (cento e cinquenta e quatro pessoas na totalidade). Os crimes de consumo de drogas, por sua vez, tiveram um aumento de 6,2% (não foi publicado o número de pessoas envolvidas). Os crimes cometidos pelos jovens são principalmente crimes relacionados com drogas e crimes informáticos, tendo sido detectados, nos meses de Junho e Julho, vários crimes destes que envolviam jovens locais. A propósito disso, queria perguntar ao Sr. Secretário como é que a área da Segurança pode contribuir para a repressão da delinquência juvenil ligada ao tráfico e consumo de drogas, para além da realização dos trabalhos de execução da Lei. Há pouco o Sr. Secretário falou da cooperação de três partes (a Polícia, a família e a escola) para o crescimento saudável da nova geração, sugerindo que as escolas deixem os estudantes permanecer na escola depois das aulas. Penso que pode haver soluções melhores do que esta, e queria pedir ao Sr. Secretário para expor mais ideias.

O problema de folhetos de publicidade de carácter pornográfico permanece e agrava-se mesmo com as acções de combate, mencionadas pelo Sr. Secretário na resposta atribuída às perguntas dos colegas. Segundo o Sr. Secretário, os indivíduos que espalham os referidos folhetos serão acusados e entregues ao Ministério Público para o acompanhamento segundo a Lei. Perante esta situação, queria saber se há normas jurídicas suficientes para a acusação e punição dos respectivos indivíduos. Não basta repetir as mesmas frases dizendo que os agentes vão acusar os casos de transgressão segundo as normas jurídicas. Queria perguntar ao Sr.

Secretário se tem estratégias eficazes para resolver o mencionado problema.

Os problemas existentes são tantos, que é difícil referi-los na sua totalidade. Escolho focalizar a questão da cooperação entre a Polícia, a União Geral das Associações dos Moradores de Macau, O Sr. Secretário na sua área das LAG página 133, referiu que a Autoridade Policial pondera, analisa e define com toda prudência as acções governativas para o próximo ano no sentido de responder às necessidades reais de toda a população, isto é muito aceitável. Para além disso, das LAG constam mesmo a atenção ao planeamento dos bairros antigos e ao estudo das soluções para a resolução dos problemas existentes entre as companhias de administração predial e os guardas destas companhias.

Achando correcta a adopção da mencionada medida, queria chamar a atenção para a importância, na referida cooperação, das Associações de Condomínios dos prédios, as quais podem fornecer muitas informações úteis nomeadamente para o combate de pensões ilegais. Após a aprovação, em 13 de Agosto, da Proposta de Lei intitulada “Lei de combate às pensões ilegais”, os agentes das FSM prestaram grande esforço e detectaram oitenta e oito pensões ilegais, tendo aplicado multas no valor de duzentas mil patacas.

Afirmo, na altura da aprovação da referida Proposta de Lei, que é necessário fazer a implementação da Lei dando importância à cooperação entre a Polícia e a população, de modo a conseguir melhores efeitos no combate a pensões ilegais, poupando o esforço dos agentes de linha da frente das FSM. Penso que o Sr. Secretário deve ponderar este aspecto.

Na discussão das LAG na área de Segurança, e concretamente sobre os trabalhos do Corpo de Bombeiros, foram analisados sobretudo dois aspectos: a capacidade do CB de fazer frente a acidentes graves, e a evolução dos trabalhos de revisão e modificação do Regulamento de Segurança contra Incêndios. Tal como reconheceu o Sr. Secretário, é preciso acelerar, em cooperação com a Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, os estudos sobre o referido Regulamento, definindo normas viáveis, adequadas à realidade de Macau, de modo a dar resposta às exigências colocadas pelo desenvolvimento da sociedade. Este é o aspecto ligado ao *software*. No que diz respeito ao *hardware*, segundo contou o Sr. Secretário ontem, o Corpo de Bombeiros adquiriu alguns equipamentos, nomeadamente duas viaturas de Bombeiros auto-plataforma-elevatórias com escada de sessenta e oito metros, duas viaturas de Bombeiros auto-escada-mecânicas com escada de aço de cinquenta e cinco metros e duas viaturas de Bombeiros auto-plataforma-elevatórias com escada de aço de trinta e sete metros. Para além disso, o Corpo de Bombeiros ainda dispõe de cinco viaturas de Bombeiros auto-bomba-tanque com escada de aço de dezoito metros. Sem dúvida, são equipamentos necessários para acompanhar o desenvolvimento da sociedade. No entanto, não sei se as viaturas de Bombeiros com escada de sessenta e oito metros são suficientes para os edifícios que medem cento e cinquenta ou cento e sessenta metros. Claro que existem picos para o isolamento do fogo. Mas mesmo assim, estou preocupado com os incêndios nos edifícios altos, os quais se espalham nas zonas de Fai Chi Kei, da Areia Preta e no Porto Exterior. Antigamente os prédios de Macau eram com cinco ou seis andares. Hoje em dia, são vulgares construções com vinte e tal andares ou até trinta e tal, cinquenta e tal andares.

Como o Governo da RAEM costuma atribuir muitos recursos à Secretaria para a Segurança, sugiro ao Sr. Secretário que pense na

necessidade de pedir helicópteros para o apagamento de incêndios. Realmente é difícil apagar fogos nos edifícios altos com altura de cento e cinquenta ou cento e sessenta metros, nomeadamente os com hotéis.

Antes de terminar a minha intervenção, apresento o meu apoio à ideia do Sr. Secretário, registada nas LAG, sobre a necessidade de não ficarmos contentes com a situação actual, e estarmos preparados, tomando medidas preventivas. É de reconhecimento comum a importância da segurança pública para o desenvolvimento de uma cidade. Antes da transferência da soberania de Macau, por causa dos problemas da segurança pública, houve grande descida de preços dos prédios (vendiam-se apartamentos a preços de duzentos e tal dólares de Hong Kong por metro quadrado, ao passo que o custo de construção era de centenas de dólares de Hong Kong por metro quadrado; os parques de estacionamento custavam milhares ou vinte mil dólares de Hong Kong). Sendo assim, devemos prestar uma maior atenção aos trabalhos da área da Segurança, os quais se tornaram cada vez mais pesados por causa do crescimento da população e da evolução da sociedade.

Obrigado pela atenção do Sr. Secretário e das demais autoridades presentes.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang, por favor.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Primeiro queria aproveitar esta oportunidade para transmitir algumas reclamações dos cidadãos sobre a técnica utilizada pelas polícias na regulamentação do trânsito. Ultimamente tem havido muitas obras nas estradas. Por causa disso, o CPSP tem mandado agentes aos cruzamentos para regulamentar o trânsito à hora de ponta, nomeadamente ao cruzamento formado entre a Avenida de Horta e Costa e a Rua de Francisco Xavier Pereira. Não sei conduzir, mas segundo contaram muitos condutores, os gestos dos polícias de trânsito não estão de acordo com a norma definida, de modo que os condutores não sabem se devem parar ou seguir em frente.

Queria também chamar a atenção para a necessidade de manter os equipamentos em forma, assim como de formar agentes que saibam muito bem utilizar os equipamentos. Aconteceu há vários anos que as viaturas de Bombeiros chegaram ao local de incêndio mas não conseguiram funcionar como devia ser. Assim, por mais viaturas de Bombeiros que possua o Corpo de Bombeiros e por mais extensas que sejam as escadas de aço, não se podem extinguir incêndios. Ainda precisamos de ter cuidado com a manutenção do equilíbrio das viaturas de Bombeiros com uma escada de sessenta e oito metros, de modo a prevenir a ocorrência de acidentes.

A repatriação dos indivíduos de permanência ilegal é um assunto problemático de difícil solução. Os continentais que permaneçam ilegalmente em Macau são enviados para o Interior da China logo que sejam apanhados. Os de Hong Kong são diferentes. Eles muitas vezes precisam de ficar em Macau para apoiar a averiguação dos casos criminosos. A repatriação dos indivíduos de outros países depende da nova emissão do seu documento de viagem e da existência de voo para o país a que pertencem. Talvez o Sr. Secretário nos possa fornecer mais informações e dados sobre o

processo de repatriação, de modo que compreendamos melhor a situação e façamos algo para apoiar os respectivos trabalhos. Acho que há necessidade de explicar melhor o que é a “declaração”, apresentada pelos indivíduos de permanência ilegal, e se os indivíduos que possuam esta “declaração” podem arranjar emprego em Macau.

Outro assunto que não posso deixar de mencionar é o combate a trabalhadores ilegais, tarefa essa, que se realiza em Macau desde há muitos anos. No entanto, o referido problema existe sempre. Actualmente, há um fenómeno muito engraçado que se pode verificar nos grandes estaleiros. Às seis ou sete horas da manhã, algumas tábuas de madeira, as quais cercam os estaleiros, podem ser movidas de modo a aparecer uma entrada por onde entram vinte e tal ou trinta trabalhadores (que espero que não sejam trabalhadores ilegais). De qualquer maneira, trata-se de acções que causam suspeitas.

Nos últimos anos, gostaram-se muitos recursos públicos no combate a trabalhadores ilegais. Surgiu agora o problema de não se conseguir acusar, com sucesso, as entidades patronais que empreguem trabalhadores ilegais. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar as experiências obtidas no desenvolvimento das respectivas acções durante vários anos, assim como as dificuldades existentes, de modo a criar um mecanismo mais eficaz para a solução do problema em referência. E o Sr. Secretário não precisará de estar aqui, todos os anos, a ser responsabilizado publicamente pelos deputados.

Sugiro a criação do grupo específico para o combate a trabalhadores ilegais, medida essa que já foi adoptada no tempo anterior para o combate à criminalidade. Caso haja falta de instrumentos jurídicos, devemos criar instrumentos legais necessários para a criminalização do acto de emprego de trabalhadores ilegais. Enfim, temos de arranjar estratégias para a solução do problema. Senão, os agentes responsáveis pelo respectivo trabalho ficarão desmotivados, uma vez que não podem conquistar êxito no trabalho.

Ultimamente tem-se falado muito do ânimo dos funcionários públicos, designadamente dos polícias. Depois do ajustamento das carreiras no ano passado, nas carreiras de base foi criada mais uma categoria, o que é bom para os agentes dos FSM, os quais passam a ter mais oportunidades de promoção. No entanto, existem bastantes insatisfações em relação ao curso que permite a ascensão ao cargo de subcomissário. Os agentes que saíram da escola há muitos anos e que trabalharam durante muitos anos na linha da frente até serem promovidos a lugar de chefe, precisam agora de concorrer com os cidadãos que não pertenciam às Forças e Serviços de Segurança, assim como com os agentes que têm habilitações literárias do ensino superior. Não sei se o Sr. Secretário percebe as dificuldades que os primeiros agentes têm na frequência do curso. É inevitável que os formados do referido curso têm características diferenciadas. Os oficiais de origens diferentes terão pontos de vista diferentes, sendo os antigos agentes mais tolerantes do que os novos agentes. Eles também vão realizar os trabalhos de gestão segundo a sua maneira, e às vezes podem surgir contradições entre superiores e inferiores, apesar de que nas FSM seja muito importante a relação de hierarquia.

Queria apresentar aqui uma pequena sugestão para a referência do Sr. Secretário. Lembro-me de que em 2008 foi criado o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho. É pena que só os funcionários públicos no activo tenham possibilidade de acesso ao

conteúdo deste Plano. Todos os anos são atribuídos prémios aos planos bem elaborados. Sei que na área da Segurança há muitos problemas de difícil solução, tais como a prevenção e combate de crimes ligados a drogas, de furto doméstico e de furto na rua. É positivo encorajar os agentes de linha da frente a elaborar planos originais a partir da sua perspectiva. Por um lado, podem-se recolher ideias diferentes para a solução do problema; por outro lado, pode-se incutir o ânimo dos agentes, especialmente os premiados. Espero que o Sr. Secretário possa dar importância à opinião dos agentes de linha da frente, de modo a obter melhores efeitos no trabalho.

A instalação das câmaras de CCTV é outro assunto de que se fala há vários anos. Foram registadas, na sociedade de Macau, opiniões que não apoiam a instalação do respectivo sistema. Penso que é preciso realizar campanhas de sensibilização junto da população de Macau, de modo que os residentes percebam que as câmaras não vão filmar o seu quarto. Na minha opinião, para a purificação das zonas comunitárias, não é suficiente mandar mais agentes patrulhar. O Sistema de CCTV pode produzir efeitos bastante positivos neste aspecto. Há dez anos fui a Cantão. Naquela altura a estação de comboio de Cantão estava muito confusa, e a manutenção da segurança pública dependia, em grande medida, das vinte e seis câmaras do Sistema de CCTV. Na ocorrência de crimes, os polícias podiam chegar ao lugar dentro de três minutos. Passados dez anos, não sei até que grau é que os respectivos equipamentos são modernizados, visto que há dez anos, a técnica já era bastante avançada.

Espero que o Sr. Secretário possa apresentar sugestões referentes à necessidade de criação de novos diplomas e instrumentos legais, de modo a garantir a eficácia no combate à criminalidade e a trabalhadores ilegais. Como por exemplo, no Código Penal da RAEM não há referências sobre o crime de prostituição, existindo apenas o crime de lenocínio. No caso da RAEHK há agentes secretos disfarçados de delinquentes, infiltrados nas seitas e testemunhas contaminadas, os quais não estão previstos no sistema jurídico da RAEM, muito embora haja algumas adaptações para a consideração dos referidos elementos.

Por fim, queria prestar atenção ao efeito conseguido através da aplicação, aos criminosos jovens, da pena de advertência, a qual foi introduzida no Código Penal da RAEM observando as experiências de Hong Kong. Como se trata de uma novidade na punição dos delinquentes jovens, queríamos saber se na realidade, a referida medida pode ajudar os jovens desviados a seguir novamente o caminho certo. Na sociedade de Macau, há opiniões diferentes sobre esta medida. Portanto, queria pedir ao Sr. Secretário que apresente alguns casos de sucesso (se os houver) da aplicação da medida de advertência. Apesar de ser curto o tempo em que se aplica esta medida, queríamos saber as experiências que se obtiveram.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng, por favor.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Com o esforço dos agentes das FSM nos últimos anos, a segurança pública de Macau melhorou bastante, tendo diminuído os

crimes graves e violentos, tais como a queima de veículos, roubo e rapto. Contudo, em substituição, apareceram novas modalidades de criminalidade por causa do desenvolvimento económico e tecnológico. Portanto, a Polícia da RAEM precisa de atribuir uma parte da atenção para tratar destes novos crimes, assim como ponderar a necessidade de optimização dos serviços internos.

Nas Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança há referências bastante pormenorizadas sobre o combate à criminalidade ligada ao jogo, ao branqueamento de capitais e ao narcotráfico. Trata-se de políticas muito importantes para a sociedade económica de Macau, e que merecem o nosso elogio. No entanto, é relativamente pequena a atenção atribuída a outros crimes menos graves, mas que afectam muito negativamente a estabilidade social e a ordem económica da RAEM, tais como crimes de fraude que envolvem cartões de crédito, crimes de difamação e injúria através de um fórum na internet, e transacções sexuais organizadas através da rede, para cuja prevenção e cujo combate não estão definidas, nas LAG, medidas concretas.

Queria, portanto, pedir ao Sr. Secretário para fornecer estas informações, uma vez que os referidos pequenos crimes nomeadamente os crimes informáticos perturbam gravemente a ordem de vida a que estamos habituados. É de saber que em muitos países estrangeiros são tomadas medidas para fazer frente à sua incursão.

O combate à criminalidade informática deve ser realizada com organização, senão, o Governo pode ser acusado de violar a liberdade de expressão, de que já tivemos experiência. Acho que é preciso estabelecer normas, de modo a alertar os utilizadores da internet para determinadas proibições, garantindo a aceitabilidade das acções de intervenção realizadas por parte do Governo.

Deve-se criar mecanismo de denúncia da criminalidade informática que permita a participação através da internet, de modo que os cidadãos possam participar os respectivos crimes de modo rápido e seguro. Este mecanismo deve permitir igualmente o acompanhamento dos casos denunciados.

Também queria apresentar algumas opiniões que vêm das minhas experiências da prática profissional como advogado. Os tribunais costumam pedir o apoio da Polícia para a realização do processo de execução, tais como processo de execução de desocupação do terreno. Não sei se é suficiente a formação dos agentes que são responsáveis pela concretização da referida tarefa, de modo que eles tenham conhecimentos jurídicos suficientes para poder proceder correctamente. É de saber que muitas vezes nem os advogados têm conhecimentos de todas as normas que precisam de ser seguidas. Sendo assim, são grandes os desafios enfrentados pelos agentes que cumprem a respectiva faina. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar o que as FSM costumam fazer para a gestão do referido trabalho. Se neste momento não houver mecanismo de formação dos respectivos agentes, queria saber se há plano para a sua implementação no futuro, de modo que os agentes possam realizar os trabalhos de execução segundo a lei.

Sendo um docente, queria manifestar igualmente a minha preocupação com a distribuição ao público de folhetos de divulgação de carácter pornográfico, problema esse que foi abordado por alguns colegas. Apelo para a atenção e acção da Polícia, por forma a garantir o crescimento saudável da nova geração. Estas são as minhas opiniões e sugestões.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng, por favor.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Em seguida vou expor, de modo conciso, os meus pontos de vista referentes a duas questões, a dos trabalhadores ilegais e a das actividades contrabandistas dos alimentos frescos transportando-os de Zhuhai para Macau, questões essas que foram abordadas há pouco pelo Sr. Deputado Lam Heong Sang e pelo Sr. Deputado Kou Hoi In, respectivamente.

Na discussão realizada na semana passada sobre as LAG na área da Economia e Finanças, chegou-se ao consenso no que diz respeito à importação de trabalhadores não residentes e à satisfação das necessidades dos recursos humanos, reconhecendo que se deve punir rigorosamente as entidades patronais que empreguem trabalhadores ilegais, de modo a proteger os direitos e interesses da maioria da população.

Tal como afirmaram o Sr. Deputado Lam Heong Sang, a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang e outros Srs. Deputados, o problema de trabalhadores ilegais põe em causa os direitos e interesses dos trabalhadores residentes. Sendo assim, queria pedir ao Sr. Secretário para ponderar a questão com cuidado, adoptando estratégias eficazes, cooperando com o Secretário para a Economia e Finanças, elaborando nomeadamente leis necessárias para preencher as lacunas existentes na legislação, e criando grupos específicos para castigar rigorosamente as entidades patronais que empreguem os trabalhadores ilegais.

Acredito que querer é poder. Foi com a vontade e o esforço de todos, inclusivamente através da criação do grupo específico, que arranjámos solução para o combate de pensões ilegais, que perturbaram os residentes durante muito tempo, e que são de difícil definição. Da mesma maneira, também podemos elaborar diploma legal em que se faça a definição de trabalhadores ilegais e entidades patronais que empreguem os trabalhadores ilegais. Sem diploma legal com definição clara de trabalhadores ilegais, continuarão a surgir mais casos em que sejam gastos grandes recursos públicos sem conseguir punir os transgressores da Lei. Lembrem-se das acções realizadas a um estaleiro em Coloane, em que foram detidos sessenta e tal trabalhadores ilegais, entre os quais, só dois podiam ser acusados com sucesso, tendo sido outros casos arquivados pelos respectivos órgãos governamentais, por não se conseguir provar a relação existentes entre os trabalhadores ilegais e as entidades patronais. Estes exemplos, que prejudicam a imagem dos órgãos judiciais da RAEM, vão reforçar a coragem dos transgressores que continuarão a empregar cada vez mais trabalhadores ilegais. É de saber que os diplomas legais existentes que dizem respeito ao Combate a trabalhadores ilegais são o Regulamento Administrativo n.º 14/2004, a Lei n.º 6/2004, a Lei da imigração e permanência ilegal, a Lei n.º 21/2009, intitulada “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, e o Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal, em cujos artigos n.ºs 2 e 3 há definição do trabalhador ilegal. Mesmo assim, é muito difícil provar a relação existente entre os trabalhadores ilegais e a entidade empregadora. Como consequência disso, há pouca possibilidade de acusar os respectivos empregadores, o que se vê no exemplo acima referido.

Perante esta situação, volto a pedir ao Sr. Secretário para proceder, juntamente com o Sr. Secretário para a Economia e Finanças, à revisão e modificação dos respectivos diplomas legais, elaborando normas jurídicas necessárias para o combate a trabalhadores ilegais, e criando um grupo específico para a execução rigorosa da Lei, de modo a garantir o desenvolvimento saudável do mercado de mão-de-obra de Macau, e promovendo relações harmoniosas entre os trabalhadores e as entidades patronais, para além de proteger os direitos e interesses dos trabalhadores locais, os quais têm direito a oportunidades de trabalho.

Queria também prestar atenção às actividades contrabandistas dos alimentos frescos os quais são transportados de Zhuhai para Macau, problema esse que foi mencionado há pouco pelo Sr. Deputado Kou Hoi In. Na realidade, o agravamento das referidas actividades ilícitas preocupa a população de Macau, cuja saúde está a ser ameaçada nomeadamente pela carne de porco fresca que se transporta para Macau misturada no meio de carnes congeladas ou de carnes exportadas por via legítima, e que se vende ou consome no Território sem ser examinada pelo respectivo órgão. Para além desta via, existem ainda outras vias para o transporte ilegal da referida mercadoria para Macau, uma das quais foi referida pelo Sr. Deputado Kou Hoi In, sendo a outra via o transporte da carne fresca, através dos diferentes postos fronteiriços para os edifícios industriais de Macau, pelos carros ou camiões que possuem matrícula que permite a sua circulação na RAEM e no Interior da China. Como se sabe, as doenças causadas pela infecção por *Streptococcus suis* são sempre fatais. Sendo assim, é perigoso, para os cidadãos e para os empregados dos estabelecimentos de comidas, o consumo e o tratamento da carne de porco fresca não examinada.

Perante esta situação, apelo para o reforço das acções policiais de combate às mencionadas actividades contrabandistas, nomeadamente através das fiscalizações feitas com o apoio de cães polícia, e da cooperação entre o Departamento de Informações e os Serviços de Alfândega, assim como entre as repartições de inspecção fronteiriça de Zhuhai e de Macau, de modo a reprimir as actividades de contrabando que implicam o transporte ilegal de alimentos frescos para Macau.

Segundo sabemos, parte dos grandes hotéis locais compra carne fresca de porco por preço mais barato do que o preço de venda por grosso, sendo a única explicação para este fenómeno o seguinte: o que estes hotéis recebem é carne congelada ou carne fresca que entra no Território por via ilegal. Embora não tenha a certeza, penso que provavelmente os responsáveis destes hotéis têm conhecimento da verdade.

Espero que os Serviços de Alfândega possam cooperar com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e com o Comissariado contra a Corrupção, organizando acções de sensibilização junto dos grandes hotéis e restaurantes, divulgando mensagens sobre a segurança alimentar e sobre o conteúdo da Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, de modo a prevenir e combater as actividades contrabandistas que envolvem a importação ilegal designadamente de carne de porco fresca, garantindo a segurança alimentar e protegendo a saúde dos residentes e turistas.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Vong Hin Fai, por favor.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

No que diz respeito às Linhas de Acção Governativa na área da Segurança, queria abordar sobretudo a questão da reinserção dos prisioneiros na sociedade, assim como a questão da prevenção da delinquência juvenil, questões essas que têm atraído a atenção das várias camadas da sociedade de Macau. Exporei alguns pontos de vista pessoais referentes a estes dois assuntos, pedindo ao Sr. Secretário que forneça as respectivas informações.

Na página n.º 162 das Linhas de Acção Governativa, nos pontos 7.10, 7.11 e 7.12 do texto para a área da Segurança, há referências sobre as políticas adoptadas para apoiar a reintegração dos prisioneiros na sociedade. Segundo o que está previsto no ponto 7.10, o Estabelecimento Prisional continuará a organizar cursos recorrentes de ensino primário e secundário (até ao nono ano) conjuntamente com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Para além dos cursos de educação formal, ainda vão ser organizados cursos livres de curta duração, *workshops*, e palestras destinadas à criação de concepção de vida correcta, bem como à abertura de horizontes aos prisioneiros, de modo a facilitar a sua reinserção na sociedade.

No ponto 7.11 do mesmo texto, mencionam-se projectos sobre a organização de cursos técnicos profissionais para os prisioneiros adquirirem habilitações próprias, de modo a facilitar a sua entrada no mercado de trabalho depois da recuperação da liberdade. Segundo os dados publicados pelo Estabelecimento Prisional no ano passado, bastantes prisioneiros assistiram aos cursos recorrentes de ensino primário e secundário (até ao nono ano).

Para além da participação nos referidos dois cursos, há ainda vinte ou trinta prisioneiros que estão a frequentar cursos de educação a distância, seis dos quais estão a frequentar cursos universitários. Há ainda cursos técnicos profissionais realizados dentro das instalações do EP. Segundo informações que obtive, o Sindicato dos Profissionais de Diferentes Sectores da Cidade de Londres da Inglaterra, já uma vez encarregou o EP de preparar o centro de avaliação da qualidade profissional do ramo de beleza e de manufatura de vestuário.

A atenção atribuída à criação de condições para a reinserção social dos prisioneiros tem a ver com o regime de liberdade condicional, ao qual os colegas prestaram atenção nas reuniões realizadas em Março deste ano, sobre as Linhas de Acção Governativa para o ano Financeiro de 2010, na área da Segurança.

Tendo arrefecido o fervor das discussões que tiveram lugar na Assembleia Legislativa sobre a necessidade da revisão do regime de liberdade condicional, continuo a prestar atenção ao mesmo assunto. Independentemente da forma da evolução dos trabalhos de revisão deste regime, o facto é que durante os dez anos após a transferência da soberania de Macau, foi realizada, pelo Estabelecimento Prisional, grande quantidade de trabalhos que visavam a facilitação da reintegração social dos prisioneiros.

A realização destes trabalhos traduz a política adoptada pelo Governo da RAEM no que diz respeito ao regime prisional. Com efeito, em vez de seguir a “Teoria de Retribuição”, o Governo da

RAEM tem aderido à “Teoria de Propósito”, que é seguida por muitos países civilizados do mundo, e que permite aos prisioneiros remediar os erros cometidos, prestando serviços à sociedade. Com vista a atingir este objectivo, no período do cumprimento da pena pelos prisioneiros, deve-se-lhe fornecer serviços de formação e educação, de modo que possam reconhecer os seus erros e começar uma nova vida, reintegrando-se na sociedade. Esta também pode ser entendida como uma medida que visa a protecção da sociedade diminuindo o número de criminosos potenciais.

Na revisão e modificação do Código Penal, realizadas em 1995, fez-se uma reforma ao regime de liberdade condicional, substituindo a condição de cumprimento de metade da pena pela condição de cumprimento de dois terços da pena para a atribuição de liberdade condicional. Depois de o Estabelecimento Prisional ter realizado grande quantidade de trabalho durante muitos anos, queria ouvir a explicação dada pelo Sr. Secretário ou pelas autoridades do Estabelecimento Prisional, sobre a evolução dos trabalhos referentes à revisão do regime de liberdade condicional, abordada pelos deputados da AL no mês de Março do ano corrente. Se não estiver enganado, nessa altura o Governo forneceu a informação de que o Conselho de Reinserção Social realizou, em 2009, reuniões para o estudo da necessidade da revisão do mencionado regime, tendo-se chegado à conclusão de que era altura adequada para a discussão do referido regime.

Quando menciono a opinião do Conselho de Reinserção Social em relação à revisão do regime de liberdade condicional, sei que este Conselho, em vez de ser dirigido pelo Estabelecimento Prisional, é um órgão pertencente à área da Administração e Justiça, e concretamente à Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça.

É de saber que nas Linhas de Acção Governativa, na área da Administração e Justiça, estão definidas políticas para o desenvolvimento das acções de reinserção social. Segundo o que está previsto no respectivo texto, ir-se-á criar, no próximo ano, um “grupo de apoio aos reclusos libertados” que lhes prestará um conjunto de serviços. Queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre os trabalhos transdepartamentais, realizados em conjunto pelo Departamento de Reinserção Social da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, na área da Administração e Justiça, e pelos respectivos órgãos do Estabelecimento Prisional, na área da Segurança. Queria saber se foi feita avaliação aos trabalhos destinados à facilitação do processo da reintegração social dos prisioneiros, realizados pelo Estabelecimento Prisional durante todos estes anos, assim como se foram realizados trabalhos estatísticos sobre a percentagem que os indivíduos que obtiveram liberdade condicional ocupam em relação à totalidade dos reclusos libertados.

Se o Governo definiu a política para apoiar os reclusos libertados, devem-se realizar trabalhos transdepartamentais para ajudar a sua reintegração na sociedade, de modo que possam fazer contribuições para o bem da sociedade. Queria pedir ao Governo, ao Sr. Secretário, ao Sr. Director do Estabelecimento Prisional e às outras autoridades para fornecerem as respectivas informações. Também queria perguntar se a revisão do regime de liberdade condicional já está colocada na ordem do dia do Governo da RAEM. Não sei se os senhores ainda se lembram de que em Março deste ano, na altura da discussão das Linhas de Acção Governativa, os cidadãos de Macau prestaram muita atenção à questão da revisão do mesmo regime. Ainda que nos últimos meses não se ouçam muitas vezes que apelem para a revisão, peço ao Sr. Secretário que mencione a evolução deste assunto.

Na página n.º 136 das Linhas de Acção Governativa na área da Segurança, no ponto 1.12, há referências sobre a prevenção da delinquência juvenil. Em Macau há diploma legal próprio para a prevenção deste tipo de criminalidade e para a protecção dos jovens, que é precisamente o «Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores», aprovado em 2006. Na minha opinião, há ainda espaço para o melhoramento do respectivo trabalho. Como por exemplo, podemos aprender com a experiência de Hong Kong, criando uma organização como “*Junior Police Call*”. Sendo uma associação registada sem fins lucrativos com sede na Secção de Relações Públicas da Força de Polícia de Hong Kong, o JPC fundou-se em 1974. Nos trinta e cinco anos passados, um milhão e tal de jovens de Hong Kong aderiram a esta associação, de modo que esta se assume hoje como uma das maiores associações juvenis de Hong Kong.

Ao “*Junior Police Call*” de Hong Kong são atribuídas várias competências, uma das quais é a organização (que muito aprecio), aos seus membros, de quatro tipos de cursos: curso de conhecimento sobre serviços policiais, curso de aptidão de direcção, curso de técnica de gestão e curso de desenvolvimento pessoal. No primeiro tipo de curso, transmitem-se conhecimentos sobre a organização e competência das forças de segurança, as obrigações cívicas, o poder de captura, factos criminosos, as políticas sobre o trânsito, a segurança rodoviária, problemas referentes a drogas e violência, crimes ligados aos assuntos pornográficos, ao jogo e a drogas e praticados pelos jovens, sociedades secretas, criminalidade informática, segurança pessoal e auto-protecção. Limitado pelo espaço e tempo, não vou apresentar aqui outros tipos de cursos.

Na RAEM também existem associações juvenis que se dedicam a trabalhos semelhantes, tais como a Associação das Águias Voadoras de Macau, a Associação de Escoteiros de Macau e a Polícia Juvenil de Macau, tendo sido a última criada em 1997 pela Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau com o objectivo de formar líderes jovens, tendo atraído a adesão de cerca de mil indivíduos, os quais participaram nas actividades culturais e recreativas, assim como nas visitas, palestras, cursos de formação e intercâmbios por si organizados. É de saber que todas estas associações são associações privadas com o apoio financeiro do Governo.

Queria saber se as associações acima referidas têm ligações e desenvolvem projectos de cooperação com os órgãos governamentais da área da Segurança, de modo a promover a protecção dos jovens e a prevenir a delinquência juvenil. Queria igualmente perguntar ao Sr. Secretário se o Governo tem pensado em criar um órgão semelhante ao “*Junior Police Call*” de Hong Kong, e se a RAEM dispõe de recursos humanos e financeiros suficientes para o desenvolvimento deste tipo de projecto. Estas são as minhas opiniões e sugestões.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Pronunciaram-se, mais seis deputados, tendo o Sr. Deputado Kou Hoi In feito a intervenção antes do intervalo. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar primeiro a respectiva resposta, uma vez que os seis deputados já apresentaram bastantes perguntas. Os restantes dois, perdão, três deputados expõem a sua opinião depois da resposta do Sr. Secretário.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de responder às perguntas dos seis Srs. Deputados, queria fornecer mais informações sobre a questão abordada pela Sra. Deputada Leong On Kei, dos crimes ocorridos no Interior da China que envolvem vítimas jovens provenientes de Macau. É de saber que as Forças de Segurança de Macau costumam prestar muita atenção aos crimes de burla ou de roubo cujo alvo seja os jovens de Macau que vão passear ou divertir-se à China Continental. Com vista a combater este tipo de criminalidade, foi criado um mecanismo de comunicação entre a Polícia Judiciária e as repartições de segurança pública do Interior da China, que funciona durante vinte e quatro horas, e através do qual se podem desencadear acções em conjunto para a investigação dos casos. Estamos a planear o alargamento do âmbito da cobertura do referido mecanismo de cooperação, de modo a combater os respectivos crimes atempadamente e com força. Por outro lado, ainda reforçaremos a cooperação com as associações privadas, no sentido de desenvolver campanhas de sensibilização destinadas à divulgação de mensagens que permitam aos residentes locais, e sobretudo os jovens, saber o que devem fazer no caso de serem vítimas dos crimes ocorridos na China Continental. Apelamos à participação imediata do caso junto do posto policial, o qual o comunicará às FSM para as acções conjuntas, se entender que há esta necessidade. Segundo as informações obtidas, temos razão para acreditar que parte dos suspeitos dos referidos crimes são jovens de Macau, os quais colaboram com os malfeitores do Interior da China na prática de crimes que tenham como alvo os jovens da RAEM, os quais não conhecem bem o ambiente do Interior da China, nem sabem as vias seguidas para pedir auxílio. As FSM realizam acções de divulgação, de modo que os jovens de Macau saibam as consequências graves de cometer crimes no Interior da China. Sabemos que no sistema jurídico da RAEM não há pena de morte. No entanto, na China Continental, um indivíduo pode ser condenado à pena de morte por ter roubado. De acordo com a lei territorial, os residentes da RAEM que tenham praticado crimes no Interior da China estarão sujeitos às penas atribuídas segundo o sistema jurídico da China Continental. Sendo assim, apelamos para os jovens de Macau terem cuidado com as consequências, e não serem aproveitados pelos delinquentes continentais.

Agradeço as informações fornecidas pelo Sr. Deputado Kou Hoi In, sobre as actividades contrabandistas de carnes, aves, legumes e fruta frescos. Os Serviços de Alfândega vão fazer os respectivos acompanhamentos. Na realidade, o referido órgão na área da Segurança tem já conhecimento destas actividades contrabandistas organizadas que visam a importação ilegal de carnes frescas em Macau, e tem realizado acções para a recolha de informações e para o combate efectivo das respectivas actividades, em cooperação com as repartições da China Continental. Os referidos esforços têm produzido alguns efeitos positivos e podem-se verificar o desaparecimento dos pontos de recolha, situados perto das Portas do Cerco, dos alimentos frescos que entram em Macau por via ilegal, e a diminuição das actividades de recolha dos mesmos alimentos à escadaria dos edifícios baixos. Os Serviços de Alfândega suspeitam que estas actividades de recolha passaram a efectuar-se dentro das residências dos habitantes, de onde as mercadorias são transportadas para o destino em pequena quantidade, de mota, de forma a reduzir os riscos de serem detectadas pela Polícia. Estas novas estratégias dos contrabandistas têm criado sérias dificuldades aos trabalhos desenvolvidos pelos Serviços de Alfândega.

No que diz respeito à cooperação entre os Serviços de Alfândega da RAEM e os Serviços de Alfândega de Gongbei, no Interior da China, para além do mecanismo que visa a organização de acções regulares destinadas à prevenção e combate à fonte das actividades

contrabandistas organizadas de carnes frescas, são trocadas informações secretas e realizadas actividades de intercâmbio trans-fronteiriças quando for necessário. Segundo as informações obtidas pelos Serviços de Alfândega de Macau, há cerca de cinco mil pessoas dedicadas aos trabalhos de transporte ilegal das referidas mercadorias, levando-as de Zhuhai para Macau, mil e quinhentas das quais trabalham activamente. No período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente, foram detectados quinhentos e oitenta e dois casos de contrabando de carnes frescas, que envolveram trezentos e quarenta e oito residentes da RAEM, cento e cinquenta e três residentes continentais, e dezoito indivíduos de outras nacionalidades.

Para além disso, os Serviços de Alfândega também apoiam outros órgãos governamentais na inspecção à fonte dos alimentos frescos, vendidos nas lojas de venda a retalho, assim como à fonte das carnes, aves, legumes e fruta, utilizados para a preparação das comidas nos respectivos estabelecimentos, de modo a garantir a segurança alimentar e a saúde dos residentes da RAEM. Chamamos a atenção para as dificuldades existentes na realização dos trabalhos de inspecção nos postos fronteiriços que proporcionam serviços à grande quantidade de passageiros. Tomando como exemplo o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, há diariamente cento e tal ou duzentas mil pessoas em média e oito mil e tal veículos motorizados que passam as fronteiras através deste posto fronteiriço, o que torna difícil a satisfação simultânea de dois objectivos que em princípio são contraditórios: a passagem rápida das fronteiras pelos passageiros e a realização cuidadoso dos trabalhos de fiscalização. Ainda assim, os Serviços de Alfândega vão procurar fazer o melhor possível para combater as actividades contrabandistas.

A meu ver, a diminuição da quantidade da carne de porco fresca importada em Macau por via legítima, tem também a ver com a mudança do hábito alimentar dos residentes locais, nomeadamente com o aumento do consumo de carnes refrigeradas e congeladas. Deu-se esta mudança porque existe uma certa diferença entre os preços destas carnes e os das carnes frescas, ao passo que o sabor entre a carne fresca e a carne refrigerada é semelhante.

O Sr. Deputado Ung Choi Kun prestou atenção ao alargamento do quadro dos órgãos na área da segurança. Queria explicar que existem muitas repartições na nossa área, que realizam actividades diferentes, têm necessidades específicas e precisam de profissionais pertencentes a áreas diferentes. É de saber que antes da transferência da soberania de Macau a Polícia Judiciária e o Estabelecimento Prisional de Macau pertenciam até a secretarias diferentes, daí podermos perceber como são diferentes a natureza destes órgãos.

A Polícia Judiciária precisa de recrutar mais quinhentos e três agentes. O preenchimento destas vagas vai ser concluído em cinco anos. A reestrutura e o alargamento do quadro do Estabelecimento Prisional de Macau foram realizados há dois anos, indo sendo concretizados os trabalhos de recrutamento e promoção dos respectivos agentes. Projectos semelhantes foram desenvolvidos, também há dois anos, no Corpo de Polícia de Segurança Pública e no Corpo de Bombeiros. Espero que os Srs. Deputados possam considerar as necessidades concretas de cada uma destas unidades, tentando saber por que é que eles têm necessidade de elaboração de planos a médio e a longo prazo para o recrutamento de mais agentes. Se focalizarem a atenção simplesmente no crescimento do número total do pessoal da área de Segurança, podem negligenciar as necessidades específicas de cada uma das suas unidades.

Como já dei respostas às perguntas sobre a questão do trânsito, se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Sio Peng, para responder às perguntas relacionadas com a aplicação de multas aos transgressores da Lei do Trânsito Rodoviário, assim como às perguntas referentes à distribuição de folhetos com conteúdos pornográficos.

Em relação à delinquência juvenil e crimes relacionados com drogas, acho que são muito importantes a atenção e o apoio dos familiares, dos colegas e dos professores, sem os quais os jovens têm dificuldades em resolver, sozinhos, problemas com que se deparam durante o processo de crescimento. Conheço uma escola perto do Gabinete do Chefe do Executivo, cujo nome não vou revelar aqui. Depois das aulas e mesmo aos fins-de-semana, os seus estudantes podem voltar à escola estudar, brincar, ou praticar desporto. Há também na escola auxiliares sociais que dão atenção aos estudantes, ajudando-os a resolver problemas de naturezas diferentes. Espero que estes serviços possam ser generalizados e prestados também em outras escolas do Território, o que seria muito bom para o crescimento saudável dos jovens.

O Sr. Deputado Ung Choi Kun mencionou a necessidade da cooperação com as companhias de administração predial, com os guardas destas companhias, e com as Associações de Condomínios dos prédios, de modo a dar mais atenção à segurança pública nas zonas urbanas antigas. Queria informar de que ultimamente têm surgido muitos problemas ligados ao poder administrativo das Associações de Condomínios dos prédios, nos quais o Corpo de Polícia de Segurança Pública não tem competência para intervir, a não ser que se registem situações de ofensas corporais, injúria ou difamação.

Penso que os problemas ligados às Associações de Condomínios dos prédios só podem ser resolvidos analisando os respectivos conteúdos do Direito público e do direito privado, razão pela qual já pedi auxílio às autoridades da respectiva área.

O mesmo deputado prestou igualmente atenção ao Regulamento de Segurança contra Incêndios, que é um diploma legal importante para a prevenção e combate a incêndios. Muito embora o Corpo de Bombeiros disponha de muitos equipamentos para a extinção do fogo, é fundamental o sistema de combate ao fogo do próprio edifício, tais como o piso de isolamento de fogo, o depósito de água de reserva no terraço e os aspersores, os quais precisam de satisfazer os requisitos definidos no diploma legal mencionado.

Na cidade vizinha ocorreram grandes incêndios por causa do efeito de chaminé, o que nos mostrou que é importante o desenho do próprio edifício no que diz respeito ao sistema de combate ao fogo. Com efeito, em qualquer parte do mundo, o comprimento das escadas das viaturas contra incêndios tem sempre limitação.

Relativamente à aquisição de helicóptero para a extinção de incêndios, sugerida pelo Sr. Deputado Ung Choi Kun, darei a seguinte resposta: devido ao facto de Macau ser uma mini-cidade e serem poucos os incêndios ocorridos nos edifícios altos, são demasiado grandes as despesas para a compra e a manutenção de um helicóptero e a contratação de um piloto.

Sendo assim, talvez seja mais conveniente pedir auxílio à cidade vizinha quando se verificar a mesma necessidade. O facto é que já está estabelecido o respectivo mecanismo, segundo o qual a Capitania dos Portos pode pedir ao Governo da RAEHK que mande

vir o helicóptero nos casos urgentes.

O Sr. Deputado Lam Heong Sang transmitiu as opiniões dos cidadãos sobre a fraca qualidade dos polícias de trânsito, os quais, segundo mencionou o mesmo deputado, não coordenaram bem o trânsito à hora de ponta, nomeadamente não dando sinais gestuais de acordo com a norma definida. Vamos acompanhar este assunto. Muito obrigado pelas opiniões do Sr. Deputado Lam Heong Sang.

O pessoal do Corpo de Bombeiros treina regularmente para poder manipular muito bem as viaturas modernas destinadas ao combate a incêndios, por um lado e por outro, compramos serviços de manutenção aos vendedores destas viaturas. São estas as formas que utilizamos para garantir o cumprimento das funções pelas respectivas viaturas nos casos de incêndios.

A repatriação dos indivíduos de permanência ilegal é outra questão abordada pelo Sr. Deputado Lam Heong Sang. É de saber que grande parte destes indivíduos são provenientes dos países do sul ou do sudeste da Ásia. Eles entram em Macau com o objectivo de ganhar dinheiro. Assim, quando terminar o prazo de permanência, o seu documento de viagem normalmente “perde-se” e eles não podem voltar para o país de origem. Para a sua repatriação, a Polícia de Macau prevê pedir ao consulado geral dos países a que estes indivíduos pertencem, o qual fica geralmente em Hong Kong, para identificar os seus dados pessoais, examinando inclusivamente a sua fotografia e as suas impressões digitais tiradas e recolhidas no Serviço de Migração do CPSP. Depois de receber o documento de viagem destes indivíduos reemitido pelo consulado geral do seu país, a Polícia de Macau arranja voo para enviar estes indivíduos para o seu país.

Tenho aqui alguns dados referentes aos indivíduos de permanência ilegal que entraram e que saíram do Centro de Detenção do Comissariado Policial n.º 2, Centro de detenção esse que entrou em funcionamento em 9 de Novembro de 2009: Em Janeiro entraram quarenta e cinco pessoas e saíram trinta e duas pessoas; Em Fevereiro entraram trinta e seis pessoas e saíram trinta e quatro pessoas; Em Março entraram trinta e duas pessoas e saíram trinta e sete pessoas; Em Abril entraram catorze pessoas e saíram vinte e duas pessoas; Em Maio entraram vinte e quatro pessoas e saíram dezanove pessoas; Em Junho entraram trinta pessoas e saíram vinte e sete pessoas; Em Julho entraram dezassete pessoas e saíram vinte e quatro pessoas; Em Agosto entraram vinte e quatro pessoas e saíram dezanove pessoas; Em Setembro entraram trinta e cinco pessoas e saíram vinte e seis pessoas. Até aos finais de Setembro, entraram duzentas e cinquenta e sete pessoas na totalidade e saíram duzentas e quarenta pessoas na totalidade.

O Sr. Deputado Lam Heong Sang prestou atenção igualmente à questão dos trabalhadores ilegais. Reitero que estamos conscientes dos grandes prejuízos que estas actividades causam à sociedade de Macau, tendo elaborado, nos últimos anos, estratégias próprias e realizado grande quantidade de acções para o combate aos referidos actos ilícitos. Hoje na primeira página do Jornal *Va Kio* lemos a boa notícia de descida da taxa de desemprego para 2,9%, isto quer dizer que quase toda a população da RAEM tem emprego.

Em seguida vou fornecer informações sobre a realização, inesperada e nos períodos fixos, das acções de combate a trabalhadores ilegais para o conhecimento dos Srs. Deputados. A Polícia planeia operações concretas de fiscalização segundo as informações secretas recolhidas e o que é contado nas denúncias,

nomeadamente sobre a evolução das obras de construção nos diversos estaleiros, a localização das entradas e saídas e as horas de ponta da realização das respectivas actividades de construção civil. Durante as operações de inspecção, as entradas e saídas formais e informais, inclusivamente as secretas, são vigiadas pelos agentes.

É de saber que são realizadas regularmente acções de fiscalização designadamente a estaleiros de construção civil, fábricas, lojas, restaurantes, apartamentos residenciais, *karaoke*, bar, clubes nocturnos e casinos. Após a realização de cada operação, são elaborados relatórios em que se registam as opiniões dos agentes pertencentes a categorias diferentes e que participaram na operação. Para além disso, todas as semanas, o Corpo de Polícia de Segurança Pública realiza reuniões em que se faz o balanço da ordenação do trabalho, incluindo o trabalho de combate a trabalhadores ilegais, de modo a corrigir as falhas existentes.

O nosso trabalho também é apoiado por outros órgãos governamentais, nomeadamente pelo Gabinete para os Recursos Humanos, o qual aceitou a nossa sugestão e introduziu modificação no Regulamento Administrativo n.º 8/2010, intitulado “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, em que se prevê a aplicação de punição aos trabalhadores não residentes que não possam mostrar o seu cartão de Identificação de Trabalhadores Não Residentes nas acções de fiscalização, de modo a poupar os recursos públicos, gastos no tratamento de trabalhadores que não levem consigo documento de identificação.

Com vista a melhor combater as actividades dos trabalhadores ilegais, antes do início das obras de construção em grande escala, conversamos com os respectivos responsáveis, pedindo-lhes a elaboração de medidas para o controlo das entradas nos estaleiros, de modo a impedir a prestação de serviços pelos trabalhadores ilegais. Tenho aqui alguns dados estatísticos sobre os trabalhos de fiscalização realizados. No período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente, foram realizadas setecentas e setenta e nove operações, em que foram fiscalizados dois mil oitocentos e quatro lugares, tendo detido seiscentos e quarenta e quatro trabalhadores ilegais, entre os quais quinhentos e dezanove foram detidos pelo CPSP nos dois mil trezentos e sessenta e dois lugares fiscalizados nas seiscentas e oitenta e uma operações realizadas, cento e dezoito foram detidos nas noventa e oito acções conjuntas desenvolvidas pelo CPSP e pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais a cento e sessenta e nove lugares, sete foram detidos pelos Serviços de Alfândega nas acções de fiscalização a duzentos e setenta e três lugares litorais, isto é, dentro do âmbito da sua competência.

Em seguida vou fornecer informações sobre a distribuição de recursos humanos do Corpo de Polícia de Segurança Pública, cujas competências não são poucas (patrulhar, coordenar o trânsito, prestar serviços nos postos fronteiriços, etc.). Para assegurar o cumprimento das suas funções, foram distribuídos trezentos e tal agentes ao Departamento de Trânsito, cerca de mil agentes ao Serviço de Migração, cerca de novecentos agentes ao Departamento Policial de Macau, cerca de quinhentos agentes ao Departamento Policial das Ilhas, e outros tantos à Unidade Tática de Intervenção da Polícia, à Escola de Polícia e ao Departamento de Informações.

Nos meados do próximo mês vai haver mais agentes que concluirão o curso na Escola de Polícia e que começarão a prestar serviços nos diferentes postos. Portanto, a situação de insuficiência de polícias vai ficar atenuada. Naquela altura, podemos distribuir

mais agentes para trabalhar no Departamento de Informações e nos Comissariados Policiais, com vista a reforçar os trabalhos de combate a trabalhadores ilegais. Realço que o CPSP tem muitas funções a cumprir e temos de fazer a distribuição do pessoal de acordo com o grau de urgência das situações referentes à segurança pública.

Os Srs. Deputados podem ter a certeza de que o combate a trabalhadores ilegais é um dos trabalhos que o Corpo de Polícia de Segurança Pública considera mais importantes. O CPSP vai continuar a combater atentamente, rigorosamente e com seriedade as referidas actividades ilegais segundo a lei.

Para além de organizar operações de fiscalização a diferentes lugares para combater os trabalhadores ilegais, o CPSP ainda reforça as acções de fiscalização aos transeuntes, enviando às respectivas repartições do Interior da China a lista dos residentes continentais que não tenham respeitado, em Macau, as normas jurídicas em matéria de permanência no Território, lista essa que servirá como referência para estas repartições não aceitarem o requerimento, pelos mesmos indivíduos, do salvo-conduto de dupla viagem ou do visto para visitar Macau.

A existência do mecanismo que permite a comunicação, a cooperação, a partilha de informações e a entrega de casos entre as FSM e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, facilita o processo de apresentação de acusação contra os trabalhadores ilegais e os seus empregadores, de modo a tornar mais eficientes os trabalhos de combate a trabalhadores ilegais.

Prometo que vou pedir ao CPSP para elaborar um relatório em que se mencionem as dificuldades existentes no combate a trabalhadores ilegais, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de equipamentos ou de legislação em vigor, o qual vou entregar, na ocasião propícia, às respectivas autoridades para o acompanhamento.

Relativamente ao entusiasmo dos agentes, reitero que damos muita atenção ao ânimo do pessoal, uma vez que sem eles, nenhuma tarefa pode ser levada a cabo.

Muitos deputados prestaram atenção ao curso que permite a ascensão dos agentes das carreiras de base às carreiras superiores. No que respeita a esta questão assumimos uma atitude aberta. Aliás, afirmei há pouco que vamos observar as experiências dos Serviços de Alfândega, cujo regime de promoção é diferente das Forças de Segurança, ou seja, do Corpo de Polícia de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros. Os Serviços de Alfândega organizam um curso, que é diferente do curso da Escola Superior das FSM, para os agentes das carreiras de base, que possuam diploma do ensino superior, e que passem nas avaliações específicas, de modo que os agentes que obtenham notas positivas neste curso possam ser promovidos a cargo de subcomissário.

O Sr. Deputado Lam Heong Sang também mencionou o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho. Agradecemos a sugestão do mesmo deputado e vamos estudar as formas possíveis para os agentes pertencentes a categorias diferentes, inclusivamente os agentes de linha da frente, exprimirem as suas ideias para o melhoramento dos trabalhos referentes nomeadamente ao combate a trabalhadores ilegais, à coordenação do trânsito, aos trabalhos de patrulha e à prestação de serviços nos postos fronteiriços.

Em relação à questão da instalação das câmaras de CCTV, como já dei resposta sobre este assunto há pouco, agora não vou repetir.

Tal como afirmou o Sr. Deputado Lam Heong Sang, na RAEM a prostituição não é considerada um crime, o que tem a sua origem no sistema jurídico de Portugal. Há porém, crime de lenocínio, para o qual prestamos muita atenção.

No que diz respeito à advertência policial, vou pedir ao Sr. Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública Lei Sio Peng para fornecer as respectivas informações.

O Sr. Deputado Tong Io Cheng chamou a atenção para os crimes informáticos, sobre os quais o Sr. Director da Polícia Judiciária Wong Sio Chak vai dar a respectiva resposta.

De facto, no combate à criminalidade informática, precisamos de ter muito cuidado para não contrariar a liberdade de expressão, a qual, porém, não é totalmente ilimitada. Não é permitido, por exemplo, divulgar na rede, mensagens que constituam crimes de difamação ou de injúria. Na detecção da ocorrência destes crimes, a Polícia Judiciária vai deter e acusar o respectivo suspeito, entregando-o ao Ministério Público para o acompanhamento. O Ministério Público, por sua parte, examinará a legitimidade de todo o processo, inclusivamente o processo de investigação e o modo de instrução do processo, procedendo a outras averiguações quando for necessário. Na execução da lei e no cumprimento das suas funções, a Polícia Judiciária observa objectivamente o facto e respeita rigorosamente o disposto nos diplomas legais, tomando como orientação das acções o princípio da legalidade.

Sem dúvida, a liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais de que gozam os residentes da Região Administrativa Especial de Macau. Contudo, se o conteúdo do respectivo discurso infringir as normas da lei penal, o seu autor estará sujeito às sanções definidas.

O Sr. Deputado Tong Io Cheng manifestou preocupações com a qualidade dos polícias em termos de conhecimentos jurídicos, apresentando o exemplo da realização da tarefa de desocupação dos terrenos. Temos agentes próprios para a realização desta tarefa, os quais, tal como outros agentes de linha da frente, precisam de ter conhecimentos jurídicos suficientes no cumprimento das suas funções. Por causa disso, quer no curso destinado ao treino dos novos agentes, quer nos cursos que visam a promoção, há disciplinas que têm como objectivo o reforço da formação jurídica. O Sr. Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública Lei Sio Peng vai fornecer, em seguida, informações mais pormenorizadas sobre este aspecto.

O Sr. Deputado Vong Hin Fai abordou a questão da reinserção social dos prisioneiros e a questão da delinquência juvenil. Sublinho que o Estabelecimento Prisional se esforça, desde há muito tempo, por fornecer melhores condições aos prisioneiros para os ajudar a criar uma nova vida, cumprindo inclusivamente as normas jurídicas sobre a atribuição de liberdade condicional. Quando os prisioneiros que satisfaçam as exigências tiverem cumprido dois terços da pena, os quais correspondem a um período de duração de seis meses no mínimo, o Estabelecimento Prisional vai actuar de acordo com o n.º 1 do artigo n.º 467 do Código de Processo Penal, que tem o seguinte conteúdo: Até dois meses antes da data admissível para a libertação condicional do condenado, os serviços prisionais remetem ao juiz o relatório dos serviços técnicos prisionais sobre a execução da pena e

sobre o comportamento prisional do recluso, e o parecer fundamentado sobre a concessão de liberdade condicional, elaborado pelo director do estabelecimento. Na elaboração do mencionado parecer, são examinados os seguintes aspectos: o comportamento do respectivo prisioneiro durante o período de cumprimento da pena, o registo de infracção das regras estabelecidas pelo Estabelecimento Prisional, o Registo Criminal (sobretudo a parte sobre o cumprimento da pena de prisão e a obtenção da liberdade condicional em tempo anterior), o relatório do auxiliar social responsável pelo acompanhamento do respectivo prisioneiro, em que o agente social exprime a sua opinião referente ao reconhecimento pelo prisioneiro do seu erro, ao apoio familiar atribuído ao prisioneiro durante o período de cumprimento da pena de prisão, à ordenação da vida familiar e profissional depois da sua libertação, ao grau de gravidade do crime cometido e à consequência social causada pelo mesmo crime.

Nos casos excepcionais, é preciso entregar também a perícia sobre a personalidade, elaborada pelo respectivo auxiliar social. O Estabelecimento Prisional requer sempre a liberdade condicional segundo a lei, apresentando relatório cujo conteúdo corresponde à realidade, de modo a ajudar os prisioneiros que satisfaçam as condições a obter a libertação mais cedo, cumprindo a pena de prisão de período mais curto do que o período a que foi condenado.

No respeitante à questão da revisão do regime da atribuição de liberdade condicional, é de saber que o actual regime da atribuição de liberdade condicional é definido pelos artigos n.ºs 56 e 59 do Código Penal e pelos artigos n.ºs 467, 468 e 469 do Código de Processo Penal. Segundo o mesmo regime, quando os prisioneiros que satisfaçam as exigências tiverem cumprido dois terços da pena, os quais correspondem a um período de duração de seis meses, no mínimo, o Estabelecimento Prisional e o Conselho de Reinserção Social vão entregar ao tribunal, segundo o disposto nos respectivos diplomas legais, documentos necessários para o pedido de liberdade condicional, de modo que o juiz decida se autoriza o pedido ou não.

Nos últimos anos têm sido ouvidas na sociedade vozes que apelam para a revisão e modificação do regime da atribuição de liberdade condicional, entre as quais, há reclamações apresentadas pelos prisioneiros e os seus familiares por terem sido recusados os seus pedidos de liberdade condicional, assim como sugestões exprimidas pelos profissionais e académicos na área do Direito, os quais recomendam o exercício, por uma comissão específica a criar para o respectivo efeito, do poder de autorização dos pedidos de liberdade condicional.

Constituído pelo director da Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça, pelo director do Estabelecimento Prisional, pelo chefe do Departamento de Reinserção Social e pelo director do Instituto de Menores, o Conselho de Reinserção Social tem prestado grande atenção às opiniões e sugestões apresentadas pelas várias camadas da sociedade de Macau sobre o actual regime de atribuição de liberdade condicional, tendo recolhido informações sobre o mesmo regime em diferentes países e regiões do mundo, e ouvido as opiniões dos respectivos profissionais, de modo a fazer comparação e análises necessárias. Está previsto que nos meados do próximo ano se apresentará o relatório sobre a necessidade de revisão e modificação do regime em referência, assim como as respectivas sugestões.

Em matéria dos trabalhos transdepartamentais desenvolvidos no âmbito do “grupo de apoio aos reclusos libertados”, e os dados

estatísticos sobre a percentagem que os indivíduos que obtiveram liberdade condicional ocupam em relação à totalidade dos reclusos libertados, o Sr. director do Estabelecimento Prisional vai fornecer as respectivas informações.

Agradecemos a sugestão do Sr. Deputado Vong Hin Fai sobre a criação de um órgão semelhante ao “*Junior Police Call*” de Hong Kong, o qual contou com a adesão de um milhão e tal de jovens de Hong Kong, com o objectivo de reforçar a prevenção da delinquência juvenil. Vamos ponderar, tendo em conta as situações concretas do Território, designadamente as instalações existentes e os recursos disponíveis, a possibilidade da fundação, em Macau, de uma organização semelhante.

Se o Sr. Presidente permitir, vou pedir ao Sr. Comandante Lei Sio Peng para responder às perguntas sobre a execução da Lei do Trânsito Rodoviário, a realização da tarefa da desocupação dos terrenos públicos, e os trabalhos de combate às actividades de distribuição de folhetos com conteúdo pornográfico.

Presidente: Sr. Comandante Lei Sio Peng, por favor.

Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Sio Peng: Exm.º Sr. Presidente.

Srs. Deputados

O CPSP assume, desde sempre, uma atitude aberta para com a opinião pública. Contudo, no que diz respeito ao modo da execução da Lei do Trânsito Rodoviário, os cidadãos de Macau têm opiniões muito diferenciadas, acusando uns a falta de flexibilidade na execução da referida lei, defendendo outros a necessidade de rigor nas acções policiais. Há cidadãos que fazem compras no supermercado, estacionando o seu automóvel fora do respectivo estabelecimento, no lugar em que é proibida a paragem de veículos. Quando são multados, os donos destes automóveis apresentam queixa, pedindo uma maior compreensão dos polícias de trânsito. A verdade é que os veículos estacionados nos lugares proibidos bloqueiam uma faixa da estrada, obrigando as viaturas que o seguem a mudar de faixa, aumentando o perigo a que estes veículos estão sujeitos. Os respectivos cidadãos não têm, porém, consciência da consequência causada pelo seu acto, criticando a rigidez que os agentes têm na aplicação de multas.

Tal como indiquei, há também cidadãos que acham que a Polícia não executa a lei com rigor como deve ser. Houve um incidente que me deixou ficar muito impressionado, e em que dois grupos de cidadãos tinham opiniões opostas sobre o mesmo assunto. Aconteceu que numa noite, o Departamento de Trânsito atendeu o telefonema de um cidadão que, tendo notado, ao voltar para casa, que a entrada do edifício onde morava estava bloqueada pelas motas que estacionaram ilegalmente, telefonou pedindo à Polícia para tomar as devidas acções. Passados quinze minutos, o mesmo cidadão telefonou outra vez porque não tinha visto a chegada dos agentes. Quando os polícias chegaram ao local indicado e verificaram o problema, aplicaram multa às motas que estavam estacionadas nos lugares proibidos. O que é ridículo é que os donos das motas acima referidas também tenham apresentado queixa contra o facto de terem sido multados à noite, por terem estacionado motas que não impediam o trânsito. Estes cidadãos esqueceram-se de uma coisa: os seus veículos obstruíram a entrada do edifício, tendo violado o direito de outros cidadãos à utilização da via pública, e tendo-os colocado numa situação com falta de segurança.

O exemplo apresentado mostra que não é fácil agradar a todos os cidadãos, os quais observam o mesmo assunto de perspectivas diferentes. Sendo assim, no cumprimento das funções, os polícias precisam de tomar a decisão com muito cuidado, mantendo o equilíbrio dos interesses diferentes. O que é inevitável é a aplicação de multa aos casos de transgressão contra os quais são apresentadas queixas. Foi o que ocorreu há vários dias num lugar perto do Estaleiro do Casino Galaxy, onde, tendo recebido muitas queixas, os polícias de trânsito aplicaram multas às motas estacionadas ilegalmente. É de saber que a mesma decisão foi tomada depois de os agentes terem ido ao local verificar a situação concreta, analisando e pensando na necessidade de assumir uma atitude mais dura.

Com efeito, o que se verificou no local referido foi o estacionamento ilegal de centenas de motas, umas à beira da estrada onde era proibido estacionar, outras no passeio, obrigando os transeuntes a caminhar na parte central da estrada, pois a margem da estrada estava cheia de motas, e colocando, desta forma, os peões numa situação perigosa.

Constatada a situação mencionada, o Departamento de Trânsito tomou a decisão de punir os transgressores da lei, mandando vários polícias ir ao respectivo local aplicar multas. Não acho que esta decisão seja errada. Por coincidência, na decorrência da respectiva operação, os colegas do Departamento de Informações estavam a realizar fiscalização no mencionado estaleiro, com a finalidade de combater os trabalhadores ilegais. Daí os cidadãos pensarem que as duas acções estavam relacionadas.

Outro mal-entendido dos cidadãos tem a ver com a falta do pessoal para o combate a trabalhadores ilegais. Como o Departamento de Informações, órgão responsável pelo combate a trabalhadores ilegais, não dispõe de muitos agentes, os residentes ficam com a ideia de que as acções de combate não são suficientemente fortes uma vez que não há polícias suficientes. O facto é que costumamos mandar agentes de outras unidades para ajudar nas respectivas operações, se entendermos que há esta necessidade. Tomando como exemplo a acção de fiscalização realizada no estaleiro do Casino Galaxy, muitos agentes da Unidade Tática de Intervenção Policial participaram na respectiva operação. Queria esclarecer que não há uma relação directa entre o esforço dispensado no combate a trabalhadores ilegais e o número de polícias pertencentes ao Departamento de Informações.

Em relação aos folhetos com conteúdo pornográfico, sublinho que a Polícia costuma prestar muito esforço no combate às actividades de prostituição. Houve um período em que foram distribuídos menos agentes para a realização do respectivo trabalho, por causa da existência de outras tarefas mais urgentes. Como consequência disso, na rua pôde-se ver muitas prostitutas chinesas e estrangeiras a desenvolver as suas actividades. Depois das acções de combate, desapareceram as referidas raparigas que ganhavam a vida na rua, e em substituição, surgiram mulheres de meia-idade, as quais distribuíram os mencionados folhetos nos pontos turísticos. A Polícia organizou operações para prender e acusar estes indivíduos, tal como referiu o Sr. Secretário. Para não serem apanhadas, estas mulheres meteram os folhetos dentro da mala, espalhando-os no chão despercebidamente. Há pouco o Sr. Secretário fez uma caracterização óptima destas actividades, comparando-as com o lançamento para o chão no desfile de funerais, de notas que se presume utilizarem-se no mundo espiritual. Ainda que nem sempre

possamos apresentar acusação do crime de lenocínio, podemos acusar estes indivíduos de terem infringido as normas do Regulamento Geral dos Espaços Públicos.

A mudança registada no que diz respeito a meios adoptados pelas prostitutas para arranjar clientes, é, sem dúvida, o resultado das acções de combate, realizadas pelos agentes das FSM. Embora ainda exista espaço de aperfeiçoamento, é inegável o esforço prestado pelos polícias. Vamos continuar a elaborar medidas eficazes, de modo a acabar com as referidas actividades, para as quais os Srs. Deputados prestaram atenção.

A observação dos nove casos de advertência policial que tiveram lugar no período compreendido entre Janeiro e Setembro do ano corrente, permite-nos constatar que esta medida é bastante eficaz para os jovens que se desviaram há pouco tempo. A Polícia vai continuar a esforçar-se por ajudar os jovens desviados a seguir outra vez o caminho certo.

Relativamente ao conhecimento jurídico dos agentes de linha da frente no cumprimento das suas funções, nomeadamente na realização dos trabalhos de desocupação dos terrenos públicos, com o qual o Sr. Deputado Tong Io Cheng manifestou preocupação, reconheço que é importante o reforço dos respectivos conhecimentos, de modo que se possa concretizar melhor as tarefas distribuídas. É exactamente por causa disso que prestamos muita atenção à formação jurídica no treino do pessoal, designadamente do pessoal de linha da frente. Estas são informações que queria fornecer.

Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, há ainda...

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Director Wong Sio Chak para dar mais explicações.

Presidente: Sr. Director Wong Sio Chak, por favor.

Director da Polícia Judiciária, Wong Sio Chak: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Há pouco o Sr. Deputado Tong Io Cheng apresentou a opinião de que a Polícia precisa de atribuir uma maior atenção na prevenção e combate a novas modalidades da criminalidade, tais como crimes de fraude que envolvem cartões de crédito e crimes informáticos que envolvem fraude e violação da privacidade, assim como na protecção das mensagens divulgadas na *internet*.

Esta opinião do Sr. Deputado Tong Io Cheng é partilhada por muitos outros deputados que manifestaram, na reunião de ontem e de hoje, a preocupação com o aumento dos referidos crimes. Agradecemos a atenção e o apoio prestados pelos Srs. Deputados em relação aos trabalhos desenvolvidos pela Polícia Judiciária para o combate à criminalidade informática. Em seguida vou relatar os respectivos trabalhos realizados nos últimos anos, bem como os planos que pretendem ser concretizados no futuro próximo.

É de saber que foi criada, em 2002, a Secção de Investigação de

Crimes Informáticos, que realizou grande quantidade de trabalhos destinados à prevenção e combate à criminalidade informática, tendo sido registada, no período compreendido entre 2002 e 2007, grande taxa de crescimento anual de casos tratados. Para o conhecimento dos Srs. Deputados, seguidamente vou referir alguns dados estatísticos sobre os trabalhos de investigação concretizados nos anos de 2008, 2009 e 2010, na área mencionada.

Em 2008 e em 2009 foram detectados noventa e um e noventa e oito crimes informáticos, respectivamente. Desde a entrada em vigor, em 2 de Agosto de 2009, da Lei de combate à criminalidade informática, até Outubro do ano corrente, foram instaurados cento e vinte e quatro processos para a averiguação dos referidos crimes. Como se pode verificar, não há grande diferença em relação ao número total de crimes informáticos detectados em cada um destes anos, sendo a diversificação registada sobretudo no que diz respeito aos tipos de crimes detectados.

Em 2008, detectaram-se trinta e oito casos de burla através da *internet*, vinte e cinco casos de injúria e de difamação. Em 2009, detectaram-se cinquenta e cinco casos de burla através da *internet*, dezasseis casos de injúria, de ameaça e de difamação. Pode-se observar que, nestes dois anos, os crimes de burla através da *internet*, de injúria, de ameaça e de difamação foram os crimes mais vulgares dos crimes informáticos. No período compreendido entre Outubro de 2000 e 2 de Agosto de 2009, isto é, no período em que a Lei de combate à criminalidade informática já estava em vigor, a PJ passou a ter possibilidade de intervir em treze situações ilegais no âmbito de criminalidade informática, tais como o acesso ilegítimo a sistema informático e a obtenção, utilização ou disponibilização ilegítima de dados informáticos, apesar de a burla informática, que totaliza oitenta e um casos, continuar a ocupar a maior percentagem em relação à totalidade de crimes detectados no período mencionado.

Com efeito, a Polícia Judiciária presta, desde há muitos anos, grande atenção à evolução da criminalidade informática, tendo criado, em 2002, a Secção de Investigação de Crimes Informáticos, a qual, dispondo de profissionais de conhecimentos específicos, é responsável pela realização de trabalhos de prevenção e de investigação dos crimes informáticos. Para além da referida secção, foi também criado o Grupo de Trabalho de Informática Forense, submetido à Divisão de Informática, para a recolha, exame e análise das provas informáticas.

A participação nos cursos de formação organizados pelas instituições dos lugares exteriores e a realização de intercâmbio junto das entidades estrangeiras ou das regiões vizinhas, foram outras actividades realizadas nos últimos anos no âmbito de prevenção e combate à criminalidade informática. Temos igualmente reforçado a cooperação regional, colaborando inclusivamente com a Interpol, de modo que detectámos, com sucesso, vários casos grandes de crimes informáticos. Com a aprovação, em Setembro deste ano, do projecto de reestruturação da Polícia Judiciária pelo Conselho Executivo, foi criada a Divisão de Informática Forense, para a qual foi nomeado um chefe substituto e que já começou a funcionar, estando a ser fundada a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos, que tem como base a Secção de Investigação de Crimes Informáticos. Está prevista a tomada de posse, em Dezembro do ano corrente, do chefe desta Divisão e a entrada em funcionamento da mesma Divisão. Sabemos que a Divisão de Informática Forense é responsável pela recolha e análise de provas, pelo fornecimento de aconselhamentos profissionais para os trabalhos de investigação e acusação, assim como pela apresentação

de provas no tribunal.

Acreditamos que, com a entrada em funcionamento da Divisão de Informática Forense, os trabalhos de investigação destinados à prevenção e ao combate à criminalidade informática se tornarão mais independentes, mais autoritários, mais eficientes, com melhor qualidade e com legitimidade. Em seguida vou mencionar os principais objectivos que se pretendem alcançar e as principais acções/medidas que se vão realizar, permitidos pela criação da Divisão de Investigação de Crimes Informáticos e da Divisão de Informática Forense.

Em primeiro lugar, continuaremos a reforçar a investigação dos crimes informáticos, a qual se desenvolverá em duas modalidades: investigação activa e investigação no caso de apresentação de queixas pelas partes. Quando descobrirem a ocorrência, na rede, de crimes públicos, os agentes da PJ farão investigações de acordo com as suas competências, desencadeando o respectivo processo judicial. No caso de queixa apresentada pelas vítimas ou pelas partes e na acusação apresentada pelos particulares, a PJ também vai realizar, segundo as suas atribuições, trabalhos de investigação para o combate a crimes semi-públicos e crimes particulares.

A adopção deste modelo de trabalho pode visar a protecção da liberdade de expressão, evitando a falta de legitimidade e legalidade das acções de investigação contra os crimes semi-públicos e particulares, na ausência de queixa apresentada pelas partes e de acusação apresentada pelos particulares. Acho que não há razão para a preocupação com a violação da liberdade de expressão pelos trabalhos de investigação dos crimes informáticos, uma vez que temos muito cuidado com este aspecto.

Em segundo lugar, a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos realizará a fiscalização das mensagens divulgadas na rede, assim como a análise das informações secretas obtidas na *internet*, de modo a detectar a ocorrência de crimes informáticos. Tal como indicou o Sr. Deputado Tong Io Cheng, é vulgar a ocorrência, na rede, de crimes públicos, semi-públicos e particulares. Com a criação da Divisão de Investigação de Crimes Informáticos, temos pessoal suficiente para realizar os mencionados trabalhos, de modo a conhecer muito bem a evolução da mencionada modalidade da criminalidade. Vamos respeitar os princípios definidos para a investigação dos crimes, e só vamos realizar os trabalhos de investigação segundo as competências que a lei nos atribui, assim como conforme as necessidades registadas.

Em terceiro lugar, a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos vai continuar a cooperar com a Divisão de Relações Públicas na organização de campanhas de sensibilização junto dos cidadãos, deslocando-se nomeadamente às escolas onde divulgam mensagens sobre a segurança na navegação na rede, de modo que os utilizadores da *internet* saibam proteger as suas informações quando navegam na rede.

Assim, no período compreendido entre Novembro de 2010 e Outubro de 2009, isto é, depois da promulgação da Lei de combate à criminalidade informática, foram realizadas, em catorze escolas, trinta e nove sessões de palestras de educação e divulgação de mensagens, tendo sido registada a participação de dez mil trezentos e quarenta e três estudantes, bem como tendo obtido efeitos bastante positivos. No futuro vamos continuar este tipo de trabalho que tem sido bem acolhido pelos professores e estudantes, de modo a diminuir o número de vítimas e autores dos crimes informáticos.

Em quarto lugar, a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos prestará atenção para a detecção das novas modalidades da criminalidade informática, elaborando estratégias para fazer frente e comunicando à população a existência dos respectivos perigos, tal como costumamos fazer depois da detecção dos crimes económicos, crimes relacionados com o Jogo e crimes informáticos, o que os amigos dos meios de comunicação social sabem muito bem.

Em último lugar, vamos intensificar a cooperação policial e o intercâmbio técnico com outras cidades e regiões, de modo a melhor combater a criminalidade informática que se realiza muitas vezes de modo transfronteiriço. No fundo, o intercâmbio técnico tem muito a ver com a partilha de informações sobre os crimes informáticos, efectuada pela Divisão de Investigação de Crimes Informáticos. Estas são informações que pretendo fornecer. Muito obrigado pela atenção dispensada pelos Srs. Deputados.

Presidente: O Sr. Secretário quer dar mais explicações?

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Director do Estabelecimento Prisional Lei Kam Cheong para fornecer mais informações.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director do Estabelecimento Prisional de Macau, Lei Kam Cheong: Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Primeiro queria fornecer dados estatísticos referentes à liberdade condicional. No ano passado, foram tratados 410 casos de requerimento de liberdade condicional, entre os quais 178 pedidos foram deferidos, 232 foram indeferidos. De 1 de Janeiro a 31 de Outubro deste ano, foram tratados 289 casos de requerimento de liberdade condicional, entre os quais 126 pedidos foram deferidos, 123 foram indeferidos, 40 casos encontram-se na fase de tratamento. O número dos respectivos requerimentos varia todos os anos e costumamos criar processo próprio para cada um dos prisioneiros que querem obter a liberdade condicional, tal como referiu o Sr. Secretário há pouco.

O Sr. Deputado Vong Hin Fai fez perguntas sobre os trabalhos transdepartamentais desenvolvidos pelo Estabelecimento Prisional e pelo Departamento de Reinserção Social. Existe sempre a coordenação entre os dois órgãos governamentais no sentido de comunicação da situação e de entrega do processo dos reclusos libertados, em que há informações sobre os trabalhos de aconselhamento prestados. No entanto, não há trabalhos que sejam realizados em conjunto pelas referidas entidades públicas, sendo o Estabelecimento Prisional responsável pela gestão da vida dos prisioneiros, os quais, depois de saírem do EP por causa de terem obtido a liberdade condicional ou por outras razões, passam a ser apoiados por outras repartições públicas. O Estabelecimento Prisional não tem atribuições para fazer o respectivo acompanhamento, competência essa que é atribuída pelo tribunal, nomeadamente ao Departamento de Reinserção Social.

No caso de necessidade de apoios especiais, tais como serviços de residência temporária, antes de saírem do Estabelecimento Prisional, os prisioneiros necessitados podem fazer o respectivo pedido, o qual é transmitido pelo EP ao Departamento de Reinserção Social.

Segundo a lei, não temos competência para acompanhar os reclusos libertados. Sendo assim, não podemos intervir nos trabalhos organizados pelo Grupo de Apoio aos Reclusos Libertados, mencionado pelo Sr. Deputado Vong Hin Fai há pouco. Talvez possamos trocar opiniões com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Jurídicos, de modo a encontrar formas possíveis para a nossa intervenção, nomeadamente através do Conselho de Reinserção Social. O meu relatório fica por aqui.

Obrigado.

Presidente: Faltam quinze minutos para o encerramento da sessão. Sr. Secretário, quer dar mais explicações?

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Sr. Presidente, tenho mais informações para fornecer.

Presidente: Faça o favor de dizer.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: O Sr. Deputado Lee Chong Cheng sugeriu, há pouco, a organização, em conjunto, de campanhas de sensibilização pelos Serviços de Alfândega, pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e pelo Comissariado contra a Corrupção. Queria informar de que ultimamente se têm realizado, nos grandes hotéis e estabelecimentos de comidas, acções de divulgação de mensagens sobre o combate a actividades contrabandistas que envolvem a importação ilegal de alimentos frescos. De qualquer maneira, os Serviços de Alfândega agradecem a sua opinião, indo trocar opiniões com outros órgãos governamentais, de modo a tentar encontrar mais estratégias para a prevenção e combate aos referidos actos ilícitos. No que diz respeito à utilização, nos postos fronteiriços, de cães policiais para a detecção da carne fresca, vamos ponderar a possibilidade de adopção desta sugestão. É de saber que os cães polícia normalmente são treinados para detectar as drogas e substâncias explosivas. Talvez também sejam sensíveis à carne fresca quando têm fome. Obrigado pela opinião do mesmo deputado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, por favor.

Tsui Wai Kwan: Limitado pelo espaço e tempo, vou abordar apenas uma questão, para além do elogio atribuído às FSM, que têm conseguido manter a boa ordem da Cidade de Macau como cidade altamente aberta ao exterior, que atende anualmente vinte milhões de viajantes provenientes de diferentes lugares do mundo com o objectivo de fazer turismo ou de trabalhar no Território, tendo recusado igualmente a entrada na RAEM de indivíduos que podiam prejudicar a segurança pública, de modo a salvaguardar a paz e a tranquilidade da sociedade local. A descida da taxa criminal em 8.7% é a prova do sucesso dos trabalhos realizados na área da segurança. Espero que as FSM continuem a esforçar-se por conquistar o maior êxito, cumprindo os dez objectivos definidos nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, nos quais se presta atenção a todos os aspectos da área da Segurança, de modo a proporcionar um ambiente com segurança aos residentes de Macau. Há pouco, houve colegas que sugeriram a mudança de redactor para a redacção das Linhas de Acção Governativa para o próximo ano. Na minha opinião, o redactor cumpriu muito bem a sua função e portanto, não há necessidade de mudança.

A par do sucesso geral, porém, existem alguns aspectos menos

positivos que requerem melhoramento. Como por exemplo, nos últimos anos têm surgido muitos crimes no *campus* das escolas, nas quais se utiliza violência. Mete impressão o modo segundo o qual os estudantes com idade inferior a dezasseis anos insultam os colegas. O pior é que normalmente não haja estudantes que reajam em defesa dos colegas insultados. Pelo contrário, os respectivos adolescentes gozam do processo do exercício de violência, filmando-o para colocar na rede, aumentando, deste modo, o sofrimento da vítima, a qual pode ficar com problemas psicológicos que persistem durante toda a vida. Muitos cidadãos consideram este fenómeno como um problema social que precisa de ser resolvido com a colaboração da família e da escola, para além das acções dos auxiliares sociais e do fornecimento, pelo Governo, de mais instalações destinadas ao enriquecimento da vida social dos jovens locais. Chamo a atenção, todavia, para a necessidade de execução da lei, de modo a alertar os jovens para a obrigatoriedade de respeito pelas normas jurídicas. Peço ao Sr. Secretário para adoptar medidas eficazes, com vista a reprimir as actividades dos delinquentes jovens, prevenindo a ocorrência de crimes no *campus* das escolas e em que se utiliza violência. Podem ser consideradas como medidas possíveis a adoptar, a criação de mecanismo de comunicação entre as FSM e as escolas da RAEM, assim como a definição de guia de orientação para as acções tomadas pela escola na ocorrência dos referidos crimes. Às vezes, estes crimes têm lugar fora da escola. Sendo assim, a Polícia deve fazer mais patrulhas em sítios escuros e com pouco movimento, instalando mais equipamentos de iluminação, e aproveitando o Sistema de CCTV para a prevenção dos referidos crimes, de modo a alcançar o objectivo de consolidação da segurança interna da RAEM e de prevenção e luta contra a criminalidade, definido no primeiro ponto das Linhas de Acção Governativa.

Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo, por favor.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Tenho muitas perguntas mas não disponho de tempo para as fazer. Vou contar somente uma história verdadeira, ocorrida no Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha, e o Sr. Secretário não precisa de dar a respectiva resposta. Ao ouvir a apresentação do Sr. Secretário, fiquei contente por saber que o Sr. Secretário percebe a importância da qualidade dos serviços prestados nos postos fronteiriços, os quais dão aos passageiros a primeira e a última impressão sobre Macau. Sendo Macau uma cidade turística e tendo em consideração o objectivo de transformação da RAEM num centro mundial de turismo e lazer, há mais razão para exigir ao Serviço de Migração a prestação de serviços de alta qualidade.

Embora muitos passageiros achem que os agentes do Serviço de Migração são bastante eficientes, é evidente que há ainda espaço para o melhoramento. Perante os numerosos viajantes, estes agentes normalmente não têm nenhum sorriso na cara. Talvez a falta de sorriso não seja a mesma coisa que falta de educação. No entanto, questiono se esta é a atitude mais adequada para ser tomada pelos respectivos agentes no cumprimento das suas funções.

A história que pretendo contar teve lugar no dia 4 deste mês, por volta do meio-dia, no Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha, ao qual

chegaram quatro dirigentes governamentais da Cidade de Zhaoqing (um deles é chefe do Departamento da Frente Unida), os quais vinham a Macau para assistir, ao convite de uma organização académica, a uma conferência cujo tema era o estreitamento da cooperação cultural, turística e económica entre Macau e Zhaoqing. Particpei nos trabalhos de organização e combinei com os referidos dirigentes do Interior da China para almoçarmos juntos antes da conferência que se iniciaria às duas horas da tarde. No entanto, os quatro dirigentes, vestidos com camisas havaianas e de aspecto continental, só saíram do posto fronteiriço à uma hora, descontentes. No início não quiseram contar o respectivo episódio, mas perante a minha insistência, acabaram por narrar o que tinha acontecido no posto fronteiriço. Segundo o chefe do Departamento, eles demoram mais tempo na passagem das fronteiras, não por causa de problemas referentes ao documento de viagem, tal como advinhei, mas sim por causa da má atitude dos agentes do Serviço de Migração, a qual é difícil de suportar. Aconteceu que quando chegaram ao referido posto fronteiriço não viram nenhum agente nos três balcões tradicionais para o exame de documentos. Assim, enquanto um deles ficou a esperar em frente destes balcões, outros foram a outro balcão a pedido de uma agente. Penso que aquela agente os chamou pela simpatia, porque não valia a pena esperar em frente dos balcões sem agentes.

Com passos apressados, estes continentais caminharam para o balcão onde estava a mencionada agente. Nisto, um agente ao lado dela gritou com eles com uma atitude grosseira. Um dos continentais explicou que tinham ido para aquele balcão por terem sido chamados pela agente, a qual, baixou logo a cabeça e não se atrevia reconhecer o facto. Via-se que ela era de categoria inferior à do agente que gritou. O continental mais próximo desses agentes manifestou a insatisfação dizendo: “Caralho! Afinal o que é que querem?”. O agente reagiu fortemente, acusando-o por ter dito palavras feias. O continental ficou com medo e explicou que só estava a conversar com os amigos. O agente ficou ainda mais zangado, dizendo com ameaça que ali o equipamento de gravação estava a funcionar. O continental não entrou em discussão com o agente, limitando-se a dizer que ele próprio não tinha muita educação e que não percebia muitas coisas. Depois de dizer que ele também não tinha estudado na escola, o agente não disse mais nada. Acho que devemos acreditar no máximo em 90% desta história, uma vez que foi contada por apenas uma das partes. Apesar de estes dirigentes governamentais do Interior da China terem mencionado o lugar, a data, a hora e o nome do agente envolvido, não quero pedir a respectiva investigação, pois não quero que o referido agente seja castigado. Através deste incidente que espero que seja apenas um caso individual, queria chamar a atenção para a importância da formação e para a necessidade de aperfeiçoamento da atitude dos agentes do Serviço de Migração durante o processo de cumprimento das funções. Perguntei ao chefe do departamento afinal como tratou do assunto. Em resposta da minha pergunta, o Sr. Director disse que não tinha feito mais nada excepto aguentar, e que não podia voltar atrás, porque por um lado, não queria faltar à conferência, e por outro, tinha receio da vingança, nomeadamente da possibilidade de ser examinado no quadrinho durante vinte minutos. E assim passaram a fronteira sem mais problemas, tendo perdido, porém, a vontade de visitar Macau. Durante toda a refeição senti-me embaraçado, não sabia o que podia fazer: não valia a pena consolá-los, nem queria pedir a investigação, seria pior deitar azeite no lume. Fiquei muito arrependido por ter perguntado sobre o assunto. Por fim, os continentais não passaram a noite em Macau como planearam, tendo voltado para o Interior da China depois da conferência. Portanto, acredito que de facto, aconteceu o mencionado incidente. Durante o almoço, o chefe do

departamento disse que não queria vir mais a Macau por causa da má atitude do agente, comparando os serviços dos postos fronteiriços de Macau e do Interior da China, afirmando que até na China Continental os serviços se aperfeiçoaram. Não tive comentário a fazer na altura. O assunto já morreu, deixando uma lição que nos ensina que é importante o *software*, isto é, a qualidade do pessoal. É verdade que se registam muitos melhoramentos em termos de instalações e equipamentos, no entanto, há poucos agentes do Serviço de Migração que mostrem sorrisos, que sejam simpáticos e que gostem de ajudar os passageiros. O Sr. Secretário não acha que há necessidade de melhorar a qualidade geral dos respectivos agentes?

Queria apresentar várias sugestões: em primeiro lugar, deve-se reforçar a formação dos agentes. Antigamente, depois de examinarem o salvo-conduto chinês, os agentes costumavam devolvê-lo ao seu titular deitando-o para a mesa com força. Actualmente o respectivo gesto melhorou muito, o que deve ser o resultado do treino.

Em segundo lugar, sugiro que aprendamos com os postos fronteiriços das grandes cidades do Interior da China tais como Pequim e Xangai, instalando um sistema de avaliação em cada balcão, que permita aos passageiros a atribuição de uma classificação ao serviço prestado pelo agente que o atendeu, nomeadamente quanto à eficiência do trabalho e à atitude tomada, carregando num dos botões e escolhendo entre “satisfaz”, “muito bom” e “não satisfaz”. Pode-se também encontrar, no campo de golfe, o mesmo regime para a avaliação do caddie de golfe, em que se utilizam cartões para o registo da classificação. Portanto, se as autoridades acharem demasiado complicada a instalação de um sistema electrónico, podem colocar uma caixa e papelinhos junto de cada balcão, de modo que os passageiros possam registar a avaliação no papelinho, colocando-o na caixa. Penso que a criação do referido sistema de avaliação pode, de certeza, impulsionar o processo de optimização da qualidade dos serviços prestados nos postos fronteiriços, melhorando inclusivamente a atitude dos agentes do Serviço de Migração no cumprimento das suas funções.

A maneira mais simples de recepção de queixas apresentadas pelos passageiros contra os agentes que prestam serviços nos postos fronteiriços, é o estabelecimento de uma mesa de direcção num lugar de destaque donde o chefe pode vigiar o funcionamento de todo o posto fronteiriço, tal como no posto fronteiriço de Zhuhai.

No posto fronteiriço de Zhuhai ainda se assinala, de forma visível, o número de telefone para a apresentação de queixas. Se o Serviço de Migração nem isto conseguir fazer, como se pode falar da implementação da política definida pelo Governo Central de transformação de Macau num centro de turismo e de lazer? O que apresentei é um caso verdadeiro sobre o qual não peço ao Sr. Secretário para expressar a sua opinião. Como não há tempo, não vou apresentar as perguntas que pretendia fazer.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Chan Chak Mo não pediu respostas ao Sr. Secretário. Talvez o Sr. Deputado Cheang Chi Keong possa... No entanto, já são oito horas da noite. Penso que é melhor mantermos a regra convencional e terminarmos aqui a sessão. Os deputados que queiram apresentar perguntas podem fazê-lo através da interpelação escrita.

Apresento o nosso agradecimento ao Sr. Secretário e aos demais representantes do Governo que vieram cá participar na reunião de ontem e de hoje, dando explicações sobre as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área da Segurança. Depois de amanhã vamos reunir-nos outra vez para a discussão das LAG, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Declaro encerrada esta sessão.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

